

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS

PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA

O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO

ERECHIM

2022

PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA

**O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Zoraia Aguiar Bittencourt

ERECHIM

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Zanatta, Patrycia Sbeghen
O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES
COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA
PÓS-GRADUAÇÃO / Patrycia Sbeghen Zanatta. -- 2022.
148 f.

Orientadora: Dr^a. Zoraia Aguiar Bittencourt

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2022.

1. Cuidado. 2. Pós-Graduação. 3. Política de
Assistência Estudantil. I. Bittencourt, Zoraia Aguiar,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA

**O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS
POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em: 19 de outubro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Zoraia Aguiar Bittencourt – UFFS
Orientadora

Prof. Dr. Thiago Ingrassia Pereira – UFFS
Avaliador

Prof.^a Dr.^a. Silvana Terezinha Baumgarten
Avaliadora

Dedico esse trabalho a todos que assim como eu acreditam que “o cuidado seja um dos conceitos mais potentes e questionadores deste século” (BATTHYÁNY, 2021, p. 55).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que até aqui exerceram algum lugar de cuidado comigo.
“Subestimei o acaso que rege os encontros das nossas vidas mas aprendi alguma coisa”
(KUPERMANN, 2017, p. 90).

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as interfaces entre o cuidado e as políticas de Assistência Estudantil na perspectiva de mestrandos dos Programas de Pós-Graduação da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), campus Erechim/RS. A partir dele são propostos os seguintes objetivos específicos: Investigar as concepções de cuidado de estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim/RS: Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Mestrado em Geografia; Identificar se há a presença de *mal-estares* nos estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação da UFFS, Campus Erechim/RS, e quais seriam eles; Analisar de que modo o conceito de cuidado está presente nas estratégias de desenvolvimento sugeridas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para práticas de cuidado a estudantes de Pós-Graduação; Verificar as abordagens do cuidado presentes na política de Assistência Estudantil da UFFS, e Apontar caminhos para a constituição de Políticas de Cuidado Educacional para a Pós-Graduação. Para a compreensão dos complexos elementos que se enlaçam, é utilizada a Abordagem do Ciclo de Políticas como metodologia para análise dos dados, pois se pretende construir um caminho metodológico que permita analisar a inserção do cuidado nas políticas de assistência estudantil. Teoricamente o estudo está dividido em três partes. Primeiramente, no Contexto da Influência, é feita uma revisão bibliográfica sobre o cuidado a partir de uma visão interdisciplinar. Em segunda análise, a revisão bibliográfica também busca dados que norteiam uma discussão a respeito de qual é a dimensão de saúde mental no contexto da Pós-Graduação no cenário atual, na perspectiva de *bem-estar* ou *mal-estar*, selecionando para este estudo documentos de importância para compreensão do exposto. No Contexto de Produção de Texto, será realizada uma análise documental dos seguintes documentos: Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020 Vol. 1 e Vol. 2 e a Política de Assistência Estudantil da UFFS. No Contexto da Prática, foram realizadas entrevistas abertas on-line com estudantes de Pós-Graduação da UFFS. Como resultados, foram analisadas as respostas de 19 estudantes da Pós-Graduação, conforme suas rotinas, sua relação com o orientador, suas compreensões de *bem-estar*, *mal-estar*, cuidado e cuidado com a saúde mental, bem como os conhecimentos que têm sobre a Política de Assistência Estudantil. Ao longo do que foi apresentado nesta pesquisa, percebeu-se que há interfaces entre o cuidado como uma construção social e a Política de Assistência Estudantil da UFFS no contexto da Pós-Graduação, pois há serviços

vinculados à Política sendo oferecidos aos discentes. A fragilidade talvez seja a de que estes recursos não são da ciência dos estudantes. Todavia percebeu-se o quanto essas interfaces podem ser ainda mais fortalecidas. A inclusão do cuidado nos debates e nas pesquisas promovidos pelos Programas de Mestrado da Instituição é gesto de cuidado que auxilia no fortalecimento desta interface, qual seja a inclusão do cuidado neste campo da Pós-Graduação.

Palavras-chave: Cuidado; Pós-Graduação; Política de Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The general objective of this research is to analyze the interfaces between care and Student Assistance policies from the perspective of Master's students from the Graduate Programs of the Universidade da Fronteira Sul (UFFS), Erechim/RS campus. From it, the following specific objectives are proposed: To investigate the conceptions of care of students of the four Graduate Programs of the Federal University of Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim/RS: Master's in Environmental Science and Technology, Professional Master's in Education, Interdisciplinary Master in Human Sciences and Master in Geography; Identify if there is the presence of malaise in students of the four Graduate Programs at UFFS, Campus Erechim/RS, and what they would be; To analyze how the concept of care is present in the development strategies suggested in the National Postgraduate Plan (PNPG) for care practices for postgraduate students; To verify the care approaches present in the UFFS Student Assistance policy, and to point out ways for the constitution of Educational Care Policies for Graduate Studies. To understand the complex elements that are intertwined, the Policy Cycle Approach is used as a methodology for data analysis, as it intends to build a methodological path that allows analyzing the insertion of care in student assistance policies. Theoretically, the study is divided into three parts. First, in the Context of Influence, a bibliographic review is carried out on care from an interdisciplinary perspective. Secondly, the bibliographic review also seeks data that guide a discussion about what is the dimension of mental health in the context of Graduate Studies in the current scenario, from the perspective of well-being or malaise, selecting documents for this study of importance for understanding the above. In the Text Production Context, a documentary analysis of the following documents will be carried out: National Postgraduate Plan – PNPG 2011/2020 Vol. 1 and Vol. 2 and the UFFS Student Assistance Policy. In the Context of Practice, open online interviews were conducted with UFFS Graduate students. As a result, the answers of 19 graduate students were analyzed, according to their routines, their relationship with the advisor, their understanding of well-being, malaise, care and care with mental health, as well as the knowledge they have on the Student Assistance Policy. Throughout what was presented in this research, it was noticed that there are interfaces between care as a social construction and the UFFS Student Assistance Policy in the context of Graduate Studies, as there are services linked to the Policy being offered to students, the fragility perhaps it is that these resources belong to the students' science. However, it was noticed how much these interfaces can be strengthened even more.

The inclusion of care in the debates and research promoted by the Institution's Master's Programs is a gesture of care that helps to strengthen this interface, namely the inclusion of care in this field of Graduate Studies.

Keywords: Care; Postgraduate studies; Student Assistance Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Percurso Metodológico.....	21
Quadro 2 – Resumo da busca na BDTD.....	58
Gráfico 1: Distribuição das Pesquisas por Período de Publicações entre 2014 – 2019.....	60
Gráfico 2: Distribuição das Pesquisas por Áreas de conhecimento.....	60
Gráfico 3: Distribuição das Pesquisas quanto à dimensão Macro ou Micro.....	61
Quadro 3 – Distribuição das publicações por categoria de análise.....	62
Quadro 4 – Quantitativo de Teses e Dissertações encontradas.....	72
Quadro 5 – Bibliografia Anotada.....	73
Quadro 6 – Bibliografia Sistematizada.....	74
Quadro 7 – Bibliografia Categorizada.....	74
Gráfico 4: Faixa Etária dos Participantes.....	87
Figura 1: Análise de conteúdo.....	89
Gráfico 5: Atividades ligadas à rotina.....	91
Quadro 8: Incidência dos aspectos relativos a justificativas subjetivas apresentados em relação ao objeto de estudo.....	92
Gráfico 6: O que você acha de seu orientador?.....	93
Quadro 9: O que seu orientador espera de ti?.....	95
Gráfico 7: Presença de experiências de mal-estar e bem-estar nos pós graduandos entrevistados.....	97
Gráfico 8: O que é bem-estar?.....	103
Gráfico 9: O que é mal-estar?.....	104
Gráfico 10: Sintomas nomeados.....	105
Gráfico 11: Durante a Pós-Graduação, você percebeu alguma mudança com sua saúde mental?.....	107
Gráfico 12: "Tradução" dos afetos.....	108
Gráfico 13: O que significa ser cuidado para você:.....	110
Gráfico 14: O que significa 'cuidado' para você?.....	111
Gráfico 15: O que, ou quem, na Pós-Graduação, exerce esse cuidado contigo?.....	112
Quadro 11: Repositório Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.....	116
Figura 2: Publicações do projeto saúde mental o ano inteiro.....	118
Quadro: Presença da palavra atenção no Vol. 1, do documento da PNPG.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CID-10	Manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde
DSM-5	Manual de Diagnósticos de Saúde Mental
OEI	Organização dos Estados Ibero-americanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PPSE	Programa de Promoção à Saúde do Estudante
SAEs	Setor de Assuntos Estudantis
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CUIDADO.....	24
2.1	QUE CONTEMPORANEIDADE QUEREMOS NOS REPORTAR AO FALARMOS DE CUIDADO?.....	25
2.1.1	Olhar da psicologia sobre o cuidado e a constituição psíquica dos sujeitos....	26
2.1.2	Olhar social do cuidado.....	30
2.1.3	Olhar ético-político do cuidado (Políticas de Cuidado).....	33
2.2	QUE CUIDADOS QUEREMOS NA CONTEMPORANEIDADE?.....	35
2.2.1	Olhar pedagógico do cuidado.....	38
3	ESTAR-BEM OU ESTAR-MAL, OS SUJEITOS PÓS-GRADUANDOS.....	40
3.1	O CIRCUITO AFETIVO DOS SUJEITOS PÓS-GRADUANDOS.....	43
3.1.1	As relações dos sujeitos pós-graduandos.....	47
3.1.2	As rotinas dos sujeitos pós-graduandos.....	51
3.2	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUAS INTERFACES.....	57
3.2.1	Estado do Conhecimento.....	58
3.3	REPENSANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CUIDADO.....	65
4	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	69
4.1	PESQUISA QUALITATIVA.....	69
4.2	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	70
4.3	ESTADO DO CONHECIMENTO.....	71
4.4	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	75
4.5	PESQUISA DE CAMPO.....	76
4.5.1	Participantes.....	76
4.5.2	Procedimentos Metodológicos.....	77
4.5.3	Procedimentos Éticos.....	78
4.5.4	Análise dos dados.....	79
5	O VIR A SER UM SUJEITO PÓS-GRADUANDO.....	81
5.1	OS PÓS-GRADUANDOS E SUAS PERSPECTIVAS.....	85
5.1.1	Os pós-graduandos e suas palavras.....	86
5.1.2	Ser um sujeito pós-graduando.....	91

5.1.3	A relação com o Orientador.....	93
5.1.4	O mal-estar.....	96
5.1.5	O cuidado.....	109
5.1.6	O cuidado com saúde mental.....	114
5.1.7	Política de Assistência Estudantil.....	116
5.2	O CUIDADO EM FORMA DE TEXTO.....	119
5.2.1	Presença do cuidado na PNPG.....	119
5.2.2	Presença do cuidado na Política de Assistência Estudantil.....	121
6	CONCLUSÃO.....	123
	REFERÊNCIAS.....	125
	APÊNDICE A – Declaração das instituições envolvidas.....	134
	APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).....	135
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista.....	139
	APÊNDICE D– PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP.....	142

1 INTRODUÇÃO

Nosso padrão social é de tal natureza que não se admite que o homem bem-sucedido tenha medo ou esteja entediado e solitário. Ele deve considerar seu mundo como sendo o melhor dos mundos; a fim de ter melhor oportunidade para promoção, ele deve reprimir o medo bem como a dúvida, a depressão, o tédio ou a desesperança (FROMM, 1979, p. 23).

Tomando a liberdade de utilizar as ideias de Fromm (1979) em seus estudos sobre a esperança e de trazê-las para o contexto dessa Dissertação, permitimo-nos perceber que a realidade socialmente esperada dos considerados “bem-sucedidos” estudantes de Pós-Graduação esconde *atrás* de suas vivências cotidianas uma gama de *mal-estares*. No intuito de buscar um melhor entendimento do que se pretende abordar como *mal-estar*, faz-se necessário entender, primeiramente, o que se compreende por *bem-estar*. Para isso, será ponderado o conceito de *bem-estar social* proposto por Esquivel, Fauer e Jelin (2012). Tal condição de *bem-estar* só pode ser atingida se estiver atrelada à noção de *cuidado*. Cuidado esse que, embora seja necessário a todas as pessoas ao longo da vida, seu alcance está diretamente relacionado com conjunturas sociais nas quais o sujeito está inserido e que, para as autoras, há desigualdades nas condições para o cuidado ser alcançado. Tais desigualdades dizem respeito a questões de raça, classe ou gênero. Para que essas desigualdades sejam mitigadas, com o propósito de se alcançar as condições que dizem respeito ao *bem-estar*, faz-se necessário não apenas problematizá-las, mas torná-las cômicas a todos os sujeitos que são agentes receptores ou promotores de cuidado, nas múltiplas faces do cuidar.

Adentrando no âmbito da Pós-Graduação, percebeu-se, através dos estudos de Louzada e Silva Filho (2005) sobre a formação do pesquisador e sua relação com o sofrimento psíquico, que muitos dos discentes entrevistados relataram *mal-estares*, os quais eram relacionados com as atividades de pesquisadores que exerciam, agora de seus lugares sociais. O *mal-estar* mais citado diz respeito à presença de tarefas simultâneas, as quais, em muitos momentos, condizem com uma realidade advinda do processo formativo, sobretudo, as dificuldades de escrever e de lidar com as rejeições envolvidas na divulgação de artigos. (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005).

Chama-se a atenção para o peso da demanda sentimental embutida nas palavras, as quais estão comprometidas com os relatos de experiência do *lugar de ser* estudante e que devem ser legitimadas.

Às vezes o estudante perde o sono por uma palavra. Às vezes sente a felicidade de uma palavra justa, precisa, ao redor da qual tudo se ilumina. Às vezes não encontra palavras. Às vezes as palavras lhe mentem, lhe atraíam, o levam por caminhos equivocados. Às vezes elas o acompanham como uma música, elas o guiam, elas o consolam. Ao estudante doem as palavras maltratadas, diminuídas, debilitadas, pervertidas, manipuladas. O estudante tem que se encher de palavras. E enchê-las, a elas, dele. De sua memória, de sua sensibilidade. Também de suas obscuridades, de seus abismos. Quase tudo o que sabe, ele o aprendeu das palavras. Quase tudo o que é, ele o é por elas. No estudo, escrever e ler é explorar tudo o que se pode fazer com as palavras e tudo o que as palavras podem fazer com o estudante. No estudo, tudo é questão de palavras. E de silêncios. Sobretudo de silêncios (LARROSA, 2003, p. 89).

Na pesquisa *Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso*, de Louzada e Silva Filho (2005), percebe-se um grau de sofrimento nas vivências (experiências) relatadas pelos entrevistados. No entanto, o propósito aqui não é compreendê-lo como doença mental, mas como a representação dos *jogos ocultos* resultantes da relação desse público com uma permanente avaliação, da sua entrada aos Programas até a sua saída (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005). Esses *jogos* também podem ser entendidos como uma *atividade oculta* – mental ou física – representada por sintomas como ansiedade, somatização, preocupação excessiva, sentimento de culpa, cobrança constante, entre outras, que parecem estar frequentemente relacionados com as atividades da *práxis* universitária. Desse modo, parece haver uma falta de reconhecimento da importância do cuidado, não como uma prática interpessoal pressuposta de uma lógica binária entre o que fornece e o que recebe cuidado, mas de um cuidado que exige um conjunto integrado de ações transversais dos sujeitos envolvidos social e politicamente. Esse conceito de cuidado pode ser melhor representado pelo *Regime de Cuidado/Organização Social do Cuidado* (SORJ, 2014).

Sorj (2014) busca dialogar sobre o cuidado, que, apesar de tratar-se de um conceito polissêmico, representa um agente nas construções sociais da vida cotidiana, pertencente a uma linguagem comum das pessoas. Ao longo da história, esteve ligado a um *trabalho de cuidado* exercido principalmente por mulheres, o qual foi marginalizado e segregado dos debates acadêmicos, mas que hoje busca tornar-se um direito, adentrando no campo dialético como uma proposta de *política de cuidado* às sociedades contemporâneas (SORJ, 2014, grifo meu).

Entendendo-se que as representações sociais condizem com as realidades pelas quais se olha e que, no Brasil, ainda hoje não há uma política de cuidado para dar conta das desigualdades perpassadas por questões de raça, gênero e classe (SORJ, 2014), pode-se inferir que o cuidado no país tem sofrido, historicamente, um suposto silenciamento – tanto no que pese a políticas quanto a direitos acerca do cuidado. No entanto, dentre as tentativas isoladas

de construção de políticas de cuidado, nota-se que seus escritos se utilizam de linguagens brandas, as quais, por si só, não são capazes de explicitar de forma clara as finalidades práticas do que se entende por cuidado.

De que políticas de cuidado estamos falando? Além do cuidado, o termo *política* também diz de uma complexidade de definições. Sendo assim, partiremos da definição da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI (2002) sobre política, através de uma série de elementos a serem considerados a fim de melhor compreender o conceito, quais sejam:

- 1) A distinção entre política e decisão: a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão);
- 2) A distinção entre política e administração;
- 3) Que política envolve tanto intenções quanto comportamentos;
- 4) Tanto ação como não-ação;
- 5) Que pode determinar impactos não esperados;
- 6) Que os propósitos podem ser definidos ex post: racionalização;
- 7) Que ela é um processo que se estabelece ao longo do tempo;
- 8) Que envolve relações intra e interorganizações;
- 9) Que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores;
- 10) Que é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas. (OEI, 2002, p. 2).

Ao debruçar-se sobre esses elementos, surge a problemática de também compreender o conceito de *análise de políticas* retratado nesta Dissertação. Para isso, seguiremos pensando através de OEI, que aponta que “[...] a Análise de Política tem como objeto os problemas com que se defrontam os fazedores de política e como objetivo auxiliar o seu equacionamento através do emprego de criatividade, imaginação e habilidade” (OEI, 2002, p.2). Esse equacionamento exige uma leitura perpassada por diversos conhecimentos. Logo, podemos dizer que tal demanda suscita uma construção interdisciplinar (OEI, 2002). Caracteriza-se, assim, pela sua orientação aplicada, socialmente relevante, multidisciplinar, integradora e direcionada à solução de problemas, além da sua natureza ao mesmo tempo descritiva e normativa. Já o conceito de *política de cuidado* refere-se ao conceito de Sorj (2014) já abordado nesta Dissertação.

Estudos recentes relativos à saúde mental de estudantes de Pós-Graduação no Brasil demonstram que as atividades inerentes à condição de pós-graduando colocam-se a esse como desafios que levam cada vez mais ao desenvolvimento de transtornos psíquicos (COSTA; NEBEL, 2018). Ainda de acordo com os autores, em sua pesquisa denominada *O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudante de pós-graduação no Brasil*, 74% dos respondentes alegaram sofrer de ansiedade, 31% insônia, 25% depressão, 39% têm

sentimento de culpa ao ir dormir, 30% acordam várias vezes durante a noite. Esses dados demonstram a relevância de estudos que olhem para a realidade interna dos Programas de Pós-Graduação. Nesse cenário, este estudo pretende, através de uma perspectiva que difere da patologização, abordar como os *mal-estares* que provêm desse contexto refletem na qualidade e permanência nesse ambiente. A escolha por olhar a permanência do ponto de vista da saúde mental tem relação com o campo de atuação da autora, que é uma profissional da saúde mental, psicóloga, inserida em uma instituição de educação superior, na qual exerce um trabalho de cuidado com a saúde mental dos estudantes e dos professores. Parte do trabalho que exerce é dedicada a programas que buscam dar conta de garantir a implementação de políticas estudantis e a inserção de profissionais de saúde mental dentro dos espaços de Educação Superior.

A importância de ressaltar que a escolha de olhar a Política de Assistência Estudantil como uma ferramenta de cuidado à saúde mental se dá por este ser o campo de atuação da pesquisadora, mas também poderia ser considerada como um cuidado socioeconômico, um cuidado ao direito à moradia, um cuidado ao direito à alimentação, ou seja, um cuidado como garantia de direitos. Todos eles visam promover a permanência dos estudantes na Educação Superior, e a escolha de olhar este cuidado pelo viés da saúde mental dá-se por uma identificação inevitável da autora-pesquisadora, tanto na sua área de atuação quanto também e, em especial, na sua posição de ser ela também uma estudante de Pós-Graduação. Partindo da reflexão sobre o conceito de *construção social do cuidado* e por compreender que o mesmo se estrutura de uma forma complexa e polissêmica, faz-se imprescindível analisá-lo sob uma ótica interdisciplinar, aqui especificamente no campo da Psicologia e da Educação.

É possível encontrar-se alguns pontos de convergência na construção do conceito de *regime de cuidado*, tanto numa esfera macro (Políticas Nacionais) quanto em uma esfera micro (Políticas de Assistência Estudantil das Universidades). Tais pontos dizem respeito aos lugares simbólicos ocupados pelo cuidado, os quais, por vezes, encontram-se interpelados por práticas de silenciamento, que, conseqüentemente, o deixam à margem dos debates que pretendem discuti-lo. A partir disso, o problema levantado por esta Dissertação é: Quais as interfaces entre o cuidado e as políticas de assistência estudantil na perspectiva de mestrados dos Programas de Pós-Graduação da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim/RS?

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as interfaces entre o cuidado e as políticas de Assistência Estudantil na perspectiva de mestrados dos Programas de Pós-

Graduação da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim/RS. A partir dele são propostos os seguintes objetivos específicos:

- Investigar as concepções de cuidado de estudantes de quatro¹ Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Erechim/RS;
- Identificar se há a presença de *mal-estares* nos estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação da UFFS, *Campus* Erechim/RS, e quais seriam eles.
- Analisar de que modo o conceito de cuidado está presente nas estratégias de desenvolvimento sugeridas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para práticas de cuidado a estudantes de Pós-Graduação;
- Verificar as abordagens do cuidado presentes na política de Assistência Estudantil da UFFS;
- Apontar caminhos para a constituição de Políticas de Cuidado Educacional para a Pós-Graduação;

A construção de um percurso que torne possível a compreensão das ramificações existentes no objeto de estudo dessa pesquisa, que busca interligar o conceito de cuidado e a análise de uma política educacional, exige, inicialmente, a compreensão dos complexos elementos que se enlaçam, por isso justifica-se a escolha da *Abordagem do Ciclo de Políticas* como metodologia para análise dos dados, pois se pretende construir um caminho metodológico que permita analisar a inserção do cuidado nas políticas de assistência estudantil e para isso é preciso considerar que uma análise de política é sempre um ciclo, onde, a cada nova análise, pode-se criar outras influências, outras produções, outras compreensões.

A *Abordagem do Ciclo de Políticas* nos permite um olhar macro e micro dos contextos de produção e de implementação de políticas educacionais. Essa abordagem destaca, na visão de Mainardes (2006, p.49):

[...] a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micro-políticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. Esse referencial teórico-analítico não é estático, mas dinâmico e flexível.

¹ Esse quantitativo de Programas que serão analisados corresponde à totalidade de Programas de Pós-Graduação existentes no Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), quais sejam: Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Mestrado em Geografia.

O dinamismo e a flexibilidade na análise de políticas educacionais para a *Abordagem do Ciclo de Políticas* são como um ciclo contínuo e constituído por três contextos principais: *Contexto da Influência*, *Contexto de Produção de Texto* e *Contexto da Prática*. Importante compreender que esses conceitos não são lineares e estão inter-relacionados, sem uma dimensão temporal ou sequencial entre eles. Assim sendo, ao partirmos do pressuposto de que a temática do cuidado requer uma perspectiva social, que seja capaz de abranger múltiplas realidades, depreende-se que o mesmo também estará incumbido de uma conotação política – macro ou micro.

Estabelecido o caminho a percorrer, cabe agora olhar para cada etapa deste estudo e seus desdobramentos. Teoricamente o estudo será dividido em duas partes. Primeiramente será feita uma revisão bibliográfica sobre o cuidado a partir de uma visão interdisciplinar. A escolha do cuidado como política educacional, por ser um conceito bastante abstrato, pode levar erroneamente a pensamentos binários como cuidar versus ser cuidado, receber versus prestar cuidados. Ainda, o uso deste dentro de uma análise de política pode levar a questionamentos também dicotômicos que se referem a uma interpretação pública (política) versus privada (individual), subjetiva versus objetiva. Deste modo, buscar-se-á, através da análise dos escritos da Psicóloga Carol Gilligan (1982), em sua obra *Uma voz diferente: Psicologia das diferenças entre homens e mulheres da infância à idade adulta*, em diálogo com uma cientista social argentina (FAUR, 2015), uma cientista social mexicana (PACHECO, 2013), uma socióloga brasileira (SORJ, 2014) e uma filósofa peruana (ANDERSON, 2010), as quais são estudiosas do cuidado, repensar que tipo de gestão de cuidado se dá em políticas de Assistência Estudantil no contexto de Pós-Graduação, interessando-nos visões de implicações políticas, práticas e éticas do cuidar.

Em segunda análise, a revisão bibliográfica também buscará dados que norteiam uma discussão a respeito de qual é a dimensão de saúde mental no contexto da Pós-Graduação no cenário atual, na perspectiva de *bem-estar* ou *mal-estar*, selecionando para este estudo documentos de importância para compreensão do exposto. Aqui importante compreendermos *mal-estar* como um estado psicológico de sofrimento, como a angústia, a inquietude, a tristeza e o estar mal (*mal être*), mas lhes acrescenta também uma dimensão de indeterminação, caracterizado com uma conotação de pressentimento, presságio ou anúncio de mau destino. A expressão *mal-estar* pode estar ligada a uma série dos estados morais de aflição ou a uma parcialidade que impõe demasiadas perdas semânticas ao conceito. Por isso, nos reportaremos a algumas obras clássicas da psicanálise, em especial as de Sigmund Freud (2014), bem como a autores contemporâneos como Christian Dunker (2015) e Vladimir Safatle (2015) para

melhor compreender como pretendemos utilizar o conceito e como ele pode ser representado no contexto da Pós-Graduação.

Para organizar a apresentação de tal revisão bibliográfica, no capítulo 2, intitulado *Cuidado*, será traçado um percurso psicológico, social, ético-político e pedagógico acerca do cuidado. Isso será feito a partir de duas perguntas centrais: Que contemporaneidade queremos nos reportar ao falarmos de cuidado? E que cuidado queremos na contemporaneidade? Para responder a essas perguntas, o capítulo será desenvolvido de acordo com seis características do cuidado, quais sejam: *igualdade, diferença, escolha, tempo, experiência e cuidado*. (ANDERSON, 2007). Além disso, será considerada a trilogia de concepção do cuidar: cuidado de si, receber e prestar cuidados, bem como as relações do cuidado com a educação através dos conceitos *Autocuidado, Intercuidado e Transcuidado* de Bernardo Toro (2020) para pensar uma educação como a proposta pelo mesmo autor, uma educação para a *Cidadania*.

No capítulo 3, serão observadas as relações dos sujeitos com suas rotinas cotidianas enquanto pós-graduandos de duas perspectivas: a pessoal e a institucional. Na primeira serão observadas as práticas cotidianas dos sujeitos e suas relações com produções de *mal-estar* ou *bem-estar* do ponto de vista subjetivo e do ponto de vista da relação com seu orientador. Já na perspectiva institucional será considerada a Política de Assistência Estudantil como um regime de cuidado. Neste capítulo, ainda, será também apresentado um Estado do Conhecimento acerca das produções sobre Políticas de Assistência Estudantil no campo da Pós-Graduação no período de 2014 e 2019.

O capítulo 4 apresenta o percurso metodológico que será adotado pela pesquisa, sendo uma pesquisa de cunho qualitativa, de caráter bibliográfico, através dos instrumentos de análise documental, Estado do Conhecimento, pesquisa de campo através da técnica de entrevista semiestruturada e análise dos dados coletados. Esse percurso será estabelecido através de uma metodologia combinada entre uma pesquisa interdisciplinar e a abordagem de análise do *Ciclo de Políticas*. Em relação à análise dos dados, pretende-se seguir a partir dos três contextos da *Abordagem do Ciclo de Políticas: Contexto da Influência, Contexto de Produção de Texto e Contexto da Prática*, como é possível visualizar no quadro abaixo.

Quadro 1 – Percurso Metodológico

Contexto	Tipo de Pesquisa	Objeto de Estudo	Norteador de Análise
Contexto da Influência	Pesquisa Bibliográfica	Influências teóricas que embasem o olhar que será destinado às Políticas de Assistência Estudantil na Pós-Graduação.	Apresentar através de uma revisão bibliográfica aporte para a compreensão de qual dimensão será atribuída no estabelecimento de interfaces entre o cuidado e a Política de Assistência Estudantil
Contexto de Produção de Texto	Pesquisa Documental	Plano Nacional de Pós-Graduação 2011/2020 Vol. 1 e Vol. 2 Política de Assistência Estudantil da UFFS	Analisar se o cuidado está presente nas estratégias de ações voltadas a estudantes de Pós-Graduação de forma implícita ou explícita. Verificar se há abordagens de cuidado na Política de Assistência Estudantil.
Contexto da Prática	Pesquisa de Campo	Entrevistas on-line semiestruturada com estudantes de Programas de Pós-Graduação da UFFS Erechim.	Compreender as concepções dos pós-graduandos sobre sua inserção na Pós-Graduação e suas relações com <i>bem-estares</i> ou <i>mal-estares</i> . Pesquisar qual é a concepção dos estudantes de Pós-Graduação em relação à Política de Assistência Estudantil.

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

O *Contexto da Influência* representa o estágio em um estudo no qual se olha a partir de determinados eixos de interesse, ou seja, quais as influências do ponto de vista teórico incidem neste estudo para estabelecer uma busca de interface entre o cuidado e a política analisada: política de assistência estudantil. Por isso, nesta pesquisa, justifica-se a escolha do caminho acima descrito para o *Contexto da Influência* como tentativa de compreender quais foram as influências teóricas estabelecidas para olhar a política de Assistência Estudantil para verificar se ela pode ser vista como uma prática de cuidado aos estudantes de Pós-Graduação. Ainda, investigar que bases teóricas e “experiências bem-sucedidas” este estudo busca se amparar, e isso se dará por meio de uma Revisão Teórica/Pesquisa Bibliográfica.

Ainda, este contexto tem uma relação quase simbiótica com o *Contexto de Produção do Texto*, pois esses textos em certa medida são o resultado de acordos e disputas estabelecidos entre os grupos que atuam dentro de diferentes lugares e que competem para

controlar as representações das políticas, que podem, por sua vez, carregar, além de intervenções, limitações materiais e de possibilidades (MAINARDES, 2006). Além disso, os textos considerados políticos estão sempre articulados com uma linguagem de interesse de uma forma mais geral e, geralmente, são esses textos que representam a política. Tais representações podem se dar de várias formas como:

[...] textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. (MAINARDES, 2006, p.52).

Neste contexto, conforme o autor destaca, as políticas são entendidas como representações codificadas através de uma teoria literária de maneira complexa. Logo, os textos das políticas terão uma pluralidade de leituras possíveis. Neste sentido, esta pesquisa buscará no *Contexto de Produção de Texto* olhar para as representações de documentos oficiais ao realizar uma análise documental dos seguintes documentos: Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020 Vol. 1 e Vol. 2 e a Política de Assistência Estudantil da UFFS. Estes documentos serão fonte para analisar quais os discursos presentes como práticas destinadas aos estudantes de Pós-Graduação.

O terceiro contexto, o *Contexto da Prática*, aquele em que uma política sofre interpretações e, em alguns casos, recriações. Isso se dá mediante a ação de apropriação dos sujeitos que de alguma maneira entram em contato com a política. Esses sujeitos podem ter maior ou menor poder de acesso e apropriação do conteúdo e também podem escolher diversas maneiras discursivas para validar seus pensamentos e entendimentos a respeito.

Segundo Mainardes (2006), o *Contexto da Prática* depende de uma discursiva que incorpora, inevitavelmente, um significado, e isso se dá sempre que os sujeitos utilizam proposições e palavras, de modo que permite a construção e o reconhecimento de determinados pensamentos. “A política como discurso estabelece limites sobre o que é permitido pensar e tem o efeito de distribuir ‘vozes’, uma vez que somente algumas vozes serão ouvidas como legítimas e investidas de autoridade” (MAINARDES, 2006, p. 53). Sendo assim, na prática, os autores estão imersos numa variedade de discursos, alguns mais dominantes que outros. A interpretação de uma política tem a ver com a capacidade de identificar os processos de resistência, acomodação, subterfúgios e conformismo relacionados às leituras que se pode fazer na prática da política em si, ou seja,

é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original [...] as políticas não são simplesmente ‘implementadas’ dentro dessa arena (Contexto da Prática), mas estão sujeitas à interpretação e então a serem ‘recriadas’ (MAINARDES, 2006, p 53).

No Contexto da Prática, realizou-se entrevistas semiestruturadas on-line com estudantes de Pós-Graduação da UFFS². O objetivo da escolha deste instrumento dá-se pelo desejo de identificar a concepção que os estudantes referidos utilizam para descrever a sua trajetória como pós-graduandos, ligada a uma perspectiva de *bem-estar* ou *mal-estar*, e em que medida isso se aproxima de uma perspectiva de cuidado. Ressalta-se que a escolha da amostra se deu a partir do exposto por Oliveira (2001) como amostra não-probabilística de tipo intencional ou amostra de julgamento, ou seja, é escolhida com base no discernimento dos resultados possíveis à investigação, de forma criteriosa.

Assim, foram entrevistados pós-graduandos para o período inicial, intermediário e final de cada Programa de Pós-Graduação da UFFS – *Campus* Erechim, escolhido para compor o *corpus* da presente pesquisa. A análise documental foi utilizada na etapa do *Contexto de Produção de Texto* através de análise de documentos oficiais. Por fim, no *Contexto da Prática*, a análise das entrevistas se deu por meio da *Análise de Conteúdo* proposta por Bardin (2016).

2 Serão considerados os quatro Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim.

2 CUIDADO

No atual cenário, a humanidade atravessa novos contornos e manifestações a respeito da temática do cuidado, de modo que este entrou nos debates de agendas regionais. Destaca-se a 10ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, na qual o cuidado está representado “[...] a partir de uma perspectiva de direitos, que significa que toda pessoa tem o direito de cuidar, ser cuidado e cuidar-se” (PAUTASSI, 2004). Contudo, embora haja uma prospecção da visibilidade do cuidar, ainda predomina em nossas sociedades uma reprodução da lógica do cuidado como “prática doméstica”, ou seja, atribui-se a ele uma ideia “naturalizada” de que essa ação é de responsabilidade da mulher (PAUTASSI, 2004, p.39).

São perceptíveis as dicotomias presentes entre as visões de cuidado, que, ora diferenciam-se, ora misturam-se, de modo que esteja sempre em um processo de transição, o que o coloca como um desafio aos pesquisadores que debruçam seus esforços na tentativa de delimitá-lo e colocá-lo em debate entre seus pares. Destaca-se aqui a visão dada ao cuidado nos últimos anos, o que nos permite adentrar em novos caminhos de pesquisa. Partindo do que Fina Birulés (1996) questiona, hoje poder-se-ia perguntar: Somos contemporâneos de quais cuidados? Para responder ao questionamento, precisamos entender um pouco sobre que contemporaneidade queremos nos reportar ao falarmos de cuidado, ao mesmo tempo em que precisamos compreender que cuidado se quer na contemporaneidade.

O termo “cuidado” é bastante abstrato e tem por sua definição no dicionário: “Em que se pensou muito; que se previu” (AULETE, 2021) ou, ainda, “Forma de agir com preocupação; atenção que se dedica a alguém” (DICIO, 2021). Embora as definições aqui escolhidas para representar o conceito tenham intencionalidades diferentes, ambas possuem uma relação com o sentido de uma ação humana, que indicam uma qualidade de um conceito dinâmico. O cuidado pode exercer um lugar de trabalho, de cuidado material, mas também implica um cuidado econômico, que, às vezes, têm um custo em sua realização. Além disso, o trabalho de cuidado sempre tem um cuidado psicológico incluído, ou seja, uma relação de vínculo afetivo, emotivo e sentimental (BATTHYÁNY, 2021, p. 55).

Assim, olhamos o cuidado a partir de um aspecto psicológico, sociológico (ético-político) e pedagógico para que se construa um entendimento acerca das questões apresentadas no parágrafo anterior.

2.1 QUE CONTEMPORANEIDADE QUEREMOS NOS REPORTAR AO FALARMOS DE CUIDADO?

Para pensar essa contemporaneidade, partiremos das ideias de Anderson (2007), que estabelece em seu texto “Gênero do Cuidado” seis características-chave para se pensar o cuidado de uma perspectiva contemporânea, das quais nos valeremos como fio condutor deste capítulo, são elas: igualdade, diferença, escolha, tempo, experiência e cuidado. A utilização dessas características se deve não só ao intuito de defini-lo conceitualmente, mas sim de compreender o que cada um deles tem a ver com a entrada do cuidado para as agendas de debates na América Latina, sobretudo nos estudos de gênero, nas políticas de cuidado e nas pedagogias do cuidado, para compreender do que é feita essa contemporaneidade quando se trata exclusivamente do lugar do cuidado nas sociedades atuais.

Com o objetivo de melhor definir o cuidado do ponto de vista da constituição psíquica, por considerar essa perspectiva um ponto de entrelaçamento entre as demais (perspectiva social, ético-política e pedagógica), utilizamos dois autores da psicologia que se dedicaram ao longo de sua trajetória a estudar os primeiros tempos de vida dos sujeitos e a importância dos trabalhos de cuidado, são eles Winnicott (2007) e Ferenczi (1992a; 1992b).

Além disso, é preciso destacar que as referências escolhidas para este capítulo são figuras que problematizaram o cuidado como debates necessários e atuais a seus tempos (GILLIGAN, 1982; FAUR; JELIN, 2013; PACHECO, 2013; SORJ, 2012; 2014; ANDERSON, 2007; 2010). Elas o abordam de perspectivas distintas e singulares, cada uma tentando trazer uma realidade particular em debate através do cuidado, como o trabalho não-remunerado, o processo migratório, a precarização dos trabalhos de cuidado, a economia do trabalho de cuidado, dentre outros, por isso, aqui, além de não ser nossa pretensão, não traçaremos uma reflexão teórica a respeito de cada uma dessas possíveis abordagens, nos limitaremos a traçar aproximações da temática pretendida (o cuidado no contexto educacional) com o dorso de cada uma das facetas adotadas pelas autoras.

Como ponto inicial é pertinente fazer um destaque de que a complexidade de abordar uma temática como o cuidado nos remete, mesmo que de forma indireta, a uma relação perpassada por traços de poder. Através dos registros cognitivos ou afetivos, o cuidado tende, como uma primeira associação mental por parte dos sujeitos, se remeter a uma relação assimétrica entre aquele que cuida e aquele que é cuidado, dando ao cuidador um lugar de poder simbólico. Não podemos negar que comumente na realidade é necessário que se

estabeleça essa hierarquia, mas não podemos compreendê-la como a única relação possível. Tais relações (de poder) são gatilhos para estudos sobre o cuidado que trazem as duas primeiras características apresentadas por Anderson (2007), *igualdade* e *diferença*, como lugares de poder em disputa. São exemplos: as igualdades ou diferenças de gênero, raça e classe em torno das práticas de cuidado. Embora compreendamos a profunda relevância dessa visão, por não ser possível pensar ações humanas sem sua ligação de classe, raça e gênero, aqui a premissa central não estará pautada em discussões dessas perspectivas, embora se dê em alguma medida. Neste trabalho o cuidado é percebido através de uma perspectiva subjetiva, ou seja, através dos afetos expressos pelos sujeitos pós-graduandos em seus relatos.

Todos somos *sujeitos de cuidado*, uma vez que as imaturidades e dependências nos primeiros tempos de vida são marcadas pelas experiências de cuidado e figuram como um ponto fundamental da existência. Logo, como podemos compreender o cuidado, tendo em vista que este é uma condição humana fundamental? Os debates sobre o tema expõem diversos “exemplos e reflexões acerca dos sofrimentos e alegrias, culpas e ambiguidades, vinculados às relações entre indivíduos e entre grupos, em que o dar e receber cuidados são elementos centrais” (ANDERSON, 2007, tradução minha, p. 74). Por isso a característica de igualdade do cuidado será abordada como uma condição necessária do ponto de vista da constituição psíquica do sujeito, mas não como uma forma igualitária de obtê-la, pois isso impreterivelmente depende de nossos lugares sociais.

2.1.1 Olhar da psicologia sobre o cuidado e a constituição psíquica dos sujeitos

O intuito de trazer os cuidados nos primeiros tempos de vida dá-se pelo desejo de abordá-lo também como o *tempo das delicadezas*, no qual a delicadeza se caracteriza como o lugar do sujeito se constituindo. O tempo de cuidar nos primórdios da constituição da vida psíquica de um bebê é expresso por uma intensa e extensa relação entre ações cotidianas destinadas pelo adulto ao corpo do bebê e a gradativa internalização da representação desses gestos ao psiquismo em constituição. Para Winnicott (2007, p.83), essa relação é dada como o *vir-a-ser um ser humano*. Portanto, como humanos, temos *necessidades iguais* no que se refere ao cuidado para que possamos desenvolver um aparelho psíquico minimamente capaz de nos dar a condição de reconhecerno-nos como sujeitos que somos. Essas necessidades possuem uma relação de dependência a um tempo que nunca se esgota de miradas de cuidados. Ao pensarmos no processo de cuidado desde a lactância, percebemos que sua

principal função é a de apresentar continuamente o mundo à criança. E “isso é algo que não pode ser feito por pensamento, nem pode ser manejado mecanicamente. Só pode ser feito pelo manejo contínuo por um ser humano que se revele continuamente ele mesmo [...]” (WINNICOTT, 2007, p.83).

Esse manejo contínuo realizado por um ser humano a fim de apresentar o mundo à criança em pequenas doses é visto por Winnicott (2007) como uma relação de intensa dependência do bebê ao seu cuidador, e que aquele só poderá ir gradualmente desenvolvendo-se rumo à independência devido a sua possibilidade de depender, que só ocorre se a relação de cuidado estabelecida funcionar. Do ponto de vista do adulto, este precisa se identificar com o bebê e ter condições de suportar a *dependência absoluta* deste ser a seus cuidados. Dar conta dessa dependência absoluta é também dar-se conta de sua dependência às memórias de vivências e experiências de ter sido também outrora um bebê, tendo recebido cuidados iniciais, mesmo que, por vezes, enquanto adulto, não perceba que depende dessas experiências anteriores e constitutivas. Para o adulto, o dar-se conta pode ou não estar presente, já a criança precisa depender sem saber que depende, uma vez que qualquer esforço que a criança tenha que fazer para dar conta das falhas de seu ambiente, estará criando um empecilho na sua tarefa de *vir-a-ser um sujeito*.

Apesar desse tempo (*dependência absoluta*) durar em torno de três meses, é fundamental para a constituição humana, pois, para transitar por esses primeiros meses, o bebê já é fruto daquele ser construído no psiquismo dos pais quando ainda estava no útero da mãe, para então vir a ser inserido no seu ambiente. Em outras palavras, significa dizer que a relação genitor-bebê, mãe-bebê, cuidador-bebê é uma experiência de mutualidade pelo fato de que inicialmente são os adultos que precisam adaptar-se ao bebê para criar condições a esse de adaptar-se no ambiente.

Para Ferenczi (1992a), esses cuidados iniciais permitem a sobrevivência do feto, e essa se dá pela possibilidade ofertada pela mãe a ele de viver num estado de onipotência, que é:

[...] a impressão de ter tudo o que se quer e de não ter mais nada a desejar. É o que o feto poderia pretender no que lhe diz respeito, já que possui constantemente tudo o que lhe é necessário à satisfação de suas pulsões, portanto, nada tem a desejar, é desprovido de necessidades. Período de onipotência incondicional (FERENCZI, 1992a, p. 42).

Passados os primeiros meses, nos quais foi possível ao bebê sobreviver onipotente, numa *dependência absoluta* a seus cuidadores, vai-se criando condições de um mundo

possível em pequenas doses para que o bebê construa ligações simbólicas e subjetivas com seu ambiente, sobretudo com aquele que o cuida, dando início à fase que Winnicott (2007) denomina por *dependência relativa* ou, para Ferenczi (1992), período de *onipotência alucinatória mágica*. Nesse estágio, as demandas que eram prontamente atendidas começam a exigir um esforço do bebê em encontrar vias de manifestar suas necessidades e seus desejos.

Pode-se dizer que, na fase de dependência relativa, a criança vai aprendendo a contribuir com atos de reivindicações a seus cuidadores, que vão tornando-se condições cada vez mais numerosas e complexas à medida que aumentam também os desejos da criança. Com o desenvolvimento em curso, os desejos vão assumindo formas cada vez mais específicas de atenção, e as manifestações motoras vão se tornando ineficazes para a satisfação do bebê. Como solução, esse vai procurando manifestar sinais mais especializados, que ainda correspondem ao período da *dependência relativa*, mas agora pode-se dizer que se trata de um período de *onipotência com o auxílio de gestos mágicos*. Para conseguir avançar nas manifestações de suas necessidades, a criança precisa aprender a separar os conteúdos psíquicos subjetivos (sentimentos) dos conteúdos objetivos (impressões sensoriais), pois até então a criança apenas conseguia introjetar sua necessidade como algo que lhe faltava. A partir desse estágio de separação entre sentimentos e sensações sensoriais, vai adquirindo uma capacidade de projetar suas faltas e necessidades ao mundo externo. É dessa capacidade que vão tornando-se mais complexos os mecanismos de comunicação da criança. Aqui acontece a aquisição das relações simbólicas, as quais serão persistentes pela vida toda.

Neste estágio, a criança só é no mundo reproduções de sua corporalidade e, por outro lado, aprende a figurar por meio de seu corpo toda a diversidade do mundo externo. Essa aptidão para a figuração simbólica representa um aperfeiçoamento importante da linguagem gestual; ela permite à criança assinalar não só os desejos que se relacionam diretamente ao seu corpo, mas exprimir também desejos que se relacionam com a modificação do mundo externo (FERENCZI, 1992a, p. 47).

Aos poucos os gestos também vão tornando-se incapazes de dar conta das satisfações pretendidas pela criança. Assim, vai-se criando uma capacidade de substituir o símbolo gestual pelo símbolo verbal, chegando ao *período dos pensamentos e palavras mágicas*.

Ao mesmo tempo, o simbolismo verbal torna possível o pensamento consciente na medida em que, associando-se aos processos do pensamento, em si mesmo inconscientes, confere-lhes qualidades perceptíveis. O pensamento consciente por meio de signos verbais é, portanto, a mais alta realização do aparelho psíquico, a única que permite a adaptação à realidade. Com efeito, os desejos que a criança concebe sob forma de pensamento ainda são tão pouco numerosos e relativamente

tão poucos complexos que o meio atento e empenhado no *bem-estar* da criança consegue facilmente adivinhar a maior parte de seus pensamentos (FERENCZI, 1992a, p. 47).

A partir desse momento, a capacidade instaurada na criança de sentir a realidade vai colocando-a no período que Winnicott (2007) denomina por: estar “andando” *rumo à independência*. Observa-se que o autor utiliza a expressão *rumo à independência*, pois, não por acaso, para ele não necessariamente é possível chegar-se à independência de uma forma absoluta, pois as modificações ambientais, mesmo na idade adulta, são constantes, o que exige uma adaptação do sujeito ao longo de toda a sua vida. No entanto, os círculos sociais vão ficando cada vez mais abrangentes, e à medida que o sujeito vai tornando-se capaz de identificar-se com sua realidade social vai fazendo desta uma expressão de seu próprio mundo pessoal. A capacidade de perceber a realidade do ponto de vista psíquico é possível a partir de uma série de sucessivos impulsos de recalçamento³, ou seja, pelas necessidades que lhe são impostas, pelas frustrações encontradas, e isso não corresponde à evolução espontânea do sujeito. O ambiente e a capacidade de cuidar são responsáveis pela sucessão de desenvolvimentos do sujeito *rumo à independência*. Segundo Ferenczi (1992b, p.52), a primeira adaptação necessária ao sujeito é imposta pelo processo de nascimento, que,

[...] com toda certeza, faz-se sem colaboração ativa, sem intenção por parte da criança. O feto preferia muito permanecer ainda na quietude do corpo materno, mas é implacavelmente posto no mundo, deve esquecer seus modos de satisfação preferidos e adaptar-se a outros. O mesmo jogo cruel repete-se a cada novo estágio do desenvolvimento.

Embora não se possa afirmar que um sujeito conquiste a independência absoluta, todos os estágios seguintes, principalmente os da vida adulta, são marcados por uma constante busca do sujeito para identificar, expressar, reconhecer e ser reconhecido simbolicamente pela sua relação com o ambiente, através da capacidade de colocar-se nele como um sujeito dependente ou independente. Os cuidados fornecidos pelos pais, famílias, grupos sociais e até mesmo pela sociedade são uma continuação dos cuidados maternos adaptados às necessidades cada vez mais complexas.

Sempre esse lugar de fornecer cuidado é proporcionado pelo mundo externo ao psiquismo de todos os sujeitos como um presente, um tempo que precisou ser dedicado em

3 Termo psicanalítico. Pode-se compreendê-lo como uma produção no sujeito quando a satisfação de uma pulsão – proporcionar prazer por si mesma – ameaçaria provocar desprazer relativamente a outras exigências. Expressão extraída do Vocabulário da Psicanálise de Laplanche (2001).

forma de gestos de cuidado. Essa dedicação, geralmente, é uma espécie de presente anônimo. Todo humano foi um bebê desamparado e profundamente dependente. Pode-se dizer que a natureza humana é ancorada numa condição de desamparo e que necessita do contato com o outro para dedicar-lhe tempos com disposição para o cuidado. Essa fragilidade inicial parece escapar da memória, como se fosse um tempo a ser esquecido.

Tornar-se um adulto que cuida de um bebê é sustentar-se o tempo todo enquanto aguarda que o bebê venha tornar-se um sujeito que saia da dependência rumo à independência, tornando-se capaz de desejar, sentir raiva, ser uno, cuidadoso, responsável e amoroso. Isso, em certa medida, só é possível pela sobrevivência dos cuidadores para que o pequeno bebê pudesse aos poucos apresentar-se, gradualmente, ao mundo. Para Winnicott (2007), pensar esse cuidado através de um olhar psicanalítico, expresso de uma forma de *setting tradicional* (consultório) ou *setting ampliado* (instituições sociais) é quando uma técnica, uma escuta permite ao sujeito deixar de lado suas defesas e regredir à dependência entregando-se aos cuidados de outra pessoa, sendo que esses cuidados são oferecidos de formas silenciosas.

A partir disso é possível depreender que o cuidado toma dimensões ampliadas, não se restringe a ações de um humano a outro. Instituições, leis, políticas também podem exercer esse papel de cuidado.

2.1.2 Olhar social do cuidado

Para pensar o cuidado através de uma perspectiva social, surge a seguinte pergunta: qual é a responsabilidade social do cuidado na contemporaneidade? Helena Hirata e Nadya Guimarães (2012, p. 99) nos propõem uma reflexão a partir de quatro convergências que poderiam ser atreladas ao tipo que esse trabalho de cuidado envolve, considerando como pressuposto o reconhecimento conceitual de cuidado por “o cuidado com o outro, a atenção para com outrem” (1ª convergência). Ao pressupor que se necessita de uma relação entre pessoas para a prática dessa ocupação, têm-se também na sua realização uma forte dimensão emocional, pois mistura amor, afeto e altruísmo (2ª convergência). Logo, majoritariamente, essa atividade é desenvolvida por mulheres, já que essas qualidades requeridas para o cuidado são tidas como “naturais” a elas, as quais as desenvolvem no âmbito doméstico — por oposição às qualificações aprendidas pelo homem nos espaços públicos (3ª convergência). Em quase todos os contextos considerados, a gestão do cuidado na sociedade assenta-se no âmbito

informal. Tal fato representa que socialmente são as mulheres que devem ser as principais responsáveis pelo cuidar (4ª convergência). Perpassado pelo lugar do feminino nessa “prestação de serviço”, atribui-se o cuidar como ato delegado às mulheres desvalorizadas socialmente, em posição socioprofissional hierarquicamente inferior, e essas funções não são delegadas *apenas às mulheres*, mas às mulheres pobres e não brancas. Dessas quatro convergências, podemos considerar a contemporaneidade do cuidado como uma falta de reconhecimento simbólico, o qual “parece ser regido por um princípio de desigualdades (homens/mulheres, migrantes/não migrantes)”.

Pensar o cuidado a partir dessas quatro convergências sugeridas pelas autoras é compreender que, apesar dele ocupar um lugar de silenciamento dos debates ou da consideração de sua importância, aqui diferente do cuidado enquanto construção psíquica, esse lugar de marginalizado nos debates não se dá por uma dificuldade de percepção, de captura dos gestos de cuidado, e sim por esses gestos corresponderem a muitas atividades econômicas não remuneradas, logo, há uma pretensão de não colocá-lo em debate.

Ainda segundo as autoras, essas representações de como o cuidado é visto além de ter uma multiplicidade de fatores que o influenciam ainda essas devem ser consideradas em cada lugar, em cada contexto, em cada meio social, pois se considera que há uma diversidade também em cada sociedade de como essas convergências atuam e é ela, a sociedade, que a transforma em categoria social, que, em certa medida, é assumida pela esfera pública local.

Dito de outra maneira, há geralmente, ao menos do ponto de vista histórico, uma diferença de inserção nos espaços de trabalho entre homens e mulheres, e isso se dá devido às formas de organização social, que são, em geral, baseadas em três atividades essenciais. A primeira é o trabalho produtivo, pago, que tem um caráter social e também coletivo. Esse trabalho é realizado dentro de um período determinado, que inclui ter horários de trabalho específicos, e este é exercido por um recorte de tempo na vida do sujeito. A outra atividade essencial é o trabalho doméstico, não remunerado, de caráter individual e através do qual se satisfazem necessidades como alimentação, higiene, saúde e maternidade. Este trabalho é realizado todos os dias na vida das pessoas. No entanto, a depender da idade, da posição social, das condições de saúde, não é realizada por algumas pessoas. Desse modo, outras pessoas o fazem, cumprindo um trabalho doméstico múltiplo: o seu e o de terceiros (BATTHYÁNY, 2021).

Esse trabalho representado por Batthyány (2021) é o mesmo exposto por Helena Hirata e Nadya Guimarães (2012), um trabalho não remunerado, que se realiza, mas não é pago. A maior parte de trabalhos como esse são realizados por mulheres pobres e não brancas.

Cabe destacar três formas de como esse trabalho de cuidado se apresenta como uma demanda social: na infância, as pessoas com algum grau de deficiência ou a idosos com níveis de dependência. Moralmente, não há questionamentos a respeito da importância do gesto exercido por aquele que cuida, porém econômica e socialmente ele é não reconhecido.

Nessa forte hierarquia de gênero que se apresenta as construções acerca do cuidado torna relevante abordá-lo através dos estudos da *construção social do cuidado* enquanto uma categoria analítica. Faur e Jelin (2013, p. 112) acrescentam ainda um elemento à definição de que todos somos sujeitos de cuidados. Ao menos do ponto de vista analítico, não há uma clareza conceitual e perceptual adquirida enquanto sociedade, o que a torna incapaz, na maioria das vezes, de compreender o cuidado como um gesto social coletivo. Desse modo, apresenta-se marginalizado dos debates sociais em virtude de interesses econômicos. Curiosamente, para a sociedade, o cuidado acaba ocupando o lugar simbólico do adulto em relação ao bebê nos primeiros tempos, ou seja, um lugar de “silenciamento”. Por isso, é preciso entender que tirá-lo desse lugar, socialmente falando, é uma *escolha*, ou seja, mais uma das características fundamentais dadas ao cuidado por Anderson (2007, p. 72).

Pensar o cuidado enquanto uma responsabilidade social significa dizer que toda vez que se escolhe colocar o cuidado em pauta, tirando-o em alguma medida do silenciamento, essa escolha representa por si só uma ação de cuidado. Dito de outro modo, as atividades de cuidados na contemporaneidade não podem mais ser consideradas um assunto privado (FAUR; JELIN, 2013, p. 114). Durante muito tempo o cuidado ocupou esse lugar social silenciado e fragilizado quando visto de uma perspectiva individual, o que resultou numa compreensão política fragmentada por parte dos sujeitos acerca de suas responsabilidades e direitos no que se refere a prestar ou receber cuidados.

Nessa perspectiva, é preciso que se olhe na contemporaneidade para o cuidado de um jeito diferente, a fim de romper com esse ponto cego e reconhecê-lo como um potente fundamento para a produção de *bem-estar*, na forma de experiências através de sistemas comunitários de cuidado. Importa compreender duas possíveis dimensões do que seria olhar o cuidado de uma forma não silenciada. O primeiro aspecto é compreender-se de um cuidado enquanto uma atividade que torna algumas práticas necessárias numa sociedade para proporção de *bem-estar* social. Para Pautassi (2004), é justamente essa necessidade de ações práticas de cuidado que fez com que a temática explodisse nas agendas atuais. Já o segundo aspecto trata de compreender que algumas vezes o cuidado está silenciado de certos debates pela dificuldade de compreendê-lo como um gesto ético e político, e que não necessariamente pode ser descrito por uma ação específica de cuidado. Sendo assim, segundo Esquivel, Faur e

Jelin (2012, p.25), o cuidado sofre uma redução na capacidade de ser registrado e medido ao longo das relações adultas, pois é mais difícil identificá-las quando essas não podem ser descritas tão logicamente como uma atividade de amamentar, cuidar de um doente, trocar fraldas. Logo, não significa que, ao longo da vida adulta, os sujeitos precisam menos de cuidados e são mais independentes desses, significa que é mais complexo entender de que forma ele se apresenta nessas realidades.

2.1.3 Olhar ético-político do cuidado (Políticas de Cuidado)

Nas palavras de Gilligan (1982), será preciso que a sociedade, em certa medida, se reorganize a fim de criar as condições subjetivas e objetivas para o processo de “cuidar” e que este seja assumido como opção, como uma escolha, e não como resultado de uma perpetuação educacional ou cultural de papéis de gênero, retirando o cuidado de um lugar, que, simbolicamente, era destinado apenas às mulheres. Para isso, é preciso evitar dicotomias simplistas e considerar que as definições de cuidado são multidimensionais.

Assim, torna-se importante perceber que o campo de ações é amplo e que rever o lugar e a compreensão do cuidado é, definitivamente, uma questão de relevância social e acadêmica, a qual objetiva considerar tanto aquele que presta o serviço quanto aquele que o recebe, pois “todos temos, em certa medida, a responsabilidade de olhar uns pelos outros” (GILLIGAN, 1982, p. 21). Logo, o debate acerca da construção social do cuidado deve partir de um olhar *sin barandilla* (BIRULÉS, 1996), que significa deixar-se levar pela diferença, desconstruir-se pela diferença e entender que é por meio dela que nos diferenciamos e nos afirmamos como outro-exclusivo-único.

Das propostas teóricas de Gilligan (1982, p. 160), nos deteremos mais precisamente pelo fato da autora descrever o *pensar ético do cuidado* identificado a partir de questões culturais e contextuais, estabelecendo-se os pressupostos de uma *ética do cuidar*, pois, certamente, pode-se considerá-la precursora de tal perspectiva, uma vez que ela foi umas das principais referências no que diz respeito a sua luta na arena política do cuidado, considerando-o em sua dimensão ética, humana, social e psíquica.

Para a autora, a ética do cuidado representa a capacidade do cuidado ser pensado contemplando duas variáveis motivadoras, a questão afetiva e a racional, contudo, ele não deve ser pensado de uma forma binária, mas sim de uma forma integrada. Ao longo do seu livro *Uma voz diferente: Psicologia das diferenças entre homens e mulheres da infância à*

idade adulta, Gilligan (1982, p. 22) estabelece diversas relações sobre as diferenças morais existentes entre homens e mulheres:

Enquanto, para os homens, a identidade precede a intimidade e a capacidade de gerar no ciclo ótimo da separação e apego humanos, para as mulheres essas tarefas parecem, ao invés, estarem fundidas. A intimidade segue junto com a identidade, à medida que a mulher vem a conhecer-se como é conhecida, através de seus relacionamentos com outros.

Apesar da diferença entre os gêneros masculino e feminino presente na obra serem bastante relevantes, a própria autora justifica que, em relação à ética do cuidado, a “voz feminina” precisa ser diferente, pois, na sociedade contemporânea, não é possível encarar o cuidado como um sentimento ético e humano integrado.

A voz diferente que eu defino caracteriza-se não pelo gênero, mas pelo tema. Sua associação com as mulheres é uma observação empírica, e é sobretudo através das vozes das mulheres que eu traço o seu desenvolvimento [...]. Meu interesse reside na interação de experiência e pensamento, nas vozes diferentes e nos diálogos que elas suscitam, no modo como ouvimos a nós mesmos e a outros, nas histórias que contamos sobre nossas vidas (GILLIGAN, 1982, p. 12).

Isso significa que as lógicas de cuidado não são monopolíticas, mas sim denotam uma importante segmentação, que expressa distintos tipos de manifestação de cuidado e que esse, enquanto uma ética, emerge como uma fundamentação para as tomadas de decisão e resolução. Gilligan (1982, p. 40) afirma que o cuidado enquanto conexão humana é “um laço primário entre o outro e si mesmo”. E essa mesma conexão se dá pela diferença entre esses sujeitos, que podem se reconhecer em conexão como diferentes. Porém, é difícil dizer diferente sem dizer “melhor” ou “pior”. A tendência humana é criar um único padrão de medidas e, em geral, essas escalas têm surgido com base nas interpretações dos homens. Por exemplo, nesse contexto relacional entre um homem e uma mulher, a mulher geralmente se julga, socialmente, em termos de sua capacidade de cuidar.

O lugar das mulheres na vida dos homens tem sido aquele de alimentadora, cuidadora e companheira, a tecelã daquelas redes de relacionamento nas quais ela por sua vez confia. Mas enquanto as mulheres têm assim cuidado dos homens, os homens têm [...] tendido a presumir ou desvalorizar aquele cuidado (GILLIGAN, 1982, p. 27).

Para pensar essa relação de uma forma não binária e desvalorizada, é preciso compreender que o trabalho de cuidar pode até ser um “trabalho de amor, porém nunca é somente isso [...]” (FAUR; JELIN, 2013, p. 114, tradução minha). Logo, Gilligan (1982), ao acrescentar uma nova linha de interpretação baseada nas imagens do pensamento da menina, possibilitou considerar diferenças na compreensão dos relacionamentos sem rotular essas diferenças como melhores ou piores. Ela foi uma pioneira a pensar o objeto do cuidado como algo afetado pelo seu tempo e espaço, em seu contexto histórico, social e cultural.

Anderson (2007), por sua vez, argumenta que as teorias e as pesquisas que discorrem sobre o cuidado deveriam ter uma categoria denominada de *choques de cuidado* para que a sociedade perceba que ele não é só um trabalho de amor: “a organização do cuidado enquanto regime social, em todo lugar, depende de uma delicada engrenagem entre um ator e outro, uma função e outra, pois uma falha produz uma reação em cadeia”. Assim, através das duas características restantes de Anderson (2007, p. 72) sobre o cuidado, a *experiência* e o *cuidado*, nos direcionamos a pensar: Que cuidados queremos na contemporaneidade?

2.2 QUE CUIDADOS QUEREMOS NA CONTEMPORANEIDADE?

Até aqui apresentou-se alguns teóricos recentes que estudam ou estudaram uma temática também recente como um objeto de análise na ciência, estamos nos referindo ao: *cuidado*. Se pensarmos a partir de um tempo cronológico, alguns desses teóricos distam em alguma medida do que consideramos ser a nossa contemporaneidade. Por isso, é essencial pontuar o quanto de alguma maneira nos sentimos contemporâneos desses textos, ou seja, segundo Agambem (2009, p. 63), não significa que o contemporâneo seja aquele que vive num outro tempo e se sente em “casa”, e sim, a capacidade de tomar o seu tempo e, ao mesmo tempo, distanciar-se dele. Em outras palavras, contemporâneo é saber ver a obscuridade dos objetos aos quais se dedica, “escrever mergulhando a pena nas trevas do presente”. Depois disso, ao fazer esse percurso até então temporal por autoras e autores que deram ao cuidado um lugar contemporâneo aos seus tempos, torna-se importante olhar na atual contemporaneidade, por onde anda este debate?

Em 2007 ocorreu a 10ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, onde o cuidado foi trazido como um direito compartilhado, porém, com o avanço temporal e também uma maturidade do tema na América Latina em 2020, quando ocorreu no Chile a 14ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, o cuidado,

apesar de seguir sendo apresentado como um direito e um dever que deve ser compartilhado, agora ganha em argumentos e perspectivas de como isso pode ser conquistado. Isso parece demonstrar o que Batthyány (2021, p. 52) argumenta acerca do avanço dos debates sobre o cuidado, pois, segundo ela, as investigações, o conhecimento adquirido e as experiências que vêm sendo implementadas neste período tornaram possível problematizá-lo do ponto de vista coletivo para além de um conceito, mas através de políticas públicas que podem vir a contribuir no debate assumindo em si uma responsabilidade de cuidado, pois o que no passado era uma ideia inicial de reconhecimento, hoje, apresenta-se acompanhado de inúmeras possibilidades.

Em 2020, por exemplo, o cuidado foi apresentado como uma ferramenta para enfrentar as crises de diferença de igualdade de gênero com a inclusão da fiscalização redistributiva, uma possibilidade de garantia de bens e serviços públicos de cuidado de qualidade. Inicialmente as acadêmicas feministas tinham como objetivo científico compreender melhor esta realidade, mas elas tinham também uma intenção política, queriam tornar as características humanas consideradas femininas compreendidas como uma aquisição que exige um complexo processo individual e social e não que derivavam, naturalmente, pelo seu sexo (BATTHYÁNY, 2021).

As formas de estudar e materializar os estudos sobre o cuidado vêm avançando de uma forma positiva. Ainda segundo Batthyány (2021), quando os estudos partem de um olhar a respeito do tempo gasto com a realização de trabalhos de cuidado, esses têm gerado compreensões referentes às desigualdades impostas – entre aqueles que realizam trabalhos remunerados e aqueles que exercem trabalhos não remunerados. O tempo passou a ser considerado por estudiosos do tema como uma dimensão fundamental para a organização das pessoas. De igual impacto se dá a possibilidade que as pessoas têm para fazer uso de seu tempo, que se manifestam a partir das desigualdades sociais, derivada de contratos implícitos.

Na Argentina em 2020, o Presidente Alberto Fernández e a Vice-presidenta Cristina Kirchner tomaram a decisão estratégica de colocar o cuidado no centro de suas agendas políticas e, assim, criaram alguns grupos de trabalhos responsáveis por criarem medidas de cuidado para o país e suas formas de implementação. Isso também é fruto da insistência de estudos e das lutas políticas acerca da temática do cuidado, que começaram a trazer alguns impactos, mostrando que algumas modificações estão ocorrendo a partir dos estudos propostos (BATTHYÁNY, 2021).

Sendo assim, o que isso significa quando pensamos que cuidados queremos então na contemporaneidade? Implica uma atividade e uma habilidade de não se deixar cegar pelos

“pontos cegos” da história em relação ao cuidado, quais sejam, o seu silenciamento, atrevido-se então a ser contemporâneo com coragem, “ser pontual num compromisso que só se pode faltar” (AGAMBEM, 2009, p. 65), fazer desse silenciamento o lugar de um compromisso, de um encontro. Ainda, segundo Pacheco (2013), um lugar que indica a importância de considerar o cuidado a partir da trilogia do cuidado (*autocuidado, intercuidado e transcuidado*), pois, desse modo, pode-se propor diversas perspectivas e possibilidades de questionamento para interpretar-se uma realidade, suas necessidades ou potencialidades de cuidado e como realizá-lo. Embora a autora tenha percorrido esse caminho a fim de observar uma experiência de política de cuidado no México, nós tomaremos de empréstimo suas reflexões para traçarmos os questionamentos desejáveis para esta pesquisa, as quais tornar-se-ão um novo fio condutor que se soma às seis características de cuidado apresentadas anteriormente.

Tais reflexões, juntas em suas multifacetadas perspectivas, nos exigem pensar: quais são os regimes de cuidado nesse espaço educacional? Afinal, o que são regimes de cuidado? “O conceito de regime que se tornou saliente nos estudos feministas consiste na elaboração de tipologias a partir do princípio que ordena as políticas sociais de um Estado-nação” (SORJ, 2012, p. 104).

Entendendo-se a nação de nossa unidade de análise como um território educacional, é preciso compreender o sexto elemento de Anderson (2007), o *cuidado* com sua interface com a pedagogia, por isso é importante compreender se quando fazemos aqui essa interface estamos nos remetendo a uma Pedagogia do Cuidado ou a uma Pedagogia dos cuidados?

As diferenças parecem ilusórias e pouco significativas, porém é importante compreender que o intuito é considerar a Pedagogia dos cuidados, por considerar que o cuidado precisa ao mesmo tempo ser abordado de seu viés integral, psíquico, social e ético-político, ao passo que se considerássemos como Cuidado, no singular e com iniciais maiúsculas, estaríamos o abordando mais como uma ação central única, e talvez excluindo as plurais e multifacetadas formas de se promover cuidados.

Dito isto, pode-se então abordá-lo como o quinto conceito de Anderson (2007), a experiência dentro de um contexto educacional, como um sistema de organização que implica participação, planejamento e monitoramento de todos os atores sociais, entrelaçados de alguma maneira com as atividades de cuidado. Logo, como mencionamos, ao pensar o cuidado enquanto experiência, surgem algumas possibilidades de análise e interpretação.

2.2.1 Olhar pedagógico do cuidado

Pensar uma pedagogia dos cuidados através de panoramas contemporâneos e emergentes é problematizá-lo como uma questão de âmbito social (PAUTASSI, 2004), mas não se restringindo a isso, indo além e pensando o *regime de cuidado* como item imprescindível da agenda educacional.

Dessa forma, a problematização do *lugar do saber pedagógico*, proposta por Júlia Varela, nos aponta que:

Os saberes pedagógicos são o resultado, em boa parte, da articulação dos processos que levam à pedagogização dos conhecimentos e à disciplinarização interna dos saberes. Estas classificações e hierarquias de sujeitos e saberes costumam, em geral, ser aceitas como algo dado, como naturais, razão pela qual seu reconhecimento contribui para aprofundar sua lógica de funcionamento. A ciência pedagógica acrescenta uma volta de parafusos nesses processos, ao mesmo tempo em que é ela própria produto deles. A pedagogia racionaliza, em geral, uma certa organização escolar e certas formas de transmissão sem questionar nunca a arbitrariedade dessa organização, nem tampouco o estatuto dos saberes que são objeto da transmissão (VARELA, 2002, p. 93).

Em consonância à posição de Varela, Toldy (2010) não apenas fala da necessidade de questionar as *pedagogias dadas como naturais*, como sugere, já dentro de uma perspectiva universitária, uma *pedagogia da ética*, que possa fazer uma articulação entre os vínculos dos papéis que os sujeitos da educação ocupam a partir de um cuidar na busca por vínculos resultantes chamados de universalismo interativo, ou seja:

[...] o desencantamento face à possibilidade de ser agente de transformação da realidade social, apelam a um investimento na educação para ‘agência humana’, entendida como o exercício de autonomia por parte dos indivíduos [...]. Trata-se, no fundo, de conciliar a perspectiva do cuidar dos que nos são próximos com o ‘imperativo’ de um ‘cuidar político’. Mas trata-se também ‘desgenderizar’ o cuidar, isto é, de o considerar um horizonte de pensamento e práxis ética para homens e mulheres [...] (TOLDY, 2010, p. 29-30).

Desgenderizar o cuidado significa romper com a visão dicotômica do cuidado, tornando-o, desse modo, equalizado às relações sociais perpassadas por uma autonomia relacional. Para abordar o cuidado de uma forma “desgenderizada”, abordaremos três novas definições de cuidado, propostas por Bernardo Toro (2020), *Autocuidado*, *Intercuidado* e *Transcuidado*.

Autocuidado é a capacidade dos indivíduos de aprender a ser, aprender a fazer, aprender a aprender, de crer, de transcender e de chegar a ser. Já o *Intercuidado* é aprender a viver junto, cooperar, cocriar e estabelecer vínculos. E, por fim, *Transcuidar* é aprender a forma de se fazer em uma sociedade, conseguindo sentir os sofrimentos dessa forma e configuração social ao qual está inserido e participar ativamente desses espaços (TORO, 2020).

Para as pedagogias dos cuidados, o cuidado torna-se uma competência política transversal, o que torna capaz a construção de responsabilidades narrativas, ou seja, uma pedagogia que tende a ensinar *cidadania*. Aqui o enfoque é socioafetivo, perpassado por aprendizagens dialógicas, ou seja, um significativo trabalho colaborativo entre todos para além de uma abordagem ética dos conteúdos. Logo, pensar uma pedagogia através de uma *cidadania* é reconhecer o “cérebro emocional” na sua representação política de vinculação entre os sujeitos, ao *repolitizar* e democratizar os sentimentos (TORO, 2020).

Pensar os afetos e os sentimentos envolvidos numa relação educacional é pensar que estão atreladas a um desejo, motivo comum, um determinado conhecimento e que este deveria considerar em sua matriz três perspectivas, um saber do ponto de vista dos conhecimentos em si, um saber fazer como capacidade e destreza e, por fim, um saber ser, através da afetividade e dos valores.

Considerar os afetos presentes dentro de uma matriz comum e compartilhada nos remete ao conceito de educação emocional, que, segundo Casassus (2009, p. 43), consiste em retirar os obstáculos que impedem o desenvolvimento e o desabrochar dos seres emocionais. Esse desabrochar depende de uma cultura na qual os sujeitos estão imersos, pois todo ser emocional não pode existir num vazio social. Logo, o cenário no qual os sujeitos são socializados afeta e condiciona sua forma de agir e reagir. Retirar esses obstáculos é conseguir por meio de um saber ser, com afetos apesar de suas amarras culturais. Neste cenário, a importância das pedagogias dos cuidados, que buscam ensinar dentre suas propostas pedagógicas um olhar subjetivo e afetivo, não significa adaptar as matrizes curriculares, mas sim paralelo a isso permitir que a afetividade sobreviva de uma forma não silenciada. Diante disso, instiga-se descobrir: quais as funções dos sentimentos nas experiências sociais dos sujeitos pós-graduandos?

3 ESTAR-BEM OU ESTAR-MAL, OS SUJEITOS PÓS-GRADUANDOS

Construir espaços educacionais a partir de uma pedagogia dos cuidados é criar condições institucionais e relacionais para que as emoções estejam presentes como pertencentes àquela realidade. Dito de outra forma, significa permitir que os estudantes cheguem nesses espaços com suas *mochilas emocionais* (TORO, 2020). Isso só é possível quando se possibilita espaços que legitimem, além dos instrumentos materiais e cognitivos, também as demais características idiossincráticas, como os afetos, as emoções e as sensações que cada sujeito traz consigo.

Antes de pensar como as ferramentas institucionais podem pautar esses aspectos, tal como a Política de Assistência Estudantil de uma Universidade Pública, é preciso compreender como as emoções relacionadas à função social específica de ser um estudante da Pós-Graduação podem ser manifestadas. Logo, é preciso, de início, conhecer quais são as demandas e quais os campos relacionais que se estabelecem na trajetória de um pós-graduando para compreender que sentimentos estão relacionados a elas e quais suas funções sociais. A capacidade de adaptação a este processo de formação depende, não só das atividades cotidianas, mas também de seu sentido para o sujeito, pois não é possível adaptar-se sem que se estabeleçam condições para tal, e essa é a “equação pedagógica” sempre a ser resolvida.

O processo de maturação psíquica do sujeito lhe demanda avançar gradualmente pelas etapas de dependência, quais sejam: absoluta e relativa; de modo a instigar constantemente o sujeito a conquistar uma independência, que nunca será total ou plena (WINNICOTT, 2007). Na Pós-Graduação isso também ocorre. Assim como na constituição psíquica as demandas de adaptação vão exigindo do sujeito e de seu ambiente (cuidadores) constantes avanços, o pós-graduando vai vivenciando suas experiências de desenvolver-se um pesquisador de maneira similar. No entanto, nesta etapa, o que se busca é a conquista de uma independência intelectual, ou, ao menos, rumar em direção a ela. Para tal, é necessário adaptar-se às demandas que lhe serão gradualmente apresentadas.

Para tornar-se um pós-graduando, existe um conjunto de etapas obrigatórias, que são prévias para que esse adentre neste processo de formação, são elas: a escolha do Programa de Pós-Graduação; a escolha da linha de pesquisa do programa; a construção de um projeto de pesquisa; a prova teórica, a entrevista. Subjetivamente o processo de tornar-se um pós-graduando tem uma dependência desta fase, pois é a partir dessas escolhas que surgem

possibilidades de apropriação e simbolização do vir a ser um pesquisador. É desses delineamentos iniciais que as introyeções de que pós-graduando o sujeito se tornará emergem.

Em seguida, destaca-se a presença nodal de uma relação, qual seja, a de orientador-orientando, que é, em sua essência, uma condição necessária, mas não suficiente para percorrer esse processo de formação. Isso porque não há inserção de um orientando na Pós-Graduação sem que esse tenha um orientador. Todavia, o simples fato de se ter um orientador não garante êxito ou uma trajetória rumo à independência, que seria a conquista de tornar-se um pós-graduado. Dessa condição podem emergir trajetórias de *bem-estar* ou de *mal-estar*, que dependem de como essa relação pode se estabelecer como “suficientemente-boa”, influenciando em como a saúde mental é afetada.

Na Pós-Graduação, a presença de um orientador se dá em todas as etapas posteriores, pois a presença de um pesquisador que lhe oriente é uma das exigências do processo. Logo, pode-se compreender a importância desse sujeito orientador na trajetória de um orientando, pois esse ocupa um lugar semelhante ao que um cuidador ocupa na trajetória de uma criança para que essa possa se desenvolver psicologicamente. Não há sujeito sem cuidados e não há pós-graduando sem um orientador.

Outro ponto fundamental nesta fase é de que um adulto que exerce a função de cuidados com um bebê tem muitos anos para desempenhar este papel e ajudar o sujeito a rumar na busca da independência. Na Pós-Graduação, esse “adulto-pesquisador-orientador-cuidador” tem dois anos (mestrado) ou quatro anos (doutorado) para ajudar um “jovem-pesquisador” a conquistar a sua independência intelectual. Essa diferença temporal acentua o impacto que essa relação estabelece com o sujeito, pois todos os atravessamentos que se dão em um processo lento, do ponto de vista do bebê e seu cuidador, aqui, são intensificados, exigindo não só recursos intelectuais, mas uma condição psíquica compartilhada para lidar com as frustrações, as angústias e as conquistas possíveis deste vínculo.

Para que seja possível alcançar a posição social de ser um pós-graduado, há um número mínimo de horas curriculares a serem cumpridas através da frequência em disciplinas, e nelas há um contato extenso com novos conhecimentos que são apresentados através, sobretudo, de leituras. A organização dessas disciplinas se dá geralmente por seminários, espaço no qual o pós-graduando precisa desenvolver também uma habilidade oral para expressar sua intelectualidade, além de um avanço enquanto leitor. Em paralelo, cada um com seu objeto de estudo precisa ir desenvolvendo uma capacidade epistemológica cada vez mais aprofundada em relação ao seu estudo inicial (projeto), o que exige uma escrita cada vez mais estruturada e desenvolvida.

Não são incomuns as inserções em grupos de pesquisa para desenvolver uma capacidade de pesquisar em pares, socializando suas aprendizagens e ampliando os interesses para produzir novos conhecimentos para além do qual se dedica na sua dissertação ou tese, sem contar nas participações em eventos, congressos, simpósios para ir apresentando as conquistas intelectuais obtidas a cada tempo.

Como marcas de reconhecimento como um pesquisador, há duas etapas principais, a qualificação e a defesa. Não é possível tornar-se um pós-graduado sem ter sido aprovado por pares que compartilham de um objeto de estudos, que reconheçam este sujeito também como alguém capaz de ser ele próprio um pesquisador.

Todas essas atividades fazem parte de demandas intelectuais que se apresentam ao pós-graduando, mas, além destas e geralmente advindas destas, há muitas outras atividades não reconhecidas que ficam à margem, silenciadas, que aqui chamaremos de jogos/atividades ocultas. Podemos considerar como atividades ocultas as projeções, as expectativas, os anseios, os medos, os desconfortos. Assim como o bebê não possui experiências anteriores de como é vir a tornar-se um sujeito, esse sujeito, que é agora um pós-graduando, não têm experiências anteriores de como é esta fase, por isso tem uma dependência de seu orientador e seu ambiente para que as demandas lhe sejam apresentadas em pequenas doses, permitindo-lhe adaptar-se.

As escolhas de como essa etapa de formação é apresentada ao pós-graduando pode afetá-lo de duas perspectivas, que não necessariamente possuem uma relação patologizante, são elas: os sentimentos de *estar-bem* ou *estar-mal* em ser um sujeito pesquisador. Nessa perspectiva, as manifestações dos afetos, dos sentimentos e da capacidade de expressão dos sujeitos pesquisadores na constituição de suas jornadas não serão constituídas nesta pesquisa a partir de diagnósticos como CID-10 ou como DSM-5⁴, serão olhados como os jogos ocultos que compõem a rotina dos pós-graduandos e que podem, por sua vez, serem produtoras de *bem-estar* ou *mal-estar*.

Nesse sentido, este capítulo está organizado a partir de um olhar institucional e um olhar relacional para a saúde mental dos sujeitos pós-graduandos, os quais serão pensados pela perspectiva de autores da psicanálise.

4 Ambos os documentos dizem respeito a manuais utilizados pelas áreas da saúde como uma tentativa de universalizar a definição das doenças e dos transtornos, o Manual de Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – CID-10 (1993), e o Manual de Diagnósticos de Saúde Mental – o DSM-5 (2014).

3.1 O CIRCUITO AFETIVO DOS SUJEITOS PÓS-GRADUANDOS

Poderíamos escolher diversos caminhos para refletir sobre o complexo sentido de ser pós-graduando. O mais esperado talvez fosse iniciarmos por alguns questionamentos, tais como: Em que estrutura de sociedade esses sujeitos estão inseridos? Quem são esses sujeitos pós-graduandos de uma perspectiva individual? Quais sofrimentos os afetam? Embora se reconheça a legitimidade e a importância desses elementos, acredita-se que, como uma ferramenta introdutória, é preciso conhecer o conceito de circuito de afetos, pois é a partir deste que o pós-graduando poderá ser olhado como um sujeito social pelo lugar que ocupa e que seus sofrimentos são produções de seu meio, como ferramenta de manipulação.

Talvez precisemos partir da constatação de que sociedades são em seu nível mais fundamental circuitos de afetos. Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades adotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras. Devemos ter sempre em mente que formas de vida determinadas se fundamentam em afetos específicos, ou seja, elas precisam de tais afetos para continuar a se repetir, a impor seus modos de ordenamento definido, com isso, o campo dos possíveis (SAFATLE, 2015, p. 08).

Quando pensamos o afeto como político, pensamos nas sociedades organizadas a partir do que podemos chamar de circuito dos afetos, logo, implica perceber os modos de gestão social pela produção e circulação de certos afetos, a fim de utilizá-los como estratégias de criar sistemas de interesse para submeter determinados grupos. Ainda, a tese principal é que o medo seria o afeto essencial para as gestões sociais, assim como Freud considerava no início de sua obra, mas que logo depois substituiria pelo termo desamparo⁵.

Cabe destacar que aqui trataremos o afeto a partir do conceito da teoria dos afetos para a psicanálise, que trata dos efeitos corporais que buscam inscrição psíquica e que dizem respeito às respostas dos sujeitos na “experiência” a partir dos registros. Daí podemos compreender que, na relação dos sujeitos com seus corpos, através de seus lugares políticos, o desamparo seria o afeto de maior engano aos sujeitos, com mais propriedade de causar alienação, bem como de produzir *mal-estares*.

⁵ Desamparo é uma palavra que pode ser traduzida, referendada por muitas facetas. Aqui a *malaise* é um sentimento associado ao sofrimento (*suffrance*), mas capaz de conter certa flutuação de sentidos que vai dos problemas de natureza fisiológica, como a doença, a indisposição, o incômodo e o embaraço, até a série metafórica que inclui a miséria moral, a aflição coletiva, a vulnerabilidade e o desamparo (*Hilflosigkeit*) gerados pelo sentimento de que não podemos nos defender (DUNKER, 2015, p. 133).

A definição de desamparo faz referência ao lugar onde este afeto é colocado na concepção simbólica do termo pelos sujeitos e no circuito por ele ocupado numa dimensão coletiva. Aqui faremos uma aproximação do sujeito pós-graduando e seus *mal-estares* oriundos de uma sociedade fluida, líquida e fragmentada ou da capacidade de que se produza *bem-estares* como manifestação de enfrentamento a esses *mal-estares*.

O afeto, como campo político, é uma ferramenta que se usa das dimensões emocionais dos sujeitos, de modo que estes assumem uma qualidade capaz de dissolver identidades individuais ou coletivas. O desamparo, como exemplo, pode assumir lugares de medo ou angústia social, que são formas possíveis para justificar a visão frágil ocupada pelos sujeitos.

Nos discursos sociais, o desamparo pode produzir necessidades de reparação, vitimização, reconhecimento, cuidado, ou possibilitar que através dele se confronte com a fragmentação das vidas, refletidas num corpo turbulento, mas que podem inaugurar tempos singulares “vir sem tempo”. Para Safatle (2015), o desamparo surge como uma demanda por amparo e cuidado, porque, para ele, quando isso ocorre, anula-se a possibilidade dos sujeitos modernos encontrarem-se com suas frustrações.

Neste trabalho, buscar-se compreender que:

No desamparo, deixo-me afetar por algo que me move como uma força heterônoma e que, ao mesmo tempo, é profundamente desprovido de lugar no Outro, algo que desampara o Outro. Assim, sou causa de minha própria transformação ao me implicar com algo que, ao mesmo tempo, me é heterônomo, mas me é interno sem me ser exatamente próprio (SAFATLE, 2015, p. 19).

Desamparar-se frente às frustrações é poder reconhecer que todo fracasso pressupõe uma distorção diante de uma demanda de adaptação. Logo, sujeitos pós-graduandos são afetados por uma subjetivação do “excesso”, devido às altas demandas (adaptações) que precisam articular durante os seus processos formativos. Quando se optou por abordar essas demandas de adaptação e subjetivação como uma produção de *estar-bem* ou *estar-mal* com esse lugar, foi compreendendo que isso perpassa por uma identificação cultural do que é ser um pós-graduando, uma expressão de estar neste percurso e a capacidade de se reconhecer como tal e de ser reconhecido pelo seu ambiente. Além disso, quando se propôs relacionar o *bem-estar* ou o *mal-estar* a partir de uma perspectiva de cuidado, foi por considerar que os sujeitos dependem de seu ambiente e que isso pode ou não colocá-lo como um sujeito em dependência de cuidados externos.

Com isso, deseja-se reconhecer neste estudo que em alguma medida é fundamental que os sujeitos possam estabelecer uma proximidade afetiva com seus fracassos e suas frustrações como forma de constituir-se pesquisador, pois, para o ser humano existir, é preciso já ter estado num lugar que é fonte de constante angústia. Isso significa,

[...] em larga medida, adaptar-se à normatividade encarnada pelas exigências disciplinares maternas para sobreviver psíquica e fisicamente. Essa exigência disciplinar de adaptação explicaria, por sua vez, por que a criança precisa mobilizar, em mais de uma ocasião, a experiência da doença e a produção de sintomas para construir sua singularidade (SAFATLE, 2015, p. 149).

Isso nos possibilita pensar que todo processo de desenvolvimento da psique gera possibilidades de fracasso a cada momento, pois é impossível que haja um crescimento sem distorções ou algum grau de fracasso experienciado pelos sujeitos. Além disso, muitas vezes, assim como a criança precisa “mobilizar a doença e a produção de sintoma para construir sua singularidade”, considera-se que os pós-graduandos, nas suas tentativas de criar singularidade nesse novo estágio de exigências em si encarnados, criam ou são acometidos por um sofrimento, que os torna adoecidos a partir da criação de sintomas que buscam servir como um recurso de adaptação do sujeito a esta realidade. Como sofrimento, aqui, consideraremos a noção exposta por Kupermann (2017, p. 64), que o apresenta como:

Em um primeiro tempo temos um sujeito em sofrimento inédito, e geralmente inesperado, para o qual não dispõe de repertório simbólico capaz de produzir sentido para essa experiência de vulnerabilidade – o campo da psicossomática é pródigo ao mostrar como o corpo se oferece como destino para o padecimento sem nome. É o tempo que proponho nomear o tempo do indizível. No segundo tempo, esse mesmo sujeito busca testemunhar seu sofrimento na presença sensível de um outro confiável, É o tempo do testemunho; O terceiro tempo é aquele que ocorre quando esse outro não está disponível para escutar, ou testemunhar, o sofrimento do adoecido, porque é remetido, ele mesmo, a um estado de impotência tão angustiante que transforma o indizível da dor do doente em inaudível.

Essa concepção nos permite relacionar o sofrimento inédito do pós-graduando com suas novas demandas de adaptação ao tempo de Winnicott (2007) denomina por *dependência relativa* ou *período de onipotência alucinatória mágica* para Ferenczi (1992). Como vimos, durante a constituição psíquica de um sujeito, é neste estágio que a criança vai aprendendo a separar seus sentimentos de seus aparatos sensoriais. Nos ocorre que, com uma similaridade de fases, é como se o sujeito pós-graduando, ao tentar dar conta de seus novos sentimentos

(sofrimentos inéditos), para os quais não dispõe ainda de um repertório simbólico, encontre, não por acaso, no aparato sensorio-motor, vias de manifestação somática⁶.

Além dessa condição, via naturalizante de como o sofrimento se expressa num primeiro tempo de formas indizíveis e não nomeáveis, ainda é preciso considerar que os sujeitos pós-graduandos hoje são considerados também pela natureza de sua condição como os “bem-sucedidos”, que ocupam um lugar social do sujeito multitarefa ou performático. Apegados a um modo racional de existir, os sujeitos ‘bem-sucedidos’ constroem suas identidades como formas de esconder de si seus estranhamentos, seus desamparos.

Os afetos foram nesses sujeitos assumindo um lugar de improdutividade, pela necessidade de implicar-se com uma racionalização das ações, como alternativa para fugir da insegurança social. “O princípio do desempenho aproxima o ser humano da máquina e o aliena de si mesmo” (HAN, 2021a, p. 21). Essa cultura atual do desempenho e da otimização não admite que se trabalhe em conflito, já que isso requer muito tempo. Logo, o sujeito do desempenho funciona ou fracassa, assemelhando-se às máquinas. “Estas também não conhecem conflito algum. Ou funcionam perfeitamente, ou estão quebradas” (HAN, 2021a, p. 85-86).

Seguindo o pensamento de Han (2021, p.86), compreendemos que há uma condição imposta aos sujeitos da Pós-Graduação, qual seja, se estes manifestam seus estranhamentos frente a fragmentação dos tempos e o excesso de necessidades, fica difícil alcançar a dinâmica das performances, “ideal empresarial de si”. Ou, como diria Fromm (1979, p. 20), “devemos produzir pessoas doentes a fim de termos uma economia sadia”. Diante disso, como os estudantes de pós-graduação atuam nesses meios performáticos e cheios de competições sem considerar suas emoções? Fromm (1979, p. 22) ressalta que introduzir “[...] o fator humano nas análises significa estar melhor preparado para compreender seu disfuncionamento e definir as normas que relacionam [...] o *bem-estar* ótimo das pessoas que dele participam”. Para os pós-graduandos, considerar a questão humana como instrumento de análise para sua constituição enquanto pesquisador significa considerar os impactos psicológicos pertencentes a essa trajetória.

Todos sabem que ter um doutorado é difícil. É pra ser. Alguns até dizem que se você não fica acordado à noite toda trabalhando ou não pula refeições, você está fazendo errado. Mas enquanto os alunos do doutorado não são tão ingênuos a ponto de

6 “Por soma entenda-se: Nas funções psíquicas há razão para distinguir o quantum de afeto que possui todas as propriedades de uma quantidade – alguma coisa que pode ser aumentada, diminuída, deslocada, descarregada, e que se espalha pelos traços mnêmicos como uma carga elétrica pela superfície dos corpos, sendo sua origem sempre interna” (LAPLANCHE, 2001, p. 49).

esperar que isso seja um passeio, há um custo para essa empreitada sobre o qual ninguém fala: o psicológico (WALKER, 2015, s.n.).

Esse custo psicológico que quase ninguém fala pode ser considerado um ponto de silenciamento muitas vezes ocupado pelo campo psicológico dentro dos Programas de Pós-Graduação, atuando como um ponto cego, assim como o cuidado, ou ainda, se comportando como um sofrimento inaudível (KUPERMANN, 2021). Para tornar-se universitário, é preciso aceitar uma série de transições, nas quais os sujeitos precisam deixar de ser, em sua maioria “protegidos” pelos pais ou pela escola, para descobrir esse mundo novo de adulto, que é ameaçador em alguns momentos.

Tudo se torna obstáculo e exige desse indivíduo adaptação, organização e estabilidade para lidar nesse novo ambiente, [...] são inseridos novos comportamentos e novo esquema de estudo e de rotina, agora mais direcionados à universidade e não à vida deles (AGUIAR, 2019, p. 99).

Para isso, criam-se internamente alguns conflitos entre o dever e o lazer, sentimento de desamparo em relação ao poder dos seus professores, às modificações metodológicas, às expectativas quanto à carreira profissional e à ruptura de relações afetivas sociais significativas.

Todas essas sensações exigem um trabalho oculto, tanto físico, mas, sobretudo, psíquico, para encarar a escolha de ter se tornado um acadêmico. Tornar-se um pós-graduando exige ainda mais um afastamento desses lugares de sentir-se amparado pelo seu ambiente em relação às suas atividades cotidianas de pesquisador, porém, nesta pesquisa, considera-se a possibilidade de observar como o amparo se dá nessas relações afetivas, que ocorrem dentro do processo da Pós-Graduação.

3.1.1 As relações dos sujeitos pós-graduandos

O discurso *stricto sensu* institui que os sujeitos desse meio sempre estarão ocupados com um “outro”, que atua como uma autoridade, “um significante mestre” (VOLTOLINI, 2014, p. 123) – que sustente e legitime o sujeito pós-graduando em sua função. Esse significante pode ser ocupado pelas obras que referenciam seu estudo, pelos discursos predominantes na universidade – os racionalizados, e mais comumente pela figura do mestre através da orientação acadêmica.

A orientação acadêmica é uma relação pedagógica que se estabelece entre orientando e orientador. Trata-se de uma relação que, apesar de resguardar características gerais por ser dinâmica e envolver pessoas, cada uma com suas subjetividades [...] Vale ressaltar que tal subjetividade implica momentos de tensão, de conflito, de equilíbrio, de harmonia, dependendo da sintonia entre os atores envolvidos (VIANA; VEIGA, 2010, p. 223).

Ainda, conforme os autores (VIANA; VEIGA, 2010, p. 223), quando perguntavam aos orientadores quais os desafios de uma orientação, eles elencavam os seguintes: afetivos, profissionais e teórico-metodológicos. Nos interessa olhar para os desafios afetivos porque através deles é possível que o orientador compreenda o que se passa com seu orientando. Muitas vezes, quando há um sofrimento em relação ao objeto de estudo, o sujeito pode se isolar, como tentativa de vencer este empecilho. Se o orientador não estiver atento, pode interpretar essa ausência como um avanço rumo a uma independência em lidar com seu objeto de estudo. Quando isso ocorre, amplia-se as possibilidades de que o sujeito adoça psicologicamente durante sua trajetória.

Para Kupermann (2021), o sofrimento é em certa medida um *tempo do testemunho*, ou seja, é possível compreender que o recurso dos pós-graduandos de buscarem nas figuras de seus “mestres” identificações que sejam uma espécie de testemunho que possam servir como vias de representação de suas angústias ou que, muitas vezes, pela ausência de escuta deste “mestre”, propiciar uma manifestação de desamparo, ou seja, “sofrimentos” de adaptação, muitos decorrentes desses primeiros tempos na Pós-Graduação.

Essa relação entre o pós-graduando e seu orientador, então, pode ser compreendida como uma relação que faz função de “maternagem”, que pode servir como expressão de cuidado através das formas como as instruções, as orientações e as exigências se apresentam ao longo dessa relação, com o objetivo de traçar-se um percurso em conjunto. Auxiliar o pós-graduando a desenvolver-se exige, mesmo que indiretamente, um lugar de cuidador por parte do orientador, pois esse acompanha as mudanças de seus orientandos ao longo do caminho entre os lugares de dependência absoluta, relativa ou um caminhar rumo à independência, uma vez que dependem das experiências de seus orientadores para constituir as suas.

No entanto, pode-se considerar essa relação como produtora de *mal-estar*? Aqui é fundamental entender que o *mal-estar* é, muitas vezes, um afeto necessário para produzir movimento. Assim como aqueles *mal-estares* contínuos criados pelos cuidadores às crianças pequenas a fim de que elas criem recursos próprios para internalizar o mundo exterior, o orientador cria alguns *mal-estares* que são constitutivos e outros que podem ser de adoecimento. Aliás, enquanto sujeitos, só é possível sobreviver graças à imensa dedicação

amorosa dos outros, que talvez dependa mesmo do fascínio despertado por nossa vulnerabilidade.

Desse fascínio relacional atribuído pelo cuidador ao bebê, vai instaurando-se uma necessidade de ensinar o bebê a aprender de seu lugar a conquistar esse amor, não mais pelas vias da dependência, e sim pela autonomia de aprender a fazer por si aquilo que vinha sendo exercido até então pelo seu cuidador. Para conquistar esse amor, muitas vezes, o bebê precisa estar temporariamente numa posição de estar mal para migrar para uma nova posição de estar bem. Logo, estabelecendo-se uma relação entre a posição ocupada pelo cuidador-bebê, está a posição ocupada pelo orientador-orientando, guardadas as suas especificidades, que estabelecem, por vias de respeito, vínculo, afeto e algum grau de dependência e sofrimento, condições suficientemente boas para que o sujeito compreenda as necessidades que lhe são impostas para tornar-se também um pesquisador. Nessa perspectiva, acreditamos que é importante “opor o sofrimento vivido por um indivíduo e o sofrimento de ‘ter que ser um indivíduo’ e de sofrer exclusivamente dessa maneira” (DUNKER, 2015, p. 26).

Isso significa que há uma distinção importante entre o sofrimento individual quando se considera o seu modo de inclusão ou quando há um sofrimento que se partilha, pois, quando o sofrimento consegue ser compreendido socialmente, ele encontra potenciais para expor suas produções simbólicas que estão em busca de um reconhecimento. No que diz respeito aos sujeitos performáticos que desejam tornar-se pesquisadores, as simbolizações compartilhadas em decorrência de seus sofrimentos é uma constante predicação de adquirir sentidos de “[...] planejamento, espírito de colaboração, disciplina e aperfeiçoamento” (DUNKER, 2017, p. 199), que traz consigo novas formas de sofrimentos. A questão que se pretende levantar nesta pesquisa é que numa *sociedade paliativa* o sujeito precisa ancorar-se na patologização de seus sofrimentos para que esses sejam acolhidos. “A nossa relação com a dor mostra em que sociedade vivemos. Dores são cifras. Elas contêm a chave para o entendimento de toda a sociedade. Assim, cada crítica da sociedade tem de levar a cabo uma hermenêutica da dor” (HAN, 2021, p. 9). Todavia, pretendemos considerar que sofrimentos na constituição de sujeitos pesquisadores, ou seus *mal-estares*, não precisam virar sintoma para serem tratadas (DUNKER, 2017, p. 206).

Para isso, é preciso “saber-fazer com o sintoma” (PEREIRA, 2016, p. 15). Esta expressão é usada pelo autor para discorrer sobre a importância de os sintomas serem considerados não apenas como uma patologia ou uma racionalização, mas que a subjetivação pode atuar como via principal para expressar-se. Pensando no contexto da pós-graduação, é importante que se compreenda que o *mal-estar* estará presente em muitos momentos que se

alternam com o *bem-estar*, mas que o seu reconhecimento pelo pós-graduando e pelo seu orientador minimizam as chances de que este se torne uma patologia do sofrimento. A importância do orientador está expressa pelo papel que ocupa como atenuante das manifestações de sofrimento, mesmo que de forma silenciosa, assim como o cuidador faz com o bebê.

Viana e Veiga (2010, p. 224), em seu estudo intitulado *O diálogo acadêmico entre orientadores e orientandos*, resolveram repetir a pergunta sobre quais as dificuldades existentes numa orientação, mas agora direcionando-a para os orientandos, com o intuito de identificar quais aproximações ou distanciamentos há entre as visões dos envolvidos nesta relação. Esses consideraram a forma como são recebidos, a dedicação e a acessibilidade dos seus orientadores como fundamental para a sua trajetória ter sido permeada por mais ou menos dificuldades. Um aspecto dessa relação que é bastante tênue é a noção de autonomia ou dependência, pois alguns orientandos se ressentiram da falta de disponibilidade de seu orientador, já outros, em nome da autonomia, acreditam que “quem está na pós-graduação não deve ser ‘carregado’, mas auxiliado” (VIANA; VEIGA, 2010, p. 224).

Logo, aqui nos apropriando do uso da expressão auxiliar em vez de carregar, consideramos que o lugar do orientador nesta relação, às vezes, lhe exige criar alguns *mal-estares* que são inclusive constitutivos no processo, ou seja, dar prazos, apontar falhas ou carências metodológicas, exigência de comprometimento, participação em suas atividades. Encontrar qual é esse ponto de estímulo e cobrança necessária para a independência do pós-graduando é um dos maiores desafios para os orientadores, pois ele pode “fornecer meios, criar situações e sustentar uma atitude que estimule a autonomia, mas ela se desenvolve sempre em torno de atos do próprio sujeito” (DUNKER, 2020, p. 166).

Na fase adulta, a dependência diminui quando prescindimos dos outros, mas ela não pode ser erradicada de nossas vidas, apesar de termos maior participação e ingerência sobre as demandas de adaptação. Isso é imprescindível para pôr o pós-graduando em movimento, ou seja, caminhar rumo à independência. Percebe-se que nos exemplos utilizados há a presença do orientador, pois significa que ele está atento às possibilidades de ir apresentando o mundo da Pós-Graduação em “pequenas doses” ao seu orientando. Essa nossa percepção encontra respaldo na pesquisa apresentada por Barrecheguren (2018, s.n.), na qual se percebe que o processo de constituir-se pesquisador é diretamente influenciado pelos pequenos gestos e declarações por parte daquele sujeito reconhecido e admirado (o orientador). E esse reconhecimento tem uma influência substancial na saúde mental dos estudantes: aqueles que têm um orientador com perfil de maior liderança apresentam uma saúde psíquica melhor do

que o normal, já, quando o orientador demonstra uma postura mais neutra, menos presente nas orientações, aumenta-se em 8% a chance de desenvolver doenças mentais (BARRECHEGUREN, 2018).

Com os dados que apontam para a delicadeza dos tempos de ser pesquisador e suas potenciais consequências negativas para a saúde psíquica desses sujeitos, pesquisas recentes têm se debruçado ou feito alguns esforços para olhar sobre a temática do custo psicológico oculto nas relações de ser um sujeito de Pós-Graduação ao explorarem a realidade da saúde mental desses e as relações de causa com suas rotinas nas práticas cotidianas da Pós-Graduação. Mas o que é saúde mental?

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1946 apud AGUIAR, 2019, p. 125), não é possível chegar a uma única definição de saúde mental, mas de forma ampla ela apresenta níveis de qualidade de vida emocional e cognitiva do ser humano a partir de suas vivências.

Saúde mental se baseia na capacidade que o indivíduo tem de equilibrar psicologicamente a sua vida – fatores internos – com o mundo ao qual ele pertence – mundo externo, lidando com suas próprias emoções em relação ao outro e às circunstâncias, sem perder o valor, o tempo e o espaço real das coisas (AGUIAR, 2019, p. 125).

Conforme nos aponta Aguiar (2019), ter saúde mental significa saber lidar com as exigências e compromissos da vida, ponderando as emoções (satisfação, tristeza, frustração, culpa, medo, etc.) de maneira consciente, identificando os limites existentes e a capacidade de reconhecer a ajuda externa.

Essa ajuda externa pode estar apresentada não como uma assistência binária de um sujeito que ajuda, que cuida de outro, que vem apresentando essa necessidade por amparo, por cuidado. Para compreender como estão as emoções dos sujeitos na Pós-Graduação, é preciso ainda compreender como se apresentam as exigências e os compromissos para esses.

3.1.2 As rotinas dos sujeitos pós-graduandos

Pode-se dizer que o ambiente da Pós-Graduação cria sujeitos que passam a maior parte de sua inserção neste contexto, entrincheirados por detrás das teorias e dos princípios técnicos que as demandas de tornar-se um pesquisador suscitam, pondo-se como um ser a “defende-se do encontro afetivo promovido” (KUPERMANN, 2017, p. 40), sobretudo com o outro. No

entanto, ao mesmo tempo, passam por essa fase produzindo afetos, que surgem na tentativa de auxiliá-los nesta adaptação. Esses afetos nos pós-graduandos podem estar representados por sintomas de depressão, ansiedade, agitação, insônia, os quais são, muitas vezes, resultantes das pressões relacionadas aos prazos e às publicações, excesso de autocobrança e competitividade. Uma pesquisa publicada recentemente aponta que doutorandos têm seis vezes mais probabilidade de desenvolverem ansiedade e depressão, quando comparados com outros sujeitos da população em geral, e, quando esses sintomas aparecem, eles representam nessa população uma incidência, por exemplo, de 39% depressão moderada ou severa em comparação a 6% da população em geral (BARRECHEGUREN, 2018). Ainda, é possível inferir, através de estudos recentes, que esses sintomas estão relacionados com as convocações daquilo que lhe é solicitado.

Como ponto inicial, é preciso compreender a relação que cada estudante possui com os estudos. Comumente, os pós-graduandos possuem suas experiências prévias, suas noções de êxito e possibilidade de admiração frente as suas conquistas, são afetos carregados intrapsiquicamente pelos sujeitos, e é geralmente a partir desse lugar de êxito que se reconhecem como sujeitos pós-graduandos. Muitas vezes tornam esse lugar repleto de autoexigências, pois, nessa relação consigo para estar nesse lugar, não-poder-corresponder não pode ser uma possibilidade, pois a ideia de fracasso é uma ameaça a essa sua existência como tal. “Os relatos mais comuns a respeito da escolha profissional em ciências mostraram que há um trabalho a ser feito para que o aluno se torne pesquisador” (LOUZADA; FILHO, 2008, p. 755). Os autores realizaram uma pesquisa com sujeitos pós-graduandos com o intuito de perceber quais as questões afetivas e sentimentais estão relacionadas a esse trabalho. Eles encontraram algumas características, como a existência de processos que os autores chamaram de ritos, ou seja, há uma relação entre as demandas reais (publicar, estabelecer colaboração, defender a tese ou dissertação) e a atribuição dessas atividades, ocasionando afetos que podem estar ligados a uma constante noção de êxito ou fracasso. Logo, apesar de não poder tornar-se um pesquisador sem realizar essas tarefas, elas não são executadas apenas como uma ação meramente mecânica ou cognitiva, mas estão altamente ligadas à percepção subjetiva e afetiva dos sujeitos.

Os mesmos autores obtiveram em outro estudo, intitulado *Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso*, dados de entrevistas com pós-graduandos que relataram a quais atividades de suas rotinas relacionaram maior incidência de *mal-estar*, são elas: condução do projeto de pesquisa; divulgação de trabalhos; tornar-se pesquisador

independente e problemas institucionais. Destes, olhamos apenas para a condução do projeto de pesquisa.

Os entraves observados foram relacionados especialmente ao próprio processo de construção do conhecimento, que é complexo: os pós-graduandos precisam trabalhar, ao mesmo tempo, com um grande volume de pesquisas já realizadas (através da leitura de artigos, livros) e com suas próprias idéias, num esforço contínuo de articulação (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005, p. 455).

Iniciar uma relação que durará um período de dois anos no caso da dissertação e quatro anos no caso da tese é deparar-se com uma estranheza inicial, qual seja, na condição de pré-projeto, aquele era um “projeto só seu” e que, ao entrar num Programa de Pós-Graduação, seu projeto se torna parte de algo maior.

Dito de outra maneira, a possibilidade de experimentar *mal-estar* ou *bem-estar* quanto a esse modo de organização da pesquisa parece ter relação direta com o modo como o estudante ‘vê’ a situação; [...] em função do processo de socialização a que foi/é submetido, dos valores e comportamentos que vai assimilando para, efetivamente, poder tornar-se um elemento daquele curso/departamento (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005, p. 455).

Além de compreender esse lugar no contexto social em que seu projeto está inserido, há uma relação bastante individual e subjetiva, na qual cada sujeito pós-graduando precisa lidar com suas linhas gerais de interesse de estudo, de temática, de teóricos e encontrar ao longo desse processo qual é afinal a sua questão para a sua pesquisa?

Poderíamos aqui fazer uma analogia com o lugar do bebê nos primeiros tempos em relação ao mundo que lhe é apresentado em pequenas doses e precisa ser gradativamente internalizado pelo bebê como forma de tornar-se capaz de subjetivar seu lugar no mundo real.

O processo exige do sujeito pós-graduando, em seu primeiro tempo nesse espaço social, um caminho inverso. Ele precisa encontrar vias através da sua saúde mental de levar para a objetividade aspectos de sua subjetividade, aquilo que lhe diz de sua forma de expressar-se agora ao mundo externo, seus jeitos de articular, pensar e construir conhecimento. Não é uma habilidade unicamente cognitiva. Para desenvolver esse percurso de transpor em forma de texto, fala, pesquisa, produções seus pensamentos, os sujeitos pesquisados por Louzada e Silva Filho (2005, p. 456) relataram que compreender esse processo de construção científica é entender que ele é feito de idas e vindas.

‘Eu acho que o processo científico ele é meio assim: você fica, tem uma hora que você empaca e fica parado, parado, batendo cabeça, batendo cabeça. E aí na hora que vai, vai mesmo... Aí desanda, aí sai.... e vai, produz, produz, até que chega uma hora que ele trava de novo. Só que a primeira vez que ele trava é horrível, né? Porque você não sabe que é assim. Da segunda vez você já fica mais calmo: trabalha que vai chegar uma hora que vai conseguir a solução... Mas da primeira vez é horrível! É superangustiante, né?’ (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005, p. 456).

Como vimos, os *mal-estares* têm várias dimensões de manifestação ao longo da rotina dos pós-graduandos. Além de um entendimento de seu lugar no contexto inserido, estão sua capacidade de relacionar-se com seu próprio projeto, a forma como essa relação acontece e, por fim, o *mal-estar* representado pela exigência de realizar múltiplas tarefas complexas de forma simultânea. Essas experiências trazem sem dúvidas uma amplitude fundamental para a formação acadêmica, porém, isso significa que há interferências ocorrendo o tempo todo na distribuição mental de energia durante o desenvolvimento do projeto de tese ou dissertação. Essas interferências podem ser compreendidas com as demandas reais que surgem para os pós-graduandos “para além da própria pesquisa, [...] confecção de relatórios/projetos” (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005, p. 457).

As experiências representadas como enunciação de reconhecimento de produções de sofrimentos, *mal-estar* e, em algum aspecto, *bem-estar* dizem respeito a um campo relacional bastante individual, tendo como diáde a expressão de Urribarri (2012, p. 60) “aqui-agora-comigo”, a qual, muitas vezes, passa a articular-se com o “lá-em outro momento-com outro”. Depreende disso que, em alguma medida, são utilizados como enunciação das sensações dos sujeitos, mas possuem algumas diferenças de manifestações que são fundamentais para olharmos para elas a partir de uma ética do cuidar.

Dunker (2015), na tentativa de inferir sobre a gênese social de sintomas expressos na nossa sociedade performática, considera que é preciso entender o sofrimento como a patologia do sofrimento, mas o que significa isso? Segundo o autor, “a ideia de *mal-estar* nos remete à noção de lugar ou de posição. Estar, [...] não implica agir nem sofrer uma ação, simplesmente estar” (DUNKER, 2015, p. 132), ou seja, a noção de *mal-estar* abarca a influência da angústia à distância e ao sofrimento que é possível ser compartilhado entre os sujeitos. Dito de outra maneira, Freud (2014), em seu texto clássico *O mal-estar na cultura*, caracteriza o sofrimento como uma ameaça ao sujeito de três formas distintas: a partir do próprio corpo, a partir do mundo externo e, por fim, a partir das relações com os outros seres humanos. Logo, significa dizer que, neste trabalho, olharemos para o *mal-estar* expresso como sofrimento a partir dos escritos de Freud, sobretudo, das relações com os outros seres humanos.

Ainda, segundo o mesmo autor, há uma reação imediata dos sujeitos quando se percebem em sofrimento: “A proteção mais imediata contra o sofrimento que pode resultar das relações humanas é a solidão voluntária, o distanciamento em relação aos outros” (FREUD, 2014, p. 65).

Quais seriam, então, os sofrimentos psíquicos que os paraísos neoliberais de identidades flexíveis produzem? Quais afetos eles são capazes de fazer circular, pois as sociedades também são as produtoras de suas patologias, que são mobilizadas a fim de fornecer a um sofrimento uma narrativa que o colocará no grupo daqueles sofrimentos dos quais se inclui ou exclui o sujeito? As sociedades, ao definirem as patologias possíveis aos seus, mais do que impor uma norma, controlam as formas possíveis de sentir as frustrações, os medos, os desamparos ou, ainda, tornam-se capazes de

individualizar dinâmicas de sofrimento cuja estrutura causal mascara a possibilidade de compreensão das relações profundas entre sofrimento social e psíquico. [...] Se procurarmos a definição psiquiátrica dos transtornos depressivos encontraremos descrições como ‘a característica comum de todos esses transtornos é a presença de humor ligado a sentimentos de tristeza, esvaziamento, irritação acompanhado de modificações somáticas e cognitivas que afetam de forma significativa a capacidade individual para funcionar (to function – um termo sintomático por denunciar demanda por desempenho)’ (SAFATLE, 2015, p. 131).

Inicialmente, o excesso de vida desmaterializada, quando emergia um diagnóstico patológico, podia significar algo muito temível ao indivíduo, quase como uma interpretação de um processo de exclusão, segregação ou até mesmo de um sujeito que não pode ser “bem-sucedido”. Contudo, as experiências brasileiras nos mostram o quanto houve uma conversão do *mal-estar* em sofrimento, sobretudo através de articulações sintomáticas, como se houvesse uma *racionalidade contemporânea* (DUNKER, 2015).

Essa racionalidade contemporânea é responsável por criar uma inflação da noção de sintoma, que o leva a perder sua potência crítica e clínica de tanto significar coisas distintas. (VOLTOLINI, 2014, p. 88). Nessa lógica, parece em alguns aspectos que o sofrimento deixa de ser um sintoma e o próprio sintoma deixa de ser um *mal-estar*, pois as formas de sofrimento parecem ocupar um lugar na espreita de um nome que enfim as capture. Podemos, segundo Voltolini (2014, p. 89), chamar esses sofrimentos de “diagnósticos líquidos, que nos permitem reconhecer os *mal-estares* como se fossem refratários a qualquer forma de nomeação”. Ou seja, agora esses sintomas parecem ter se tornado um poderoso e disseminado

meio de determinação e busca por um reconhecimento outro, pois, no tempo das individualizações dinâmicas do sofrer, ter um sintoma é participar de uma exceção.

[A] razão diagnóstica procura definir, a cada momento, a fronteira, o litoral ou os muros que separam e unem *mal-estar*, sofrimento e sintoma. Essa geografia pode estabelecer, por exemplo, o que merece tratamento e atenção e o que deve ser objeto de repressão ou exclusão, o que é uma forma digna ou indigna de sofrer, o que é uma narrativa legítima ou ilegítima para articular uma demanda. É como função da razão diagnóstica que determinada forma de sofrimento é privilegiada em detrimento de outras – a obesidade em vez da pobreza, por exemplo (DUNKER, 2015, p. 29).

Partindo-se da compreensão da forma ocidental contemporânea em que a normatividade cria e gera as modalidades de sofrimento, é preciso olhar para o *mal-estar* como uma construção social, que, por muitas vezes, funciona como neutralizador do potencial crítico para uma individuação na experiência de atentar-se aos sofrimentos, sintomas ou *mal-estares* produzidos por determinados contextos. “Essa estratégia pode ser chamada de cercamento, pois isola e determina o *mal-estar* em uma área exterior, visível e controlada, comprimindo e protegendo o nós em um território interior” (DUNKER, 2017, p. 155).

Logo, torna-se importante partir de ferramentas, instrumentos, que têm como reguladores de sua existência esse mesmo território interior. Quando pensamos quem ocupa esse lugar, que pode apresentar uma função de cuidado como uma organização coletiva das formas de cuidar, que se apresentam como políticas de cuidados, pensa-se nas Políticas de Assistência Estudantil, que, apesar de não estarem reconhecidas nos seus contextos como políticas de cuidado, podem ser compreendidas (e assim o será neste trabalho) como uma potencialidade para tal, embora quando se fale de Pós-Graduação não haja muitas interfaces já estabelecidas.

Uma das justificativas para compreender a Política de Assistência Estudantil como uma potencialidade de cuidado é equipará-la a um *espaço potencial*, uma linguagem psicanalítica que representa uma unidade chamada de primordial, geralmente exercida pela mãe suficientemente-bona, que faz das experiências de ilusão do bebê e de seus sentimentos de onipotência uma possibilidade de constituição da região intermediária, que se dá entre suas ideias e a realidade que gradualmente se apresenta a ele (KUPERMANN, 2017). Essa região é criada através de gestos de cuidado e atenção dedicados pela mãe ao bebê. Assim como a mãe suficientemente-bona, as Políticas de Assistência Estudantil surgem como possibilidade criativa e reparadora para tornar um ambiente social mais possível aos sujeitos em formação

(constituição) neste espaço. Além disso, depreende-se que, quando se orienta através de uma ética do cuidado em psicanálise, não se espera a abolição do conflito e da agonística (KUPERMANN, 2017) na figura de algo que exerça uma suposta maternagem, mas que justamente por compreender-se como materna faz jus a isso, buscando agir em prol de um viver criativo apesar das adversidades.

3.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SUAS INTERFACES

Em 2020 tem-se o marco de 10 anos da transformação da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, em decreto presidencial de nº 7.234, consolidando o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES como um programa de governo, representando uma conquista decorrente da luta do Movimento Estudantil (LEITE, 2015). Com isso, a Assistência Estudantil, a partir de 2010, tem legalmente como um dos objetivos principais dispostos pelo PNAES democratizar a permanência dos estudantes na Educação Superior implementando ações que venham a “[...] minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior” (BRASIL, 2010).

Segundo os estudos de Kowalski (2012, p. 157-158), a história da Assistência Estudantil está dividida em três fases:

A primeira fase da assistência estudantil perpassa desde a criação das primeiras universidades no Brasil até os primeiros aparatos legais na institucionalização da política de educação [...] esse período histórico a assistência estudantil voltou-se a atender única e exclusivamente a elite brasileira, os quais tinham acesso ao ensino superior.[...] A partir desse momento, identificou-se uma segunda fase da assistência estudantil que foi marcada por um período contraditório em relação ao primeiro, pois, há uma tendência na inclusão dos estudantes aos programas assistenciais resultante da demanda de alunos advindos do processo de democratização e expansão de vagas nas IES [...] Em decorrência, a terceira fase abrange um período de expansão e reestruturação das IFES seguindo até os dias atuais, em que foi constituído o PNAES em 2010.

No que pese às diretrizes do PNAES, há uma generalização nos escritos quanto às áreas de ações a serem desenvolvidas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (LEITE, 2015).

Ao olharmos para essas generalizações, sobretudo, nos reportando ao termo saúde, e aliando isso ao pensamento de Vargas (2017), de que é necessário reconhecer a Assistência Estudantil como um direito, levanta-se o questionamento de pensar a *Política de Assistência Estudantil* através de uma perspectiva de uma *Política de cuidados*, pois, quando se busca promover o cuidado como uma política, é preciso trabalhar para transformações que alinhem um discurso novo, que convoque as universidades a olharem para suas *políticas estudantis* como uma ressignificação, ao convocar a comunidade interna a pensar numa redistribuição da responsabilidade pelo cuidado (SORJ, 2012).

Assim, depois da localização social de qual nosso estudo diz respeito, percebe-se o quão relevante é a necessidade de olhar para as publicações no Brasil acerca da relação entre Políticas de Assistência Estudantil na Educação Superior e Políticas de cuidado para buscar, assim, elementos que sustentem o entrelaçamento entre essas propostas.

3.2.1 Estado do Conhecimento

Objetivando conhecer o que se tem pesquisado a respeito da temática proposta neste trabalho, realizou-se um levantamento de documentos (teses e dissertações) publicadas entre 2014 e 2019 no Repositório da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Esta estratégia é conhecida como “Estado do Conhecimento”, processo pelo qual se dá a:

[...] identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI, 2015, p. 102).

A Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) permite, através de um sistema de busca avançada, localizar trabalhos relacionados aos assuntos pretendidos, através da delimitação de temas, idiomas, autores, tipos de documentos e período de publicação da pesquisa. Para esta pesquisa, foram utilizados os seguintes descritores relacionados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Resumo da busca na BDTD

	DESCRITORES	Nº DE TÍTULOS ENCONTRADOS	Nº DE TÍTULOS SELECIONADOS	CAMPOS PESQUISADOS
A	Política estudantil + ensino superior	190	25	Resumo
B	Políticas estudantis + ensino superior	52	2	Resumo
C	Política estudantil + ensino superior + cuidado	4	0	Resumo
D	Políticas estudantis + ensino superior + cuidado	1	0	Resumo
E	“Política estudantil” + “Ensino superior”	4	1	Todos os Campos
F	“Políticas estudantis” + “Ensino superior”	1	0	Todos os Campos
G	“Política de cuidado” + “Ensino superior”	1	0	Todos os Campos
		253	28	

Fonte: Elaborados pela autora (2021)

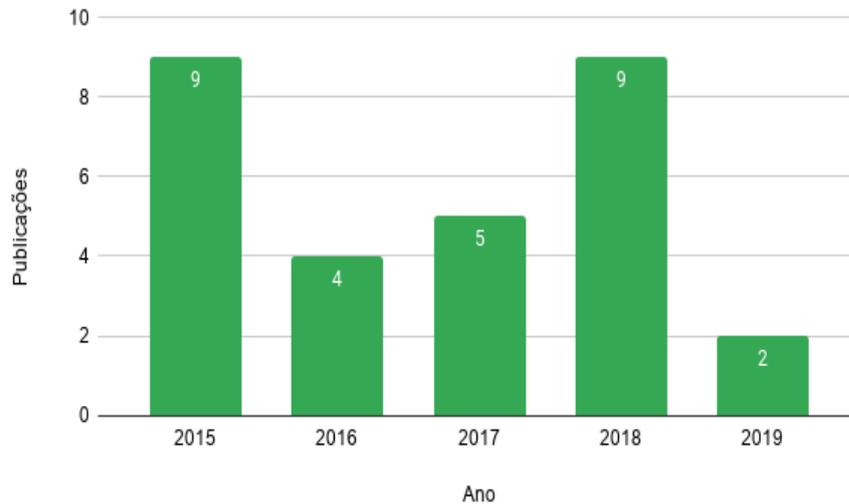
O critério utilizado para a seleção dos 28 arquivos foi através de uma leitura flutuante dos resumos, considerando apenas os trabalhos que tinham como temática central a análise das Políticas de Assistência Estudantil, para, a partir disso, construir uma análise da *Bibliografia Anotada, Sistematizada e Categorizada*.

Após essa primeira análise, os 28 arquivos foram agrupados e passaram a constituir nosso *corpus* de análise. Essa tarefa de agrupá-los aconteceu, conforme nos indicam Morosini e Nascimento (2017), como uma etapa do *Estado de Conhecimento* denominada *Bibliografia Anotada*, ou seja, é a construção de uma tabela das teses e dissertações selecionadas, onde consta a bibliografia e o resumo de cada arquivo, para facilitar a identificação de todas as referências que serão utilizadas. Em sequência, esses trabalhos passaram pela etapa seguinte, a *Bibliografia Sistematizada*, na qual houve a extração de informações que serão apresentadas a seguir, para que haja um melhor entendimento acerca da temática estudada.

Assim, observou-se as publicações de acordo com alguns dados qualitativos: a frequência de estudos por ano de publicação, das suas origens regionais e áreas de concentração, entendendo-se a importância multifacetada de leituras do ponto de vista conceitual do termo cuidado, num determinado recorte de tempo. Assim como em relação à temática apresentada pelos estudos, elas podem estar divididas de um ponto de vista macro ou micro quando abordam as políticas, e as referências quanto a ações enquanto saúde e enquanto cuidado.

Em relação ao período pesquisado, percebeu-se que houve uma concentração maior de publicações nos anos de 2015 e 2018, tendo frequência bastante semelhante nos demais anos, conforme é possível ver no gráfico a seguir:

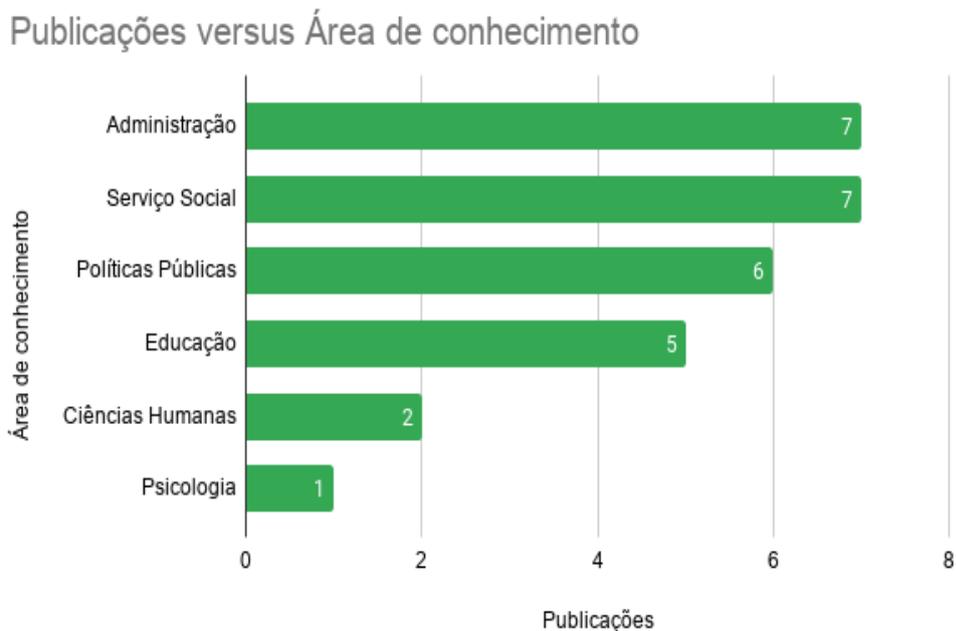
Gráfico 1: Distribuição das Pesquisas por Período de Publicações entre 2014 – 2019
Publicações versus Ano



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Das 28 pesquisas analisadas, observa-se uma variação nas áreas do conhecimento, sendo que as áreas que mais pesquisam Políticas de Assistência Estudantil na Pós-Graduação são: Administração (07) e Serviço Social (07). Destaca-se também o baixo número de publicações nas áreas de Ciências Humanas (02) e Psicologia (01). Dessa forma, percebe-se o quanto esse assunto, abordado através de uma visão interdisciplinar das Ciências Humanas, se mostraria de significativa relevância para trazer uma nova perspectiva para essa temática. O gráfico a seguir apresenta as áreas do conhecimento e seu respectivo número de publicações.

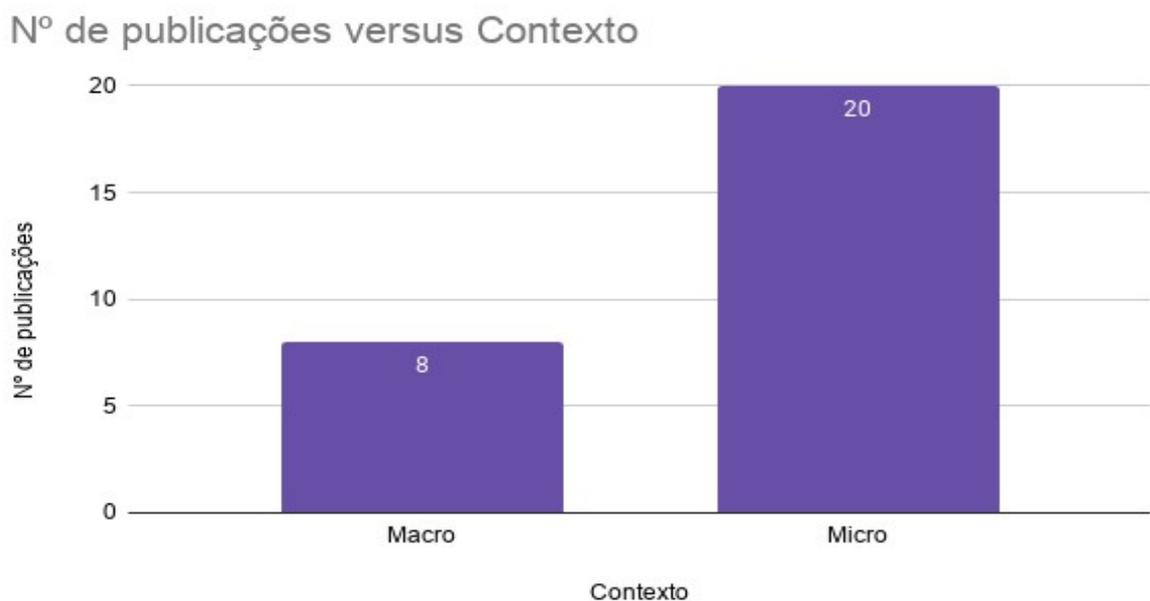
Gráfico 2: Distribuição das Pesquisas por Áreas de conhecimento



Fonte: Elaborados pela autora (2021)

Quando falamos em Políticas de Assistência Estudantil, percebe-se que os estudos tendem a abordar a temática do ponto de vista local e interno, que diz respeito à análise das próprias Políticas Estudantis de cada Instituição de Educação Superior, ou seja, no contexto micro. Já, no contexto macro, os estudos tendem a desenvolver-se sobre um panorama de avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Nesse sentido, a presente pesquisa encontrou uma ênfase maior dos estudos nas políticas internas (contexto micro). Outro dado curioso a destacar-se é que nenhum dos estudos fez uma análise concomitante do contexto micro e macro, sugerindo um campo a ser explorado por novos estudos.

Gráfico 3: Distribuição das Pesquisas quanto à dimensão Macro ou Micro



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Neste estudo a construção das categorias deu-se a partir do olhar empírico para os dados em análise, ou seja, considerou-se como ponto de análise a busca por referências a políticas de cuidado nos escritos a respeito de *Políticas de Assistência Estudantil* no Brasil, com o intuito de construir uma *Bibliografia Categorizada*, que

[...] constitui-se no reagrupamento em uma tabela da bibliografia sistematizada, segundo blocos temáticos que representam categorias. Essa reordenação da tabela é dependente [...] categorias construídas a priori e contrastadas com o material empírico em análise ou em categorias construídas a partir da empiria (MOROSINI; NASCIMENTO, 2017).

Dos 28 trabalhos selecionados, 25 eram dissertações e apenas 3 eram teses. Ainda, verificou-se uma quase inexistência da presença da temática da saúde tampouco uma relação dessa com o cuidado. Apenas dois estudos fazem alguma alusão ao conceito saúde e nenhum aborda cuidado enquanto política na Assistência Estudantil na Educação Superior.

Quanto à metodologia utilizada pelas pesquisas a respeito da temática das políticas educacionais, observou-se que essas eram abordadas de três formas: a primeira diz de um olhar para os *Contextos de Influência* (seis publicações) das Políticas Estudantis, mesmo que com um enfoque apenas nacional, a segunda categoria diz respeito ao *Contexto de Produção de Texto* (12 publicações) e a última categoria do *Contexto da Prática* (10 publicações). Essas três contextualizações são descritas por Mainardes (2006), na abordagem teórico-metodológica de Ball e Bowe, denominada de *Ciclo de Políticas*. No entanto, das 28 teses e dissertações, nenhuma utiliza o Ciclo de Políticas como instrumento para análise das Políticas Estudantis. Assim, demonstra-se a relevância de desenvolver estudos valendo-se dessa metodologia.

Além disso, outra curiosidade é o fato de que apenas três homens, dentre os 28 estudos selecionados, interessaram-se por estudar a temática, sendo as demais 25 mulheres. Outro estudo potente seria compreender as inclinações dos homens frente a temática das políticas estudantis e sua relação com o cuidado, pois, ainda hoje, em sua maioria, os documentos que regem as políticas são escritos por homens, mas esses raramente são criados para interpretar suas realidades a partir de uma ética do cuidado (GILLIGAN, 1982).

Os 28 trabalhos, quando analisados de uma ótica do foco de seus estudos, podem ser agrupados em três grupos distintos, que aqui chamaremos de categorias. São elas: I – *Análise Política Governamental do campo Teórico/Simbólico*, com seis publicações; II – *Análise Política Programas/Projetos*, com 12 publicações e III – *Análise Política Institucional*. Essa última categoria será subdividida em duas: III. a – *Conhecimento do Estudante*, com três publicações, e III. b – *Permanência do Estudante*, com sete publicações.

Quadro 3 – Distribuição das publicações por categoria de análise

Categoria	Subcategoria	Nº de Publicações
I – Análise Política Governamental do campo Teórico/Simbólico		06
II – Análise Política Programas/Projetos		12
III – Análise Política Institucional	III. a – Conhecimento do Estudante	03
	III. b – Permanência do Estudante	07

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

A categoria I, denominada *Análise Política Governamental do campo Teórico/Simbólico*, reúne seis pesquisas, e essas abordam as Políticas Educacionais, tendo como foco o PNAES e sua relação com a história da Educação Superior brasileira, as representações simbólicas quanto à produção do texto, enfim, a quem se destina o *Plano Nacional de Assistência Estudantil*.

Nessa categoria destacam-se as pesquisas de Leite (2015), Dutra (2015), Albuquerque (2017), Soares (2016), as quais discorrem sobre o olhar das políticas de assistência estudantil dando lugar de destaque ao que diz respeito ao campo material e econômico, como se o lugar simbólico de ser este estudante que busca permanecer com sua subjetividade na Educação não fosse contemplado nesses estudos. Isso também demonstra o quão se assemelham as leituras feitas das políticas de assistência estudantil aos expostos por Bila Sorj (2014) a respeito do cuidado, como se houvesse sempre um primeiro pensamento ligado a essas temáticas, quais sejam, a de um lugar econômico e material, e não social ou simbólico. Com isso, outro viés pelo qual se olham as políticas do ponto de vista Macro é o da Assistência Estudantil na Educação Superior como uma política educacional, que é, em muitos contextos, resultante da luta de movimentos estudantis para tornar a assistência estudantil um Direito (ELOI, 2018; RODRIGUES, 2019). Ainda, apresenta-se o estudo de Amaral (2018), que discorre sobre a Política de Assistência Estudantil como um instrumento de formação, tanto de professores quanto de alunos do Ensino Médio.

docente como educador no processo de emancipação social do aluno, É preciso que os alunos do ensino médio da escola pública tenham aspirações ao ensino superior e que saibam que lhes é de direito cursá-lo de forma gratuita e, ainda, contando com as políticas de permanência estudantil (AMARAL, 2018, p. 07).

Surpreende o lugar de *movimento* em que a política é posta como um instrumento de luta e garantia de direito por partes dos estudantes, possibilitando o conhecimento acerca do documento e tendo na figura do professor um elemento-chave para esse processo.

A categoria II, *Análise Política Programas/Projetos*, apesar de representar um número expressivo de trabalhos (12), não reflete em grandes propositivas dentro dessa categoria. Em duas pesquisas, Borsato (2015) e Pinto (2015), a política é analisada como resultado em ações e implementações de programas dentro do âmbito institucional da Educação Superior. A maioria das outras pesquisas enfatiza a busca por um sistema de avaliação da prática através das exigências do documento das políticas, objetivando encontrar um monitoramento dos programas, de modo eficaz e condizente com a realidade estudantil na Educação Superior (LAGO, 2018; ARAÚJO, 2018; VARGAS, 2017; BRITO, 2018; SILVA, 2016; TELE, 2015). Apenas dois trabalhos fazem referência à promoção de serviços relacionados ao *bem-estar* social (OLIVEIRA, 2017; MARINHO, 2017), porém nenhum deles apresenta o cuidado como uma forma política dentro do contexto da Educação Superior, como se pretende nesta pesquisa.

Por fim, a categoria III – *Análise Política Institucional* – tem como objeto de estudo a interpretação da política do ponto de vista documental, estando subdividida em duas subcategorias. A primeira subcategoria III. a – Conhecimento do Estudante – fala a respeito do reconhecimento dos estudantes à existência da política e suas interpretações decorrentes disso (FARIAS, 2018; PENHA, 2015; MACEDO, 2018).

Macedo (2018) traz como resultado um elemento importante para pensarmos as Políticas de Assistência Estudantil como uma demanda por tornar-se uma *Política de Cuidado* educacional. Segundo ele, “os dados revelaram que os estudantes entendem a política como uma ajuda, e não como direito” (MACEDO, 2018, p. 07). Ainda, de acordo com o autor, se não houver espaços coletivos de reflexões acerca da política como um estado de direito, ela permanecerá sendo lida como uma ajuda ou, nas palavras de Bila Sorj (2014), a partir de algum critério reducionista.

Na segunda subcategoria III. b – Permanência do Estudante –, os estudos fazem uma reflexão acerca da permanência dos estudantes de baixa renda na Educação Superior e as contribuições – ou não – das Políticas de Assistência Estudantil. Todos os sete trabalhos dessa

categoria fazem uma referência a questões socioeconômicas quando remetem à permanência (BETZEL, 2015; DALESSI, 2018; GOMES, 2019; CUNHA, 2017; GALINDO, 2018; RIOS, 2016; ARAUJO, 2018).

A partir dos estudos analisados na Pesquisa de Estado do Conhecimento, percebe-se algumas lacunas fundamentais e que se tornam potenciais investigativos em relação a um olhar para as Políticas de Assistência Estudantil como políticas de cuidados destinadas aos sujeitos da Pós-Graduação como uma ferramenta que contribua para a permanência desses sujeitos com melhor qualidade de saúde mental. Como foi apresentado, dos 28 estudos apenas dois fizeram alguma menção à saúde e nenhum abordou a perspectiva do cuidado.

Ainda, a primeira categoria apresenta um lugar simbólico que pode ser abraçado por essa política estudantil, contudo sempre de uma perspectiva material e econômica, deixando as relações simbólicas subjetivas silenciadas, o que nos dá indícios da importância de se pensar pedagogias de cuidados enlaçadas à Política de Assistência Estudantil. Além disso, quando essa ferramenta institucional é analisada nos estudos, é sempre de uma perspectiva de avaliar os resultados, e não de promover caminhos de potencializar seus alcances. Assim, pensar na Política para a Pós-Graduação é incluir uma nova perspectiva de análise. Além disso, é curioso o fato de que a interpretação dos sujeitos quanto ao lugar desta política nos seus contextos sociais é de uma ajuda, e não de uma perspectiva de direito, o que evidencia a urgência de olhá-la como um instrumento da ética do cuidar.

Por fim, o Estado do Conhecimento gerou possibilidades de estudos devido à identificação de algumas lacunas de relações entre as possibilidades e as abrangências que os estudos até então se propuseram a abordar. Diante desse panorama, como é possível pensar essas interfaces até então desconsideradas quando se fala em Política de Assistência Estudantil?

3.3 REPENSANDO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL ATRAVÉS DE PRÁTICAS DE CUIDADO

A característica mais evidente talvez seja que, do ponto de vista da prática, uma política pode promover um engajamento e um alcance de uma perspectiva coletiva, logo, poderia ser utilizada como uma construção de *intercuidados*, ou seja, envolvendo os sujeitos pós-graduandos a pensar percursos formativos que levem em consideração suas afetividades, suas subjetividades e suas emoções.

A Política de Assistência Estudantil, quando considerada uma interventora das produções de *mal-estar* e como construtora de *bem-estar*, nos convida a olhar as possibilidades de considerar a saúde mental dos sujeitos pós-graduandos através da capacidade dos espaços de formação. Ao incluir nos debates acadêmicos essa temática e colocando os sujeitos como agentes, poderíamos denominar esse processo de *atividades de cuidado*. O desenvolvimento de setores que construam ações de suporte, ao educar os professores pesquisadores para a importância de promover os cuidados nos primeiros meses de orientação, possibilita que os mesmos tenham uma proximidade e uma sensibilidade de perceber e, se necessário, reparar as *mochilas emocionais* de seus orientandos, proporcionando um suporte que vai além das necessidades teóricas exigidas.

Mesmo que culturalmente exista uma noção implícita que devemos perder noites de sono e trabalhar o tempo todo, nós somos humanos! Sim, reconhecer nossa humanidade e ter a percepção que não somos máquinas produtoras de dados é um passo importante para alcançar equilíbrio entre vida pessoal e profissional (FLESS, 2021, s.n.).

Considerar as fragilidades e as necessidades em determinados contextos é geralmente uma das potências de políticas de assistência social. A Política de Assistência Estudantil é fruto de uma luta de classe, na qual os estudantes puderam reivindicar ações que de alguma forma contribuíssem institucionalmente para seu acesso e sua permanência, mas não só, considerando-a, ainda, como um instrumento capaz de atender as demandas relativas à saúde mental dos pós-graduandos.

Direcionando a partir de agora discussões para adentrar na relação de cuidado com o campo educacional representado nessa pesquisa pela Pós-Graduação através de um olhar para as Políticas de Assistência Estudantil, nos surgem algumas necessidades de questionamentos iniciais: Quem realiza nesses contextos atividades de cuidado? Quais os canais potentes que possibilitam alterar as visões e as formas de se praticar cuidado? Como pensar uma corresponsabilidade afetiva entre os sujeitos imersos nesse contexto que permitiria dividir a carga de trabalho de cuidado? Quem são historicamente aqueles que ocupam o lugar de cuidadores sociais? Quais são os grupos que necessitam de cuidados? Quem são eleitos como os que necessitam de cuidados, por que e por quem?

Resgatando a ideia de pensar o cuidado como um regime de cuidado, pode-se considerar como unidade de análise o contexto social de uma universidade pública, e, como uma “política de cuidados”, o documento da Política de Assistência Estudantil (PAE) norteado

pelo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG). Além disso, tais materiais podem ser analisados a partir dos conceitos complementares (SORJ, 2012) que embasam sua prática: *O princípio regulador da provisão de care e as cadeias globais de cuidado*⁷.

Assim, através de uma identificação, de uma padronização e de uma institucionalidade, se buscaria identificar as interfaces do *princípio regulador da provisão de care e as cadeias globais de cuidado* no Contexto de Produção de Texto da PAE e da PNPG.

Resgatando a adaptação necessária da família a um bebê, é preciso compreender que em alguma medida o contexto da Pós-Graduação precisa fazer alguns movimentos a fim de adaptar-se enquanto ambiente para receber seus pós-graduandos, e esta recepção não diz de uma interação, absorção e distribuição dos sujeitos com seus orientadores, linhas de pesquisa e objetos de análise somente, é preciso criar estratégias coletivas que possibilitem experiências de mutualidade, e a Política de Assistência Estudantil tem uma capacidade de ocupar esse lugar. Então pode-se dizer que todo sujeito da Pós-Graduação tem uma dependência inicial de seu meio, mas a sua sobrevivência não depende mais como o bebê absolutamente da intervenção de seu ambiente e de seus cuidados. Nesse sentido, essa pesquisa pretende levantar a questão sobre qual seria psiquicamente um mundo possível apresentado aos sujeitos pós-graduandos pelo seu ambiente?

Essa primeira possibilidade diz de um lugar afetivo construído pelo ambiente e pelos sujeitos nele inseridos. No entanto, deste mesmo lugar, é necessário pensar quais são os corpos que ocupam? O panorama dos estudos recentes aponta para corpos frágeis, cansados, doentes e multitarefados. Então, a partir disso, um olhar cuidadoso destinado através de ações de assistência estudantil poderia, como segunda possibilidade, compreender quais são as representações corporais de *bem-estar* possíveis de serem construídas aos sujeitos e pelos sujeitos que pudesse ocupar o lugar desse corpo que está (sempre) mal.

Esses corpos precisam de suas mentes, sobretudo porque um trabalho de pesquisador é um trabalho mental muito concentrado, denso e complexo. Como vimos, o cuidado nos primeiros tempos, quando atento às necessidades da criança, consegue desempenhar com êxito sua função, qual seja, a de possibilitar gradualmente que o sujeito faça uso da palavra para verbalizar suas necessidades, seus desejos. Nesse sentido, como um instrumento de cuidado, seria possível instituir (terceira possibilidade) canais por meio da política que permitisse aos sujeitos fazerem uma enunciação de seus afetos, retirando dos corpos a necessidade de manifestá-los.

7 Esses dois conceitos complementares de Bila Sorj (2012) dizem respeito à descrição que a autora faz sobre como o cuidado pode ser considerado na prática do ponto de vista político.

Hoje, os pesquisadores em formação encontram muitas lacunas, ou até mesmo desconhecem caminhos que tomem em acolhimento suas expressões e manifestações sobre as dificuldades em seguir a jornada, as preocupações e as necessidades de cuidado. Então, torna-se fundamental compreender em afetividade quais são as adaptações necessárias ao pós-graduando quando ele é inserido nesse ambiente, se, mais do que isso, como seus afetos são produções dessa necessidade.

Nessa perspectiva, através dessa pesquisa, é preciso criar caminhos para identificar se a Política de Assistência Estudantil consegue em alguma medida atuar como um *setting ampliado*, promovendo cuidado e permitindo aos sujeitos da Pós-Graduação ocuparem o lugar de dependentes desses cuidados.

Somos, afinal, na Pós-Graduação, contemporâneos de quais cuidados? Para fazer tal debate, a seguir apresento os caminhos metodológicos percorridos para a realização desta pesquisa.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este estudo analisa quais as interfaces entre o cuidado e as políticas de assistência estudantil na perspectiva de mestrandos dos Programas de Pós-Graduação da Universidade da Fronteira Sul (UFFS), *campus* Erechim/RS. Para isso, vários e complexos elementos se enlaçam a fim de tornarem esta pesquisa possível, por isso, metodologicamente, utilizamos de uma teorização combinada, fundamentada a partir de um olhar interdisciplinar.

Assim como o cuidado gera um emaranhado de influências conceituais, o campo educacional também se apresenta como um terreno complexo de análise. Ainda, segundo Ludke e André (1986), neste campo, há uma teia quase inextricável de variáveis agindo e interagindo ao mesmo tempo, o que exige um olhar para as complexidades existentes.

Assim, pode-se inferir que os objetivos escolhidos são de natureza dinâmica, o que exige a escolha de uma metodologia que também possua esta característica. Para tal, a divisão do trabalho se deu em quatro etapas, sendo elas: Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa de Estado do Conhecimento, Pesquisa de Análise Documental e Pesquisa de Campo.

4.1 PESQUISA QUALITATIVA

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa ao considerarmos que ela ocorre “no ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento.” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.11), ou seja,

As pesquisas desse gênero buscam compreender as relações entre as questões investigadas e o sistema social mais amplo, com o objetivo de aprender a totalidade de suas determinações, bem como de explicitar os sistemas de dominação, opressão, ideologia e discursos com a finalidade de contribuir para que tais situações sejam alteradas. Desse modo, os pesquisadores que empregam essa abordagem procuram desenvolver pesquisas que possam fortalecer grupos e pessoas em situação de marginalização e opressão, bem como propor transformações nos contextos políticos e sociais (MAINARDES; STREMEL, 2015, p.10).

Pesquisar o espaço de imersão de pesquisadores em sua construção singular enquanto pós-graduando em relação a seus *bem-estares* ou *mal-estares* e a construção social coletiva desse grupo a partir das visões subjetivas a respeito do cuidado é estar em sintonia com a definição de Mainardes e Stremel (2015) no que tange à busca por fortalecer esse grupo social e propor transformações no contexto das políticas educacionais no que pese à Pós-Graduação.

Ainda, esta pesquisa possui os cinco princípios básicos de uma pesquisa qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986), quais sejam: 1º o campo de pesquisa como ambiente natural e fonte direta dos dados, ao ser a própria autora destes escritos uma pós-graduanda em construção de sua trajetória de pesquisadora; 2º os dados coletados são predominantemente descritivos, uma vez que descreve as concepções de cuidado, bem como os *mal-estares* revelados por estudantes de Pós-Graduação; 3º preocupação maior com o processo do que com o produto, por estar implicada sobretudo com os impactos do percurso de um grupo de pós-graduandos em sua inserção e permanência em Programas de Pós-Graduação de uma universidade pública; 4º um olhar para o significado que as pessoas dão ao objeto pesquisado, pela preocupação em considerar a construção singular de cada sujeito nos dois principais interesses da pesquisa, a construção social do cuidado e a relação singular do tornar-se pesquisador como uma vivência que produz *mal-estares* ou *bem-estares*; 5º a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo, uma vez que todo o material coletado na etapa das entrevistas foi categorizado a partir do conteúdo que emergiu dos diálogos entre a pesquisadora e os entrevistados.

4.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Uma pesquisa bibliográfica se constitui na elaboração de uma base de fundamentação teórica, que, segundo Gil (2017), é elaborada com o propósito de embasar e dar subsídios para que o pesquisador compreenda os conhecimentos atuais referentes ao tema de interesse.

Construir uma pesquisa bibliográfica requer desenvolver uma série de etapas como um levantamento inicial de fontes bibliográficas, a fim de elaborar um plano provisório sobre o assunto, para, a partir da leitura e fichamento do material pré-selecionado, permitir uma organização lógica do pesquisar para sua produção textual acerca do conteúdo pesquisado e estudado. Para este estudo, a pesquisa bibliográfica será usada para aprofundamento teórico a respeito do conceito de cuidado por uma perspectiva interdisciplinar, tendo como áreas centrais do conhecimento a Psicologia, a Filosofia e a Educação, assim como um olhar do campo da Psicologia para a construção da relação entre o conceito de *mal-estar* e *bem-estar* na prática cotidiana de estudantes de Pós-Graduação entrelaçada às Políticas de Assistência Estudantil.

A escolha deste percurso teórico justifica-se pela importância que os termos e objetos de pesquisa apresentam separadamente, com suas complexidades, para que depois possa-se

fazer uma interface destes campos, que, em conjunto, representam a problemática da pesquisa. Para tal, foram utilizados autores de referência das áreas escolhidas em diálogo com estudiosos contemporâneos, sendo as fontes utilizadas uma mescla de livros e periódicos científicos que buscaram dar conta de embasar satisfatoriamente as temáticas expostas anteriormente. Essa pesquisa bibliográfica foi executada como fase introdutória e serviu de suporte para a realização das fases da Análise de Dados a partir do uso do Ciclo de Análise de Políticas.

4.3 ESTADO DO CONHECIMENTO

Estudos que abordam perspectivas sociais devem levar em conta os fatos relacionados a partir de um determinado espaço (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021). Em relação ao espaço, é importante o pesquisador fazer uma delimitação de que realidade pretende investigar, e o mesmo deve ser feito em relação ao período temporal ao qual pretende considerar.

A fim de olhar para o que se tem produzido no campo de teses e dissertações sobre Políticas de Assistência Estudantil no campo da Pós-Graduação (espaço), justifica-se a escolha de se realizar um *Estado do Conhecimento* para compreendermos o que vem sendo construído, pesquisado e dialogado em relação ao espaço e ao tempo recortado por esta pesquisa, pois, segundo as autoras,

Estado do Conhecimento é identificação, registro, categorização que levam a reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 21).

Como exposto, o Estado do Conhecimento permite um percurso lógico de identificar, registrar e categorizar os dados pertinentes e existentes em relação ao espaço e ao tempo que tenham uma importância com a temática escolhida na pesquisa, possibilitando maior engajamento do pesquisador através de uma capacidade de reflexão e síntese que este método possibilita. Além disso, para Morosini (2015), o levantamento das últimas obras na região é a base para pesquisadores interessados em demonstrar suas opções de pesquisa, pois fornece conhecimento sobre interesses de pesquisa mais desenvolvidos, como também sobre as possíveis lacunas nos tópicos de pesquisa. Ainda conforme a autora, “[...] o estado de

conhecimento constitui produção, não só pelo acompanhamento de todo o processo temático, mas principalmente, ajuda a quebrar os preconceitos dos pesquisadores no início da sua pesquisa" (MOROSINI, 2015, p. 102-103).

Essa etapa permite ao pesquisador clareza e entendimento maior em relação ao objeto a ser pesquisado mediante um olhar crítico que pode ser amplamente fundamentado, pois para a construção do Estado do Conhecimento é preciso seguir algumas etapas: Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada, Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva⁸. Todas essas etapas precisam ser sistematicamente realizadas. Para acesso aos dados aos quais pretende-se pesquisar, escolheu-se como repositório a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁹. A escolha da base de dados é importante porque auxilia na manutenção do foco e evita a procura e análise que podem não auxiliar a atingir os objetivos propostos, por isso a importância de delimitar o tipo de publicações a serem consideradas, como no caso dessa pesquisa, na qual escolheu-se analisar teses e dissertações publicadas no período entre 2014 e 2019 na BDTD.

Com a escolha do repositório e o tipo de publicações que se pretende analisar, é então importante ter clareza da escolha das palavras-chave ou descritores que serão utilizados na hora da busca. Para Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021, p. 62), é fundamental que a definição dos termos ou descritores tenham uma coerência com os objetivos da pesquisa e que estejam em condições de atender a especificidade desejada pela temática, considerando também uma determinada amplitude a ser resolvida através do Estado do Conhecimento. Logo, inicialmente a pesquisa é realizada pela leitura e análise dos resumos dos estudos encontrados a partir dos descritores escolhidos.

Quadro 4 – Quantitativo de Teses e Dissertações encontradas

TERMO PESQUISADO	TÍTULOS ENCONTRADOS	CAMPO PESQUISADO

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Para esta pesquisa foram considerados 7 descritores, quais sejam: política estudantil + ensino superior (1); políticas estudantis + ensino superior (2); política estudantil + ensino superior + cuidado (3); políticas estudantis + ensino superior + cuidado (4); “política

⁸ “Salientamos que esta é uma etapa opcional e que pode ou não ser realizada.” (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021 p. 73). Segundo as autoras essa etapa é opcional por isso, não foi realizado nesta pesquisa.

⁹ Ver: <https://bdtd.ibict.br>

estudantil” + “ensino superior” (5); “políticas estudantis” + “ensino superior” (6); “política de cuidado” + “ensino superior” (7).

A seguir faremos uma breve definição sobre cada uma das etapas necessárias para a construção de um Estado do Conhecimento, conforme as definições de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021), Bibliografia Anotada, Bibliografia Sistematizada, Bibliografia Categorizada e Bibliografia Propositiva com relação ao objetivo de cada etapa e como fazê-la.

A Bibliografia Anotada está relacionada com a primeira etapa do processo, na qual os documentos encontrados devem ser lidos (inicialmente os resumos) para que se extraia deles informações que vão auxiliar na organização dos dados coletados, como título da pesquisa, o resumo na íntegra, o nome do autor, ano da publicação. “Essa etapa consiste na organização da referência bibliográfica completa dos resumos das publicações encontradas” (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 62).

Quando se conclui a primeira etapa, o pesquisador terá acesso ao seu banco de dados organizado, o que o exime de ter que ficar acessando o banco de dados das publicações. Essa tabela, que será organizada com as anotações extraídas, servirá de base para todas as demais etapas do Estado do Conhecimento.

Quadro 5 – Bibliografia Anotada

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
Referência completa da publicação					
Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO
Referência completa da publicação					

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Na primeira etapa foram encontrados inicialmente 253 trabalhos, mas, para este estudo, após a leitura flutuante dos resumos, foram selecionados 28 arquivos. O critério desta seleção justifica-se na medida em que foram considerados apenas os trabalhos que tinham como temática central a análise das Políticas de Assistência Estudantil.

Na segunda etapa, na chamada Bibliografia Sistematizada, é importante criar uma sistematização dos dados da seguinte forma: número do trabalho, ano de defesa da publicação, autor, título, nível, objetivos, metodologia e resultados. (MOROSINI; KOHLS-SANTOS;

BITTENCOURT, 2021, p. 65). O objetivo desta etapa é selecionar o conhecimento de uma forma mais específica em relação aos objetivos e ao objeto da pesquisa.

Quadro 6 – Bibliografia Sistematizada

Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Quando se propõem a analisar mais detalhadamente os objetivos do estudo, pode-se encontrar, entre os estudos selecionados na etapa anterior, alguns que não tenham relação com o conteúdo que se objetiva analisar. Logo, esses estudos não devem ser colocados no quadro da Bibliografia Sistematizada, mas o número que ela ocupa no quadro deve ser preservado.

Feito isso, agora é possível que se faça uma categorização das pesquisas selecionadas, o que permite uma análise do conteúdo das publicações de forma mais consistente. Por isso, então, na terceira etapa, na Bibliografia Categorizada, ocorre o agrupamento das “publicações selecionadas em blocos” (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 67), ou seja, realiza-se uma aproximação das temáticas semelhantes dentre as pesquisas, formando alguns conjuntos, ou as chamadas categorias.

Quadro 7 – Bibliografia Categorizada

Categoria -							
Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS
Categoria -							
Nº	ANO	AUTOR	TÍTULO	NÍVEL	OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS

Fonte: Elaborados pela autora (2021).

Aqui, a escolha das categorias precisa ter uma ligação teórica de sustentação que dê conta de justificar a sua escolha e explicar o entendimento que o autor possui daquela categoria para ter escolhido denominar um conjunto de pesquisas dessa forma. Nesta pesquisa os 28 estudos foram divididos em três categorias: I – *Análise Política Governamental do campo Teórico/Simbólico*, com seis publicações; II – *Análise Política Programas/Projetos*, com doze publicações e III – *Análise Política Institucional*, com 10 publicações. Essa última categoria será subdividida em duas: III. a – Conhecimento do Estudante, com três publicações e III. b – Permanência do Estudante, com sete publicações.

Por fim, tem-se a Bibliografia Propositiva, que permite ao pesquisador ir além dos conhecimentos extraídos dos estudos escolhidos. É o momento de fazer algumas proposições em relação ao conteúdo analisado. Ou seja, nessa etapa, busca-se “as possíveis propostas presentes nas publicações [...]” (MOROSINI; KOHLS-SANTOS; BITTENCOURT, 2021, p. 70) para construção das suas próprias propostas. As autoras denominam de ‘achados’ aquele conteúdo extraído das pesquisas categorizadas e de “proposição emergente” as propostas pelo pesquisador. Essa é uma categoria que não necessariamente precisa estar presente nas pesquisas, não tendo sido essa etapa realizada na presente pesquisa.

A potência da escolha de um Estado do Conhecimento pode ser compreendida pela possibilidade que esse método oferece quanto às diferentes perspectivas que podem ser estudadas, conforme o interesse, o olhar, o desejo, as inquietações de cada pesquisador. E isso respeita um conhecimento que está em constante construção.

4.4 ANÁLISE DOCUMENTAL

A análise documental foi utilizada na etapa do *Contexto de Produção de Texto da Análise do Ciclo de Políticas*, através da análise de documentos oficiais. Realizou-se uma análise documental e foram analisados os seguintes documentos: Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020 Vol. 1 e Vol. 2 e a Política de Assistência Estudantil da UFFS.

A análise documental caracteriza-se como uma etapa que busca identificar as informações factuais em documentos a partir de determinadas questões ou hipóteses. É uma técnica exploratória indicada para pesquisas que tenham interesse em estudar o problema a partir da expressão dos indivíduos, ou seja, quando a linguagem é importante para a investigação. Como nesta pesquisa o intuito é analisar a construção social do cuidado e suas interfaces com as Políticas de Assistência Estudantil, justifica-se a escolha desta técnica. São

considerados documentos: “leis e regulamentos, normas, processos, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros entre outros”. (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

A análise documental é mais do que uma fonte de informações contextualizadas, é resultante de informações de um determinado contexto que surgem e provocam informações sobre esse mesmo contexto. Por isso, como esta etapa foi utilizada para a análise de *Contexto de Produção de Textos*, foram analisados documentos do tipo oficiais, quais sejam, os volumes 1 e 2 do Plano Nacional da Pós-Graduação e a Política de Assistência Estudantil da UFFS.

A Análise de se deu através de unidade de análise do texto todo com enfoque na interpretação de perspectivas de cuidado a partir da criação de unidades de contextos. Após foram criadas categorias de análise de acordo com os objetivos da pesquisa.

4.5 PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo tem por finalidade conseguir acessar informações ou conhecimentos sobre um problema, como o próprio nome já diz, no campo onde a problemática está inserida. Para tal, essa pesquisa consiste na observação de fatos e fenômenos tais como ocorrem espontaneamente e depende de algumas variáveis. Logo, não se pode dizer que a pesquisa de campo é simplesmente uma etapa onde há coleta de dados.

É preciso, portanto, definir, conforme o objeto de pesquisa que se busca investigar, quais serão as técnicas empregadas para a coleta de dados, as formas de registros dessas e como serão analisadas (ANDRADE; MARIA, 2017, p. 203).

Quanto à pesquisa de campo, buscou-se analisar a realidade da saúde mental dos sujeitos pós-graduandos dos Programas de Pós-Graduação de uma Universidade Pública e a relação dessa realidade com a produção de *mal-estares* ou *bem-estares*, bem como se há um olhar de cuidado para esses sujeitos.

4.5.1 Participantes

A pesquisa aconteceu dentro do contexto da Pós-Graduação de uma Universidade Pública do Interior do Rio Grande do Sul, com estudantes dos quatro programas de Mestrado do *Campus* Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul: Mestrado em Ciência e

Tecnologia Ambiental, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e o Mestrado em Geografia, totalizando no mínimo 12 estudantes, sendo 3 estudantes de cada Programa. Ainda dentro de cada Programa os participantes foram selecionados em relação ao período da trajetória que estão, sendo 1 da fase mais inicial, 1 da fase intermédia e 1 da fase final. Para constituição do grupo de entrevistados, foi realizado um convite a todos os estudantes matriculados nos quatro Programas de Pós-Graduação escolhidos para esta pesquisa, bem como para mais estudantes interessados em participar do estudo do que o número mínimo proposto. Foram realizadas as entrevistas com os 22 os interessados, diminuindo-se o número de campos analisados na etapa de análise dos dados.

A amostra é não-probabilística de tipo intencional ou amostra de julgamento, que significa:

[Estar] baseada no discernimento criterioso por parte de quem pesquisa para os melhores resultados possíveis da investigação. Então, ‘a seleção de amostras intencionais ou por julgamento são realizadas de acordo com o julgamento do pesquisador. Se for adotado um critério razoável de julgamento, pode-se chegar a resultados favoráveis’ (OLIVEIRA, 2001, p. 4).

Acredita-se que a escolha desse grupo de estudantes, embora não seja em número significativo, respeita alguns critérios de julgamentos da pesquisa, como a escolha de participantes de mais de um Programa de Pós-Graduação de um mesmo contexto institucional (mesma Instituição e mesmo *Campus*, logo possuem uma mesma Política de Assistência Estudantil) e em fases diferentes no mestrado, o que garante uma seleção intencional que auxiliará na investigação que se deseja realizar. A hipótese aqui levantada é que os anseios, os *mal-estares* e *bem-estares* variam de acordo com a fase em que o pós-graduando se encontra, tendo três fases que demandam maior atenção: o ingresso, a pré-banca de qualificação e a pré-defesa final. A Instituição precisou autorizar a pesquisa mediante o termo de autorização, bem como os participantes pela assinatura do TCLE, o que será detalhado mais adiante.

4.5.2 Procedimentos Metodológicos

A entrevista foi semiestruturada e aplicada de forma individual com cada um dos estudantes em plataforma on-line, com duração aproximada de 30 min. A entrevista semiestruturada não exige um roteiro fechado, contudo é preciso que haja uma estruturação mínima. Segundo Ludke e Andre (1986, p. 33), é “aconselhável o uso de um roteiro que guie

a entrevista através dos tópicos principais a serem descobertos. Esse roteiro seguirá naturalmente uma certa ordem lógica e também psicológica”. Como trata-se de uma pesquisa que levou muitos aspectos psicológicos e subjetivos, a escolha do roteiro semiestruturado

permite que o pesquisador estabeleça ajustes durante a própria entrevista, em função de características do entrevistado, das respostas obtidas em outras perguntas, ou mesmo em função do andamento da entrevista, da maior ou da menor disponibilidade do voluntário em responder, entre outros elementos que podem se apresentar durante a entrevista (SCORSOLINI-COMIN, 2016, p. 07).

Logo, cada entrevista, apesar de um roteiro comum, poderia acontecer de maneiras distintas em função de diversos aspectos, por isso o roteiro foi pensado a fim de atender a essas definições e foram organizadas conforme um Guia de Entrevista (Apêndice C), que está estruturado em quatro Blocos Temáticos, são eles: Bloco Introdutório, Bloco de Identificação, Bloco dia-a-dia da pesquisa e as vivências de *bem-estar* ou *mal-estar* e o Bloco do cuidado e da Política de Assistência Estudantil.

4.5.3 Procedimentos Éticos

O estudo está amparado pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo e pela Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas com seres humanos. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul, sendo encaminhada, pré-aprovação do Comitê de Ética da UFFS, uma carta de Autorização à Instituição. Foi entregue a todos os participantes um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice B), e só foram entrevistados os participantes que assinaram voluntariamente o TCLE.

Além disso, esse estudo cumpriu as exigências bioéticas (Conselho Nacional de Saúde, 2012):

1. Autonomia: A participação no estudo foi voluntária, o que significa que, em qualquer momento, qualquer um dos participantes poderia desistir de participar da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

2. Não maleficência: Foram tomados todos os cuidados necessários ao coletar os dados para que não fosse causado ansiedade e/ou sofrimento psicológico aos participantes. E caso houvesse observado algum desses sintomas, os procedimentos de coleta seriam

interrompidos. Além disso, caso em algum momento se tornasse necessário, a pesquisadora orientaria o participante e faria encaminhamento para um serviço especializado.

3. Beneficência: Os resultados deste trabalho corroborarão para a literatura interdisciplinar sobre a saúde mental dos pós-graduandos. No que se refere diretamente aos participantes do estudo, caso se percebesse alguma dificuldade ou necessidade, o participante seria encaminhado para tratamento adequado. Os dados serão convertidos em estudos e terão na divulgação científica o intuito de propagar o conhecimento sobre questões psicológicas.

Por fim, foram observadas as questões de sigilo, resguardando a identidade dos entrevistados. As entrevistas tiveram o respeito à privacidade e à autonomia, uma vez que os sujeitos poderiam desistir ou parar a qualquer momento durante a entrevista.

4.5.4 Análise dos dados

A análise de dados desta pesquisa se deu através do uso da *Abordagem do Ciclo de Políticas*, a qual se baseia nos trabalhos de Stephen Ball e Richard Bowe. Tal abordagem está organizada em três contextos de análise de uma política educacional: o *Contexto da Influência*, o *Contexto de Produção de Texto* e o *Contexto da Prática*.

Em concordância com Mainardes, acredita-se que a escolha do Ciclo de Políticas dá conta de amparar o caminho que se deseja traçar nesta pesquisa. Ainda segundo Mainardes e Stremel (2015, p.3),

O ciclo de políticas parte da noção de que uma política não é um documento, mas sim uma entidade social que se movimenta e se modifica; enquanto se move, modifica coisas e espaços. Conseqüentemente, vai sendo mudada por coisas e mudando coisas. Com essa concepção percebe-se os três contextos da política: o contexto da influência, o contexto de produção de texto e o contexto da prática.

No *Contexto da Influência*, o estudo buscou compreender quais as influências teóricas deste estudo que embasam o olhar para a PNPG e para a Política de Assistência Estudantil, buscando construir interfaces com políticas de cuidado. Na busca também da existência de dados que tenham relação com a preocupação com a saúde mental na Pós-Graduação, este contexto se deu através de uma revisão bibliográfica selecionando para este estudo documentos de importância para compreensão do exposto.

No *Contexto de Produção de Texto* analisou-se a Política de Assistência Estudantil da UFFS e o Plano Nacional da Pós-Graduação PNPG. Identificou-se no texto da Política de

Assistência Estudantil da UFFS quais os discursos presentes acerca do cuidado como uma prática destinada aos estudantes de Pós-Graduação. Fez-se, assim, uma análise de conteúdo para o Contexto de Produção de Texto.

Para o *Contexto da Prática*, realizou-se a análise das entrevistas abertas com 19 estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação do *Campus* Erechim da UFFS. O objetivo da escolha deste instrumento deu-se pelo desejo de identificar a concepção que os estudantes referidos possuem sobre o conceito de cuidado e sobre como descrevem a sua trajetória como pós-graduandos, ligadas a uma perspectiva de *bem-estar* ou *mal-estar* e suas percepções a respeito da Política de Assistência Estudantil.

Para realizar a análise das entrevistas, também foi utilizada a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). Ressalta-se que, ao escolher essa abordagem, é preciso estar disposto a relacionar as estruturas semânticas, sociológicas encontradas no conteúdo das mensagens e saber que a base encontrada não se trata de um modelo exato e definido. Isso justifica a escolha de analisar as entrevistas desta pesquisa através da Análise de Conteúdo, uma vez que a saúde mental, o *bem-estar*, o *mal-estar* e o cuidado são aspectos sociais que possuem particularidades semânticas. Logo, acredita-se que essa abordagem permite ao pesquisador fazer sistematização de expressões, as quais servem como bases de deduções lógicas e justificadas a respeito da origem e do conteúdo das mensagens.

A entrevista foi semiestruturada e aplicada de forma individual com cada um dos estudantes em plataforma on-line, com duração aproximada de 30 min. Após conhecer qual foi o percurso metodológico adotado, no próximo capítulo serão apresentados os dados obtidos nesta pesquisa.

5 O VIR A SER UM SUJEITO PÓS-GRADUANDO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as interfaces entre o cuidado e as Políticas de Assistência Estudantil no campo da Pós-Graduação. Antes de adentrar na análise dos dados que se propuseram a dar conta de responder ao objetivo da pesquisa, é importante destacar qual era a interface estabelecida do ponto de vista teórico e pessoal da autora, que a levou a este objetivo central.

Inicialmente é importante destacar que este estudo transcorreu, quase que em sua totalidade, em um contexto pandêmico, decorrente da Pandemia de COVID-19. Com o avanço da pandemia e a sua chegada ao Brasil, emergia com ela a necessidade de medidas protetivas, também pelos dirigentes que ocupavam postos de governança, nas mais distintas instâncias e localidades, e que tinham como obrigação, no exercício de suas funções, tomarem decisões pautadas por escolhas de *cuidado*. Do ponto de vista individual, também se fazia necessário que cada sujeito pudesse, através de um gesto de *autocuidado* e *intercuidado*, adotar as medidas protetivas indicadas pelos profissionais de saúde que conduziam o enfrentamento da pandemia. Assim, tornou-se emergente que o cuidado estivesse como primeiro elemento de interface deste estudo. Olhá-lo a partir de uma construção social se apresenta, devido ao contexto de pandemia, mas não apenas, uma necessidade. A pandemia não foi suficiente para que as realidades sociais distintas partissem da mesma necessidade para praticarem maneiras semelhantes de cuidado, mas promoveu as condições para que as decisões pautadas por cuidado se concretizassem, mesmo que de forma desarmônica, o que escancarou que o cuidado só pode ser considerado a partir de suas construções históricas e sociais, além de seus espaços relacionais. Essa percepção converge com o exposto pelas autoras Batthyány (2021), Helena Hirata e Nadya Guimarães (2012).

Se, mesmo diante de uma visibilidade que demandava medidas de cuidado, esse encontrou dificuldades de ser colocado como centro nos debates, como foco das políticas de contenção de uma pandemia global, surge o segundo elemento que compõe a interface deste trabalho, qual seja, a *política*, neste trabalho em específico, a Política de Assistência Estudantil. Isso advém do interesse de observar como, em contextos onde não necessariamente isso seja uma emergência, pode o cuidado, através de suas “heranças sociais”, se apresentar como prática ética e política (GILLIGAN, 1982). Daí surge o interesse de olhar para as Políticas de Assistência Estudantil como uma potencialidade para ser uma *política de cuidados*. Dessa forma, este estudo considera também um terceiro elemento para a

interface, a desse cuidado visibilizado através de uma Política de Assistência Estudantil para o contexto da Pós-Graduação.

Se compreendermos interface por “Campo em que interagem disciplinas ou fenômenos diversos” (AULETE, 2022), e justificados os pontos iniciais que permitiram o surgimento de enxergar para os campos do cuidado, da Política de Assistência Estudantil e para a Pós-Graduação como fenômenos diversos, mas capazes de estabelecerem entre si interfaces, surgem os objetivos específicos deste estudo, que são: investigar as concepções de cuidado de estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Erechim/RS; identificar se há a presença de *mal-estares* nos estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação da UFFS, *Campus* Erechim/RS, e quais seriam eles; analisar de que modo o conceito de cuidado está presente nas estratégias de desenvolvimento sugeridas no Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para práticas de cuidado a estudantes de Pós-Graduação; verificar as abordagens do cuidado presentes na política de Assistência Estudantil da UFFS; e, por fim, apontar caminhos para a constituição de Políticas de Cuidado Educacional para a Pós-Graduação.

Para atingir esses objetivos, utilizou-se da Abordagem do Ciclo de Políticas, a qual é organizada a partir de três contextos: o *Contexto da Influência*, o *Contexto de Produção de Texto* e o *Contexto da Prática*.

Como neste trabalho a intenção não é compreender quais foram as influências para a criação de uma Política de Assistência Estudantil do ponto de vista histórico, aqui o *Contexto de Influência* será apresentado sobre quais influências, do ponto de vista de políticas de cuidado, poderiam ser aplicadas a políticas educacionais como essa. Para isso, nesta etapa, buscou-se compreender quais as influências teóricas deste estudo que embasam o olhar para a PNPG e para a Política de Assistência Estudantil, buscando construir interfaces com políticas de cuidado. Também buscou conhecer quais estudos existiam a respeito de uma preocupação com a saúde mental na Pós-Graduação. Este contexto se deu através de uma revisão bibliográfica que foi apresentada nos dois primeiros capítulos teóricos desta pesquisa.

No *Contexto da Prática*, inicialmente tinha-se a pretensão de entrevistar um número mínimo de 12 estudantes, sendo três de cada um dos quatro programas de Pós-Graduação do *Campus* Erechim (Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e o Mestrado em Geografia), pois esse critério buscava incluir estudante em níveis de formação distintas de um mesmo programa, além de contemplar os quatro programas do *Campus* Erechim. Todavia, na fase de realização do convite aos discentes, percebeu-se que como os programas possuem entrada

anual, os mesmos possuíam apenas alunos de dois semestres na situação de ativos e matriculados, logo, optou-se por excluir o critério de período da formação (semestre) dos discentes como critério de seleção. Além disso, houve um aumento no número de participantes do estudo, resultando numa amostra de 19 entrevistados. Esse número se justifica pelo interesse espontâneo, que, durante o período que ficou disponível o acesso para a participação, de participar do estudo.

Para a realização desta etapa da pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFFS, com a ciência e autorização por parte da direção da UFFS *Campus* Erechim, bem como dos quatro coordenadores dos Programas de Pós-Graduação já mencionados. Após aprovação pelo CEP, o convite (via e-mail) para participação da pesquisa foi encaminhado às secretarias dos programas para que fosse encaminhado aos discentes. Neste convite estava incluso o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE e o aceite, mediante assinatura do termo, era condição para que se confirmasse a participação na pesquisa. Isso aconteceu durante os meses de abril e maio de 2022, através de um formulário eletrônico, onde além do TCLE havia a indicação por parte dos participantes sobre o meio pelo qual gostariam de ser contatados para a entrevista. As entrevistas foram realizadas durante os meses de junho e julho de 2022 de forma on-line e foram gravadas mediante autorização dos sujeitos.

Conforme mencionado, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 19 estudantes pós-graduandos em nível de mestrado dos quatro Programas de Pós-Graduação do *Campus* Erechim da UFFS. Além desses, mais três estudantes inseridos no mesmo contexto participaram de uma fase de pré-entrevistas, com o intuito de analisar a clareza da construção das perguntas e a possibilidade de entendimento destas pelos entrevistados. Objetivou-se com isso qualificar o instrumento: o roteiro de entrevista. Esse zelo foi adotado pela temática da pesquisa conter conceitos como o cuidado, saúde mental, *bem-estar* e *mal-estar*, os quais geram uma necessidade de maior assertividade de suas proposições por dependerem em sua essência de compreensões subjetivas. Quando se usa de roteiros semiestruturados, é necessário que este passe por um pré-teste, pois isso é o que permite ao pesquisador criar uma compreensão maior de como garantir através da ordem das perguntas um sentimento mais natural e tranquilizador aos participantes, além de se certificar de que os objetivos de cada pergunta ficaram bem entendidos pelo entrevistado (MUYLAERT, 2014).

O roteiro de entrevista foi estruturado a partir de quatro Blocos Temáticos: o bloco Introdutório, o bloco de Identificação, o Bloco do dia-a-dia da pesquisa, que contemplava a

perspectiva de vivências de *bem-estar* ou *mal-estar* e, por último, o Bloco do cuidado e da Política de Assistência Estudantil.

O Bloco Introdutório foi utilizado para esclarecer os caminhos da entrevista, a seguridade quanto ao sigilo aos dados fornecidos e demais combinados pertinentes e necessários para esta etapa da entrevista. A autorização foi concedida nesta etapa, e cada entrevistado pôde sugerir um nome fictício para si. O Bloco de Identificação objetivava conhecer um pouco mais sobre a trajetória dos entrevistados, suas histórias de vida e suas compreensões simbólicas do que é ser um sujeito pós-graduando. O Bloco do dia-a-dia da pesquisa, que contemplava a perspectiva de vivências de *bem-estar* ou *mal-estar*, buscou compreender quais eram as rotinas da Pós-Graduação nomeadas como produtoras de *bem-estar* ou *mal-estar*. Neste bloco foram consideradas as compreensões subjetivas acerca desses conceitos para esse grupo social específico, quais sejam, os sujeitos pós-graduandos da UFFS campus Erechim.

O Bloco do cuidado e da Política de Assistência Estudantil desejava compreender qual é a compreensão do conceito de cuidado desse grupo, como o nomeiam e como ele se relaciona com um cuidado da saúde mental, além de investigar se esses sujeitos têm conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil.

Após o pré-teste realizado, acrescentou-se, ao início do Bloco Introdutório, as perguntas: *Por que escolheu participar desta pesquisa?* e, *Como você percebe a sua saúde mental?* Essa inclusão se fez necessária, pois se percebeu que, embora o foco da entrevista não fosse avaliar o estado de saúde mental dos sujeitos pós-graduando, falar sobre isso se apresentou como uma necessidade, pois os três participantes sinalizaram isso ao fim da entrevista. Quanto à análise das entrevistas, utilizou-se da metodologia de *Análise de Conteúdo*, da Bardin (2016).

No *Contexto de Produção de Textos*, analisou-se a Política de Assistência Estudantil da UFFS e o Plano Nacional da Pós-Graduação PNPG, volumes 1 e 2, buscando identificar nestes documentos quais os discursos presentes acerca do cuidado como uma prática destinada aos estudantes de Pós-Graduação. Utilizou-se neste contexto a *Análise de Conteúdo* da Bardin (2016) e buscou-se, na representação dada pelos sujeitos entrevistados sobre cuidado, o significante a ser observado nos documentos. Por isso, será apresentado primeiro o *Contexto da Prática* e depois o *Contexto de Produção de Texto* por compreender que se está olhando o cuidado como uma construção social e que a sua representação simbólica e significante depende do contexto ao qual está inserido, por isso a importância da pesquisa de campo para este estudo.

No capítulo destinado ao cuidado, ele é abordado do ponto de vista integral, a partir de uma visão psíquica, social, ético-política e, por fim, pedagógica. Contudo, a escolha por nomear o cuidado como uma construção social se dá por compreender-se que este é o dorso que edifica as demais perspectivas. Isso significa que, se é social, é imprescindível considerar o recorte ao qual se pretende abordar do ponto de vista educacional, mais especificamente ao que se refere à Pós-Graduação, ao olhar para a saúde mental dos sujeitos pós-graduandos. Deste modo, é necessário resgatar algumas perguntas que não foram respondidas ao longo dos capítulos teóricos, por razões já expressas naquela ocasião. O resgate agora a elas se justifica por compreender-se que delas pode-se entender o contexto aos quais se pretende pesquisar. Recordando, as perguntas são: Em que estrutura de sociedade esses sujeitos estão inseridos? Quem são esses sujeitos?

5.1 OS PÓS-GRADUANDOS E SUAS PERSPECTIVAS

Ampliando a primeira questão, a estrutura social que será discutida nesta pesquisa corresponde à posição recente da Pós-Graduação pensada em universidades, onde suas origens se deram como medidas de expansão e interiorização, buscando oportunizar o acesso a essa etapa da educação a sujeitos localizados territorialmente em espaços interioranos. No Brasil, essas universidades são frutos de uma política chamada de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Essa política pode ser considerada como uma política de “democratização” do acesso à Universidade, e, segundo Pereira (2018, p. 5), permite “a expansão do sistema público e gratuito de Ensino Superior”.

A Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS é uma dessas universidades, advindas da REUNI, uma instituição de ensino superior, que é popular, pública e de qualidade. Foi criada em 2009, pela Lei Nº 12.029, e possui seis campi: Chapecó (SC) – sede da Instituição, Realeza, Laranjeiras do Sul (PR) e Cerro Largo, Passo Fundo e Erechim (RS)¹⁰.

Além do contexto de interiorização que lhe deu origem, a UFFS surgiu de diálogos estabelecidos com participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e de lideranças políticas de seu espaço territorial. Logo, esse dado nos é importante por considerar que esta instituição tem uma base social presente em sua constituição e que o seu desenho institucional é resultado de uma participação popular. Como aponta Trevisol (2015, p. 520): “As prioridades, especialmente os primeiros cursos de graduação e Pós-Graduação, foram

10 Ver: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/apresentacao. Acesso em 8. out. 2022.

estabelecidas com base em uma análise detalhada das características (demográficas, econômicas, culturais e socioeducacionais) e nas históricas lacunas presentes na região”.

Ainda segundo o autor, os cursos de Pós-Graduação da UFFS possuem uma importância na tentativa de minimizar os impactos nas regiões onde está inserida, que se apresentam a partir das seguintes demandas:

(i) a necessidade do aumento do número de doutorados na região; (ii) o aumento da presença da pós-graduação pública e gratuita; (iii) a qualificação dos cursos existentes, com elevação das notas da avaliação; (iv) a inserção dos temas da fronteira nas linhas de pesquisa dos programas e (v) a fixação de doutores na região (TREVISOL, 2015, p. 526).

No intuito de contribuir para o fortalecimento deste espaço social de formação de pesquisadores de regiões interioranas é que essa pesquisa se propõe a conhecer quem são então esses sujeitos? Quem são os pós-graduandos da Universidade Federal da Fronteira Sul, do *Campus* Erechim?

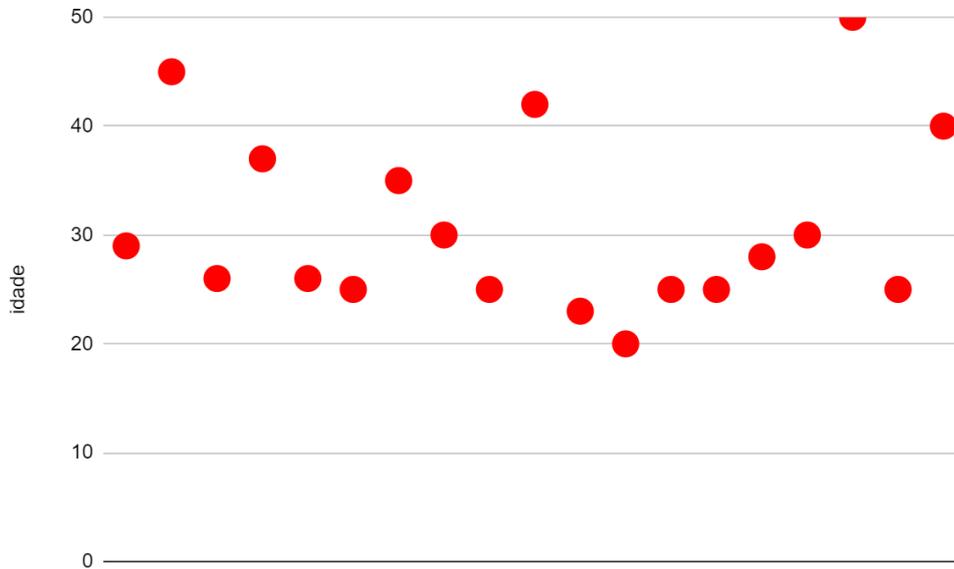
5.1.1 Os pós-graduandos e suas palavras

Esses pós-graduandos correspondem a uma amostra de 19 sujeitos – os três que responderam à pesquisa como fase de teste não tiveram seus dados considerados nesta análise. A exclusão desses três sujeitos se justifica, pois eles faziam parte de um grupo de amostragem que foi utilizado para testar e ajustar o instrumento utilizado para a coleta dos dados, o roteiro de entrevistas.

Dos pós-graduandos que compõem o *corpus* desta pesquisa, percebe-se que há um predomínio do sexo feminino, sendo 15 mulheres e 4 homens. Percebeu-se maior participação de discentes do Mestrado Profissional de Educação, onde houve 10 sujeitos respondendo a entrevista, seguidos por 5 estudantes do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas. O Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental contou com a participação de 3 discentes e o Mestrado em Geografia teve o menor número de respondentes, sendo apenas um sujeito. Esse dado em relação ao Mestrado de Geografia ter sido inferior justifica-se pelo fato do programa ser interinstitucional, sendo que para esta pesquisa foram convidados apenas para participar os estudantes vinculados ao *Campus* de Erechim, o que afetou o número de sujeitos deste programa convidados a participar deste estudo.

Em relação à faixa etária dos pós-graduandos, percebeu-se que se encontram concentrados em maior quantidade nas faixas entre 25 e 40 anos. Isso é possível de ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 4: Faixa Etária dos Participantes



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

A representação gráfica evidencia que a maioria dos participantes são jovens adultos, os quais geralmente encontram-se inseridos no mercado de trabalho. Isso se confirma quando se olha para quantos desses estão trabalhando enquanto fazem a Pós-Graduação. Dos 19 entrevistados, 13 possuem vínculo empregatício de, no mínimo, 20 horas semanais. Em relação à carga horária, esse é um dado que chama a atenção, dos 13 pós-graduandos que trabalham, apenas seis não pediram redução de carga horária ao longo do processo de formação. E desses seis, metade cumpria uma jornada de 20 horas semanais. Dois pós-graduandos entre os sete que pediram redução de carga horária pararam de trabalhar em função das demandas com a Pós-Graduação, sendo que um deles por questões de adoecimento emocional pediu afastamento do trabalho. Já entre os outros cinco, quatro reduziram pela metade a carga horária que tinham, apenas um teve uma redução de menos de oito horas em relação a sua jornada total.

Esses números podem representar alguns sofrimentos inaudíveis (KUPERMANN, 2021), pois todos que precisaram fazer alguma adaptação, adequação em sua rotina, aqui no que diz respeito ao tempo dedicado a outras atividades, como o trabalho, foram considerados por estes sujeitos pós-graduandos como “um abrir mão”, abandonar algo por uma incapacidade pessoal de administrar as demandas. Apenas um deles apresentou em sua

narrativa que essa redução se dava em razão de uma escolha pessoal sem culpa. Percebeu-se nos discursos que havia um custo psicológico implícito tanto para aqueles que tiveram que tomar a decisão de reduzir as jornadas de trabalho, quanto para aqueles que seguiam conciliando grandes cargas horárias com as demandas da Pós-Graduação. Os primeiros com uma representação de frustração, os segundos de exaustão. Embora retomando as ideias de Aguiar (2019), de que esses obstáculos precisam ser encarados pelo sujeito através de adaptações, inserindo novos comportamentos e esquemas às rotinas, isso parece ser difícil de ser compreendido pelos sujeitos pós-graduandos como uma adaptação, uma vez que é visto como “um fracasso” ou, pelas ideias de Han (2021a), essas narrativas correspondem aos princípios do desempenho, ganhar ou fracassar.

Entre os 19 pós-graduandos entrevistados, 13 são os primeiros membros de sua família nuclear a cursarem uma Pós-Graduação. Esse dado é importante para reforçar que esses sujeitos fazem parte de uma instituição que busca a democratização do acesso a esse nível de formação, o que de certa forma se concretiza, pois esses foram os primeiros de suas famílias a conseguirem ocupar esse lugar social de ser um pós-graduando. Ainda, daqueles que têm algum familiar que cursou o *Stricto Sensu*, ninguém mencionou mais de dois familiares a já ocuparem esse lugar. Isso demonstra o quanto esse lugar social é recente e novo para esse grupo, logo, pode demandar mais adaptações, por serem menores as referências e os conhecimentos prévios do que significa ocupar esta posição.

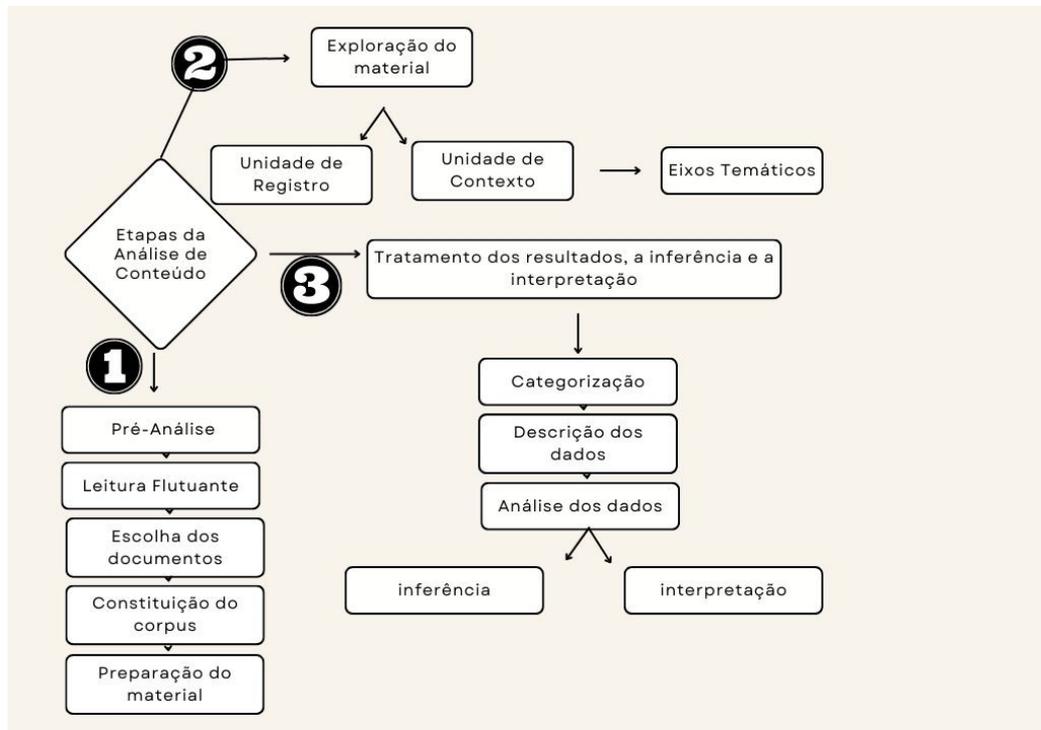
Após uma análise do ponto de vista de quem são esses sujeitos, torna-se possível adentrar para uma análise de como é ser esses sujeitos. Para isso, é necessário antes compreender como essa análise foi feita. Utilizou-se nesta etapa e nas subsequentes a Análise de Conteúdo, de Bardin (2016), um método de análise que é composto por um conjunto sistemático de técnicas para análise e descrição do conteúdo das mensagens:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 44).

Isso significa decompor as mensagens dos dados coletados, realizando descrições, inferências e interpretações que se tornam possíveis por meio da categorização dos dados. A Análise de Conteúdo contém muitas etapas, a descrição, a inferência e a interpretação, por exemplo, são algumas delas. A fim de auxiliar na compreensão das etapas que são necessárias

à construção de uma análise de conteúdo que respeite os passos e as técnicas propostas por Bardin (2016), a figura a seguir representa os caminhos adotados nesta pesquisa para atingir este fim.

Figura 1: Análise de conteúdo



Fonte: Elaborado pela autora (2022), baseado em Bardin (2016)

Logo, a partir da figura, é possível descrever com maior clareza como foi feita a análise dos dados. Os dados obtidos através da transcrição das entrevistas foram organizados através dos blocos iniciais descritos no roteiro de entrevista: Dia-a-dia da Pós-Graduação, Bem-estar e Mal-estar, Cuidado e a Política de Assistência Estudantil, as quais facilitaram e potencializaram a interpretação das mensagens presentes nestes registros.

Essa escolha foi possível após realizar a etapa da pré-análise, que consiste em fazer leituras flutuantes do material coletado para que se escolha os documentos a serem analisados, preparando-os, ou seja, organizando-os em uma tabela a partir de um mesmo padrão de organização. Segundo Bardin (2016), uma pré-análise é “[...] a administração sistemática das decisões tomadas”.

Após essas decisões tomadas, é que foi possível explorar o material tratando as mensagens a partir dos blocos do roteiro de entrevista para constituição, então, da codificação do material através de unidades de contextos e unidades de registro. Uma unidade de registro

é olhar para o conteúdo a partir de partes menores, cuja significação esteja de acordo com a categoria levantada. Isso pode ser representado pelo tema, palavra ou personagem, por exemplo (BARDIN, 2016). Nesta pesquisa todas as unidades de registros foram feitas a partir de uma temática. Esta escolha se deve, segundo a autora, ao tema que “é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (BARDIN, 2016, p. 105).

Olhando aos dados obtidos através das transcrições das entrevistas com os 19 pós-graduandos, foi-se construindo uma análise, uma exploração do conteúdo, buscando as unidades de significação a partir dos temas: *ser um pós-graduando, relação com o orientador, relação com a temática de pesquisa, relação com a rotina, o cuidado, o cuidado em saúde mental, e a política de assistência estudantil*. Ainda, em relação a esta etapa, é importante ressaltar que Bardin (2016) salienta que estudos com uma grande quantidade de codificações podem ser mais eficazes quando analisados “artesanalmente” sem o uso de softwares, como foi o caso desta pesquisa.

Enfim, foram estabelecidas as unidades de contexto após a organização dos conteúdos pelas temáticas. Destas, foi possível analisar em quais contextos elas se apresentam dentre os discursos dos entrevistados (como aparecem, por que, quais relações transcorrem disso). As incidências serão consideradas a partir do critério de presença ou ausência. As etapas detalhadas aqui foram aplicadas, como já dito anteriormente, em todas as análises que serão apresentadas na sequência, por isso não serão retomadas em cada abordagem. Apenas as unidades que compõem cada análise serão retomadas a fim de melhor representá-las e servir de possibilidade às discussões que se pretende realizar a partir delas.

A fim de resguardar a identidade dos entrevistados, a partir daqui os mestrandos não serão vinculados aos seus programas de Pós-Graduação, e, quando aparecerem ao decorrer desta pesquisa, vão aparecer com a codificação MESTRANDO seguido do número¹¹ que dá sequência pela ordem que foram entrevistados e o nome fictício escolhido pelos próprios entrevistados. Quatro deles não quiseram fazer sugestões de nomes, por isso foram escolhidos pela pesquisadora, e um nome indicado, por ser o mesmo nome real de um outro entrevistado, foi substituído por um nome similar. É importante pontuar que muitos dos conteúdos que apareceram nas entrevistas traziam suas singularidades narrativas de cada pós-graduando e que, em muitos momentos, era bastante identificável, por isso alguns conteúdos serão

11 O total de entrevistados foram 22 estudantes, sendo os MESTRANDOS 1, 2 e 3 participantes da etapa de pré-entrevistas, optou-se por manter a numeração total, mesmo que estes três não tenham sido considerados na análise dos dados, por isso a numeração apresentada na análise de dados vai até o MESTRANDO 22.

apresentados de uma forma mais branda e genérica a fim de proteger o anonimato dos participantes.

5.1.2 Ser um sujeito pós-graduando

Tornar-se um pesquisador é mais do que cumprir com exigências práticas, reais, é um trabalho intenso e extenso subjetivamente para elaborar todos os impactos decorrentes deste processo. Retomando o que apresentaram os autores Louzada e Filho (2008, p. 755), atividades como publicar, ler, frequentar disciplinas é produzir uma infinidade de afetos atrelados a elas, e esses estão talvez mais ligados com a capacidade de tornar-se um pesquisador do que a capacidade técnica de realizar as exigências estabelecidas. Por isso, quando perguntado sobre quais eram as atividades atreladas à posição social de ser um sujeito pós-graduando aos 19 entrevistados, as respostas a ela estavam atreladas a duas dimensões: um reconhecimento da atividade-fim e uma narrativa afetiva envolvida na realização dessa.

Quando questionados sobre a primeira atividade que lhes vinha à cabeça, como uma necessidade devido à condição de serem pós-graduandos, pode-se perceber que a “leitura” foi a mais lembrada como primeira atividade, seguida da “escrita”. Depois, somadas a essas duas, surgiram atividades como a “construção do projeto”, a “qualificação”, as “disciplinas”, os “eventos” e as “produções”. A nuvem de palavras a seguir representa como este grupo nomeia as atividades ligadas a sua rotina.

Gráfico 5: Atividades ligadas à rotina



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Apesar da presença pragmática das atividades reais, pode-se observar que, quando se falou delas, sobretudo no que diz respeito à relação que cada pós-graduando estabelece com seu objeto de estudo escolhido, houve a presença de justificativas pessoais nos 19 sujeitos, como podemos perceber na tabela abaixo.

Quadro 8: Incidência dos aspectos relativos a justificativas subjetivas apresentados em relação ao objeto de estudo

Unidade de Registro	Incidência (presença)
Desejo de investigar teoricamente mais a partir da prática com o objeto de estudo	8
Identificação com a temática, vontade de fortalecer seu potencial para atuar com aquele objeto de estudo	4
Se reconhecer como um pesquisador, gostar de pesquisar sobre essa temática – encantamento.	4
Motivações advindas de relações pessoais.	3

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Percebe-se que as quatro formas onde esteve presente a justificativa do porquê escolheram este objeto de estudo deram-se por motivações intersubjetivas, mesmo que tenham sempre uma relação com o mundo externo. No entanto, aqui cabe destacar que a forma como os sujeitos apresentam sua relação com seus objetos de estudo, com seus “projetos”, tem a ver com uma demanda afetiva de se permitir dividir com um programa, com um orientador e com uma sociedade os pensamentos, as construções e as associações que foram possíveis se estabelecer a partir de um “projeto que era só seu e de sua mente” (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005, p. 455).

Outro aspecto que reforça como foram presentes as questões subjetivas pode ser observado no trecho a seguir:

Ao longo de minha inserção na rotina de ser um pós-graduando, eu fui percebendo o quanto ela me ajudava a conquistar não somente um avanço do ponto de vista teórico-metodológico, mas pude perceber que através de atividades, como organizar, planejar e executar, com o tempo essas atividades deixaram de ser a pura execução de algo, passaram a construir em mim uma capacidade maior de problematização, e a partir daí todos os caminhos que você passa a percorrer nunca mais podem ser apenas gestos rotineiros (MESTRANDO 5-Luiz)

Esse trecho nos permite compreender que talvez essas atividades cotidianas influenciam o pós-graduando a se descobrir nesse processo, ou a ir criando condições

psíquicas para ir lidando com aquelas demandas – lhe permitindo fazer uma internalização, e que a natural estranheza inicial vai se dissolvendo ao longo deste período de dois anos.

5.1.3 A relação com o Orientador

A construção de uma relação suficientemente boa (WINNICOTT, 2007) entre orientador e orientando depende de uma adaptação do orientando a seu orientador e deste para consigo. Ferenczi (1992b), em sua obra *Adaptação da família à criança*, aborda a necessidade do ambiente organizar-se para receber um bebê que depende de cuidados, para que esse possa vir a tornar-se um sujeito, Viana e Veiga (2010) apontam que essa capacidade do ambiente, produzida sobretudo pelo orientador aos primeiros tempos do pós-graduando, influencia diretamente na capacidade deste ir tornando-se um pesquisador. Quando os sujeitos pós-graduandos desta pesquisa foram questionados sobre a relação com os orientadores, essa “régua” do acolhimento, da capacidade de se colocar disponível, de auxiliar e dar as primeiras diretrizes, apareceu nos discursos dos sujeitos para qualificar essa experiência.

Gráfico 6: O que você acha de seu orientador?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Sobre como é a relação, apareceu ao longo das entrevistas que nem sempre a inserção do discurso do orientador produz sensações apenas de *bem-estar*, mas que, algumas vezes, o próprio aparecimento de tensões e prazos é visto como um desconforto necessário, pois mais desconfortável é quando essa demanda não surge.

Alguns pós-graduandos pontuaram que não se sentiam seguros para fazer esse percurso de maneira solo e que a presença do orientador amenizava esse medo do novo, do ter de vir a ser um pesquisador:

Ela entende do meu assunto e me dá os caminhos para eu fluir nele. Ela quis ser esta pessoa, ela é um suporte, mas sou eu o sujeito da pesquisa, sou eu que estou fazendo esta pesquisa. (MESTRANDO 4-Gabriela)

Essa relação de datas e prazos é uma necessidade minha, preciso de prazos e ordens de comando, pois eu posso até me dar prazos, mas é diferente quando eu estabeleço esse comando e quando ele o faz, pois meu comprometimento muda (MESTRANDO 6-Bianca)

é muito boa a minha relação com a orientação, porque sabemos os dois dos prazos e conseguimos cumpri-los, ele também cumpre na medida que precisa me ler e me devolver meus escritos da dissertação (MESTRANDO 13-Milena)

sei que meu orientador confia muito na autonomia, o que é um desafio para mim, pois sempre tive na relação com os estudos alguém ao lado, quando ele me dá a corda e me diz vai.... Não sei o que esperar disso (MESTRANDO 18-Luan)

Logo, esses recortes extraídos das entrevistas com os pós-graduandos demonstram a importância da orientação pedagógica que se estabelece entre o orientador e o orientando, relação que tem muita subjetividade implicada, o que se traduz nas expressões de tensão, medo, preocupação, segurança, conforto. Os sujeitos que percebem que seu orientador lhe dará “caminhos” têm mais segurança afetiva para construir-se sozinho, ou com mais autonomia nessa jornada, ao passo que aqueles que dispõem de maior liberdade para tal é como se criassem empecilhos psicológicos para atingir os objetivos.

Percebe-se que aqui não são pontos de ordem técnica e capacidade cognitiva para realizar as tarefas, mas sim afetivas. Os sujeitos precisam dos cuidados realizados pelo seu orientador para rumar pela Pós-Graduação com maior sensação de *bem-estar*.

Percebo que ele espera que cada vez mais nesse processo eu consiga ser independente, que já vá gradualmente conquistando essa independência e possamos

chegar num momento que eu use os meus conhecimentos sem precisar usar os dele (MESTRANDO 15-Zuzu).

Até aqui apontou-se o quanto a relação orientador-orientando é uma relação que se estabelece num circuito afetivo de vínculo, proteção e orientação, como o próprio nome da função social de encontro desses sujeitos estabelece. No entanto, curiosamente, quando os pós-graduandos desta pesquisa foram questionados sobre o que “seus orientadores esperam deles” enquanto pesquisadores em formação, encontrou-se uma relação muito próxima da que o bebê estabelece com o cuidador nos primeiros tempos, uma percepção assimétrica de que o discente depende do docente, mas que esse último apenas exerce essa função por fazer parte de suas atribuições. A maioria dos entrevistados reagiu a esta pergunta com surpresa, espanto e risos.

O que ele espera de mim? [Risos] (MESTRANDO 4-Gabriela)

[Risos] nunca pensei sobre isso (MESTRANDO 4-Gabriela)

[Risos] eu nem sei se ele espera alguma coisa?! (MESTRANDO 16-Nicolau)

Olha [Risos] o que ele espera de mim? (MESTRANDO 22-Maria).

Após as reações de surpresa à pergunta, as respostas dadas a essa expectativa do orientador em relação a si eram todas com a presença de questões acadêmicas, e não afetivas, o que pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 9: O que seu orientador espera de ti?

Unidade de Registro	Incidência
Conclusão da dissertação	9
Desenvolvimento de uma boa pesquisa	12
Continuação da Pesquisa	5

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Percebe-se que a soma das vezes em que apareceu como resposta a “conclusão da dissertação”, o “desenvolvimento de uma boa pesquisa” e a “continuação da pesquisa” supera o número de entrevistados. Isso se justifica porque muitos tiveram a presença de mais de um elemento em sua resposta. Esses dados nos levam à reflexão de que, quando falaram de sua relação com o orientador, ou o que acham desse como pesquisador, todos os mestrandos levaram em considerações questões subjetivas: a forma acolhedora como o orientador lida com eles, a forma como consegue estipular prazos e demandas, e o quanto os admiram enquanto tal.

Todavia, quando a questão era o que essa figura de orientador esperava deles, todos responderam que a expectativa de seus orientadores deveria ser com a qualidade do trabalho, a conclusão deste e quem sabe que este objeto de análise pudesse seguir sendo pesquisado. É interessante como os pós-graduandos se colocam frente a expectativa de seus orientadores, ao menos foi o que apareceu neste grupo entrevistado: surgem com ela pressões internas e demandas por tornarem-se os sujeitos performáticos (DUNKER, 2017).

Após conhecer como é ser esses sujeitos pós-graduandos de uma universidade pública em um município do interior do Rio Grande do Sul e perceber que há características em comum desses discentes com os dos estudos de Louzada e Filho (2008), percebe-se que há um grande trabalho a ser feito para que um aluno torne-se um pesquisador. Trabalho esse a ser desenvolvido pelo próprio sujeito e também pela figura de seu orientador. Por isso, a partir do conhecimento de quais são as rotinas e como se dá a relação orientador-orientando para este grupo de pós-graduandos, pode-se então adentrar na análise se há a presença de *mal-estares* nestes sujeitos.

5.1.4 O mal-estar

Neste trabalho o intuito é olhar para o *mal-estar* como uma demanda de adaptação decorrente do que se pode chamar das subjetivações em “excesso”, atribuída aos pós-graduandos como necessidade ao longo de seu processo formativo. Para os pós-graduandos dos quatro Programas de Pós-Graduação da UFFS Campus Erechim-RS, rotinas como “leitura”, “escrita”, “disciplinas”, “qualificação”, “apresentação em eventos” são as atividades que representam esse excesso. Isso se soma com a característica de que a maioria concilia esta etapa da vida com a vida que tinha antes, onde já havia uma “carga horária de trabalho” e “demandas familiares”. Tal fato é narrado por alguns deles da seguinte forma:

Você não para somente para fazer o mestrado, você simplesmente encaixa o mestrado na sua vida, então além de tudo que você já precisa dar conta, ainda tem essa carga que soma, que são todas essas demandas em um curto período de tempo, que é o mestrado (MESTRANDO 7-Giovana)

A gente brinca entre os colegas que nossa turma não é só uma turma de pós-graduação, por considerar a nossa realidade de carga horária e afazeres para além do mestrado, é como se nós fôssemos o 'EJA' da Pós-Graduação (MESTRANDO 22-Maria).

Será que quando esses discentes narram o impacto dessa rotina de sobrecarga de atividades eles a fazem através de uma lógica de *estar-mal*? Em certa medida, pode-se dizer que sim, pois, entre os entrevistados, todos referiram suas experiências de *mal-estar* ao longo deste processo associado à alguma atividade de vida diária, ou advindo da relação com o orientador.

Gráfico 7: Presença de experiências de *mal-estar* e *bem-estar* nos pós graduandos entrevistados.

EIXO TEMÁTICO		PARTICIPANTES																			
		M 4- Gabriela	M 5- Luiz	M 6- Bianca	M 7- Giovana	M 8- Pedro	M 9- Carol	M 10- Ju	M 11- Astrid	M 12- Clara	M 13- Milena	M 14- Raissa	M 15- Zuzu	M 16- Nicolau	M 17- Joana	M 18- Luan	M 19- Fernanda	M 20- Rebeca	M 21- Lua	M 22- Maria	
PRAZOS	1																				
	2																				
ATIVIDADES / DEMANDAS	1																				
	2																				
FALAR EM SEMINÁRIO	1																				
	2																				
SOLIDÃO DA ESCRITA	1																				
	2																				
RELAÇÃO COM O ORIENTADOR	1																				
	2																				
PESQUISA DE CAMPO	1																				
	2																				
LEGENDA:	1	MAL-ESTAR																			
	2	BEM-ESTAR																			

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Nesse quadro apresenta-se como os pós-graduandos desta pesquisa nomearam as suas experiências de *mal-estar* e através dele é possível se aprofundar como essa sensação, que tem muitas formas de se manifestar, se manifestou para esse grupo. Por isso, será feito um detalhamento maior deste quadro, transcorrendo sobre os números que podem ser observados nele, as recorrências e o que cada uma delas representa.

Inicialmente, cabe observar as seis temáticas: prazos; atividades/demandas; falar em seminário; solidão da escrita; relação com o orientador e a pesquisa de campo. Todas elas têm a ver com a rotina de ser um pós-graduando e surgiram das falas dos pós-graduandos entrevistados. Essa relação entre as rotinas e as experiências de *mal-estar* são muito importantes para compreender-se que a maioria das atividades é uma obrigatoriedade. Logo, sendo essas, por vezes, promotoras de *mal-estares*, faz-se necessário conhecer de que modo elas podem ser vivenciadas de outro modo, uma vez que não é possível existir uma Pós-Graduação sem tais demandas.

Em relação aos prazos, seis discentes o descreveram como causador de *mal-estar*. Porém, entre eles, também há formas distintas de observar esse desconforto. Três relatam que os vivenciam numa lógica de “autocobrança”. O simples fato de receber um prazo já é motivo para que o sujeito se cobre para dar conta de cumprir com esta exigência. Essa forma de vivenciar a Pós-Graduação e sua infinidade de prazos e pressões é um sinal de alerta para o que Barrecheguren (2018) apresentou como um comportamento que está atrelado ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade e depressão.

Você tem prazos a cumprir, mas, muitas vezes, você mesmo se coloca uma autocobrança sobre isso, e o faz nos piores momentos. É como se ao entrar no mestrado você cria novas pressões ou potencializa as pressões reais. Eu tenho a sensação de que, desde que me matriculei, eu só quero que termine, como se só dessa forma eu voltaria a não conviver com essa pressão (MESTRANDO 8-Pedro).

Os prazos também foram nomeados por dois pós-graduandos como a forma de o pensamento se organizar durante a execução de algumas tarefas, sobretudo com a escrita. Os prazos são curtos, geralmente para conseguir transformar os pensamentos em textos, e ainda durante esse processo o pensamento vai criando diversas associações em cadeia, o que prolonga o gasto de um tempo que não se tem.

Preciso fazer as coisas, sei que tenho que fazer, mas é como se não conseguisse, uma porque só pelo fato de saber que tenho que fazer aquilo já me causa uma tensão e, ao sentar para fazer, na escrita, por exemplo, você pensa uma coisa, essa faz você se lembrar de outra. Essas distrações do pensamento te levam a pesquisar inúmeras coisas que se distanciam do seu foco naquele momento, embora tenham uma relação com o que está fazendo (MESTRANDO 13-Milena).

Um discente reportou que muitas vezes o desespero do prazo surge porque não é só uma relação entre o pós-graduando e a demanda específica, têm diversas circunstâncias da

rotina externa do estudante que afetam a velocidade, a capacidade e a dedicação dele para cumprir com a atividade dentro do prazo.

Tem uma pressão que vem de responsabilidades de fora da academia. Há muitas questões com as quais a gente precisa lidar, incluindo imprevistos pessoais, e esses parecem não entrar na margem de cálculo quando a construção do prazo é estabelecida (MESTRANDO 15-Zuzu).

Essas duas últimas relações com os prazos apresentam uma necessidade subjetiva de adaptação ao contexto da Pós-Graduação, que não demanda uma capacidade para cumprir tecnicamente as demandas, mas sim, uma habilidade subjetiva para entender como esse *tempo* precisa ser administrado. Dunker (2020, p. 303) se refere a essa habilidade como a compreensão do *mapa da situação*.

Prazos, condições, regulamentos [...]. Casamentos acabam, gravidez múltipla acontece, trabalho é perdido, a peste do computador conspira contra nós. Vida real: o mundo não vai parar para que você faça a sua tese. Você precisa sobreviver a tudo isso levando a cabo seus próprios sonhos de autonomia e liberdade.

Essa habilidade para compreender quais são os *mapas da situação* que seu espaço lhe oferece/exige para que percorra essa jornada pode se equiparar com o período dos *pensamentos e palavras mágicas* (FERENCZI, 1992a). A diferença é que, para o bebê que está passando por esta fase, é o ambiente que atentamente compreende quais são os pensamentos da criança para auxiliá-lo a trazer para o externo. No caso do pós-graduando, ele precisa entender o contexto externo que se apresenta e internalizar como trabalhar com essas novas demandas de adaptação e sobreposição de ideias e pensamentos que lhe ocorrem. É como se o sujeito pós-graduando, em vez de desenvolver seu pensamento pouco complexo, está desenvolvendo simultâneos novos processos complexos de pensamentos para dar conta de produzir sua dissertação. Essa necessidade de compreender como lidar com as novas demandas aparece nas falas dos entrevistados:

Tu fica com os horários muito desregulados. Quando você devia estar escrevendo, você tem vontade de fazer outras coisas. Depois, quando você vai dormir, deveria estar dormindo, mas aí você acha que deveria estar escrevendo. É como se a noção de tempo ficasse embolada, porque você está sempre tentando pensar no prazo que você tem lá na frente e o que você vai fazer agora para estender aquele prazo?! (MESTRANDO 16-Nicolau).

Se pensarmos os prazos como um elemento obrigatório desse processo, entenderemos que a sua função na constituição de um pesquisador é possibilitar a esse fazer recortes temporais no seu pensamento, que se traduzem nas produções que decorrem disso. Porém, enquanto função afetiva, gera distintas manifestações nos sujeitos. Isso se deve a capacidades pessoais (subjetivas) e, também, de como o orientador apresenta esse prazo.

O meu orientador me ajuda e caminha junto nesta pesquisa. Ele me lembra dos prazos, fala como posso realizá-los da melhor forma. Esse direcionamento presente e constante me auxilia muito neste processo (MESTRANDO 14-Raíssa).¹²

Percebe-se que o papel do orientador é instruir como é possível se organizar para dar conta dos prazos, de que forma prática isso pode ser realizado e caminhos do que fazer quando algum obstáculo surgir nesse processo.

Todos os temas foram apresentados por alguns pós-graduandos como produtores de *mal-estar* e, para outros, esses mesmos temas eram produtores de *bem-estar*, como no caso acima. E ainda, uma discente apresentou uma perspectiva de estar bem e estar mal vinculada ao mesmo tema. Diante desta dinâmica que se apresentou durante a análise dos dados, optou-se por apresentar os temas a partir das duas lógicas (*mal-estar* e *bem-estar*), em comparativos. Essa característica reforça o que foi apresentado anteriormente na citação de Dunker (2015, p. 26), de que é sempre necessário “opor o sofrimento vivido pelo indivíduo e o sofrimento de ter que ser um indivíduo”. Nesta medida, os afetos e as atividades relacionadas ora com o *mal-estar* ora com o *bem-estar* fazem parte do que poderíamos chamar dos circuitos afetivos aceitos por esse grupo social, os pós-graduandos, e olhar para eles como sofrimentos de ter que ser um sujeito pode impedir que se transforme em sofrimentos patologizantes, pois os circuitos afetivos se apresentam continuamente aos pós-graduandos por ser uma etapa de formação densa e condensada em um curto período de duração.

A segunda temática de experiências de *mal-estar* é a *relação com o orientador*. Essa relação apareceu para dois pós-graduandos como produtora de *mal-estar* e para outros dois como produtora de *bem-estar*. Dentre os que apresentaram como *mal-estar*, relataram não haver uma relação de fato estabelecida entre si e o orientador, sendo essa ausência a promotora de desconforto: “Acho que uma relação com o orientador, nem existiu até certo ponto, em muitos momentos me gerou um incômodo, como se eu me perdesse nos prazos, por ele ser ausente” (METRANDO M 18-Luan). Já, os que veem a convivência com seus

¹² Esse recorte foi tirado da pergunta na qual a orientanda respondeu sobre seu orientador, contudo, optou-se por trazer neste momento por representar como prazo poderia ocupar um lugar de *bem-estar*.

orientadores como produtoras de *bem-estar* trouxeram em seus discursos o senso de vinculação que os pesquisadores-mestres construíram com os grupos com os quais orientam. Ambos relataram que é uma percepção não somente individual, mas perceptível com os colegas de orientação: “A própria orientação permitia momentos de trocas, onde conversávamos, compartilhávamos nossos medos, ansiedades, havia espaço para debater em grupo, ele proporcionava isso” (MESTRANDO M20 – Rebeca).

Conforme Viana e Veiga (2010), uma relação entre orientador e orientando é sempre pautada por uma relação de subjetividades, e por sê-la desta ordem, é normal ser constituída de momentos de tensão, de conflito, de equilíbrio, de harmonia. Percebe-se que, quando o lugar do orientador apareceu como produtor de *bem-estar* ou de *mal-estar* não era referente à postura do orientador frente ao “trabalho” que desempenhavam juntos, mas sim, sobre sua postura em relação ao indivíduo pós-graduando. Quem referiu como *mal-estar* mencionou um distanciamento, que não permitia sentir-se próximo ou à vontade com seu orientador, assim como os que percebem o orientador como produtor de *bem-estar*, mencionaram vivências onde sua subjetividade pode se manifestar, pois houve uma abertura de sujeitos para isso. Isso demonstra a singularidade e o impacto que esta relação possui nesta etapa de formação.

Na sequência, nos interessa olhar para a temática da *solidão da escrita*. Três discentes referenciaram a escrita como produtora de *mal-estar* e dois como produtoras de *bem-estar*. Quanto ao *mal-estar*, todos referiram a dificuldade de construir o texto, principalmente por ser uma atividade “muito solitária”. Além disso, os três expressam o afeto da “angústia com as travas”. Louzada, Silva e Filho (2005), inclusive, descreveram essa angústia relacionada aos sofrimentos da Pós-Graduação, sofrimento esse, ou melhor, aqui *mal-estar*, que também se apresenta entre os pós-graduandos.

A escrita é um período de desacomodação, pois, muitas vezes, você não consegue escrever, precisa parar para refletir, aí já quer desistir de tudo, depois volta e segue. É um processo bem árduo. (MESTRANDO 19-Fernanda).

Percebe-se que, para a mestranda Fernanda, essa sensação de *mal-estar*, essa desacomodação é, de alguma maneira, uma necessidade de adaptação ao exposto, mas que para si não pode ainda ser vivenciado do ponto de vista de uma conquista de uma nova etapa. Já essa conquista parece ser o motivo pelo qual os dois pós-graduandos a colocaram, a escrita, como uma vivência de *bem-estar*.

Quando eu escrevo algo, que acho que ficou legal, eu sinto, bah, era isso que eu queria fazer (MESTRANDO 8-Pedro)

Bem-estar quando você consegue fazer escritos que viram alguma coisa... eu sempre tive uma trava de escrever e jogar no mundo e tenho conquistado essa coragem no mestrado (MESTRANDO 11-Astrid).

Cabe ressaltar que, sobretudo em relação à escrita, essa troca entre sentir bem ou sentir mal é cíclica e quase que contínua. Talvez seja, entre *mal-estares* e *bem-estares* que apareceram neste grupo de entrevistados, o que é o mais dinâmico, pois se transforma e se apresenta o tempo todo.

Os que mais apareceram como produtores tanto de *bem-estar* quanto de *mal-estar* foram as temáticas da *fala em seminário* e das *demandas/ atividades*, ambas com 10 respostas cada. A temática de falar em seminários ainda apresentou uma particularidade: uma mesma pós-graduanda se referiu a essa atividade como sendo produtora simultânea tanto de *bem-estar* quanto de *mal-estar*. Isso demonstra o quanto essas duas variáveis dizem de um estado como o sujeito se sente em relação a algo, sendo que não necessariamente uma precisa anular, a outra e não atuam como opostos. Outro elemento importante é que nesta temática houve mais respostas como produção de *bem-estar* do que *mal-estar*.

Quatro pós-graduandos que responderam como produtor de *mal-estar* relacionaram essa prática com a “necessidade de se expor”. Porém, só uma discente classifica como desconforto por uma questão de “timidez e nervosismo”. Os outros três remetem a um “não acolhimento do grupo” muitas vezes durante os debates de ideias contrárias, ou o “desvio dos debates para assuntos que não colocam a ciência como o centro”. Já, entre os que mencionaram essa atividade com o *bem-estar*, isso se deve à possibilidade de contribuir com seu ponto de vista nas discussões propostas pelos seminários, além de proporcionar que os sujeitos se reconhecessem entre seus pares, percebendo que suas preocupações e nervosismos são sensações compartilhadas.

Me trazia *bem-estar* perceber durante os seminários que meus medos, minhas ansiedades eram compartilhados com mais pessoas, o que proporcionava um momento de trocas (MESTRANDO 20-Rebeca).

Por fim, o eixo temático das *demandas* e das *atividades*. Neste, das 10 respostas, três as classificaram como *mal-estar* e 7 como *bem-estar*. Aqui é interessante compreender que, para os três pós-graduandos que percebem as demandas ou atividades como *mal-estar*, eles as classificaram do ponto de vista de sobreposição e quantidade, associando elas a “uma sensação constante de cansaço”. Já as sete pessoas que relacionaram demandas ou atividades como produtoras de *bem-estar* escolheram uma atividade específica e reportaram que a realização dessa “auxiliou no avanço de competências e conhecimentos”. Essa discrepância nos auxilia a pensar que talvez, quando é possível que as atividades se apresentem aos sujeitos em pequenas doses, elas podem promover uma experiência de *bem-estar*, já, quando a sensação de *mal-estar* aparece, é porque existe uma sobreposição de demandas ao sujeito. Tendo em vista a complexidade de fatores envolvidos nestas percepções, não podemos afirmar o porquê dessas discrepâncias existentes sobre um mesmo tópico.

Depois de fazer esta análise detalhada de como são representadas as vivências de *bem-estar* e de *mal-estar* nesses sujeitos, é preciso apresentar qual é o pano de fundo por trás do significado de *bem-estar*:

Gráfico 8: O que é *bem-estar*?

Bem-estar

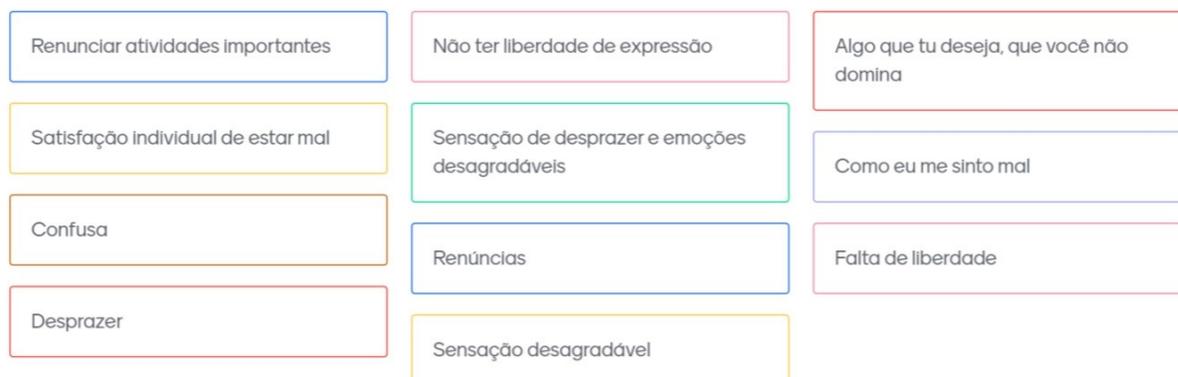


Fonte: Elaborado pela autora (2022)

E de *mal-estar*:

Gráfico 9: O que é *mal-estar*?

Mal-estar



Fonte: Elaborada pela autora (2022).

Esses significados fazem parte de um circuito compartilhado desses sujeitos a respeito dessas duas perspectivas de perceber suas trajetórias enquanto pós-graduandos, uma vez que todos encontram pontos de *mal-estar* e pontos de *bem-estar* durante esse processo. Logo, há a presença de *mal-estares* nesses sujeitos. Todavia, quando analisados do ponto de vista de condições de estar em construção enquanto pesquisadores, isso pode ser considerado parte do processo que a Pós-Graduação apresenta aos seus sujeitos.

Resgatando as ideias de Safatle (2015), é preciso compreender sempre os circuitos dos afetos que se apresentam para que os sofrimentos que emergem como produtos desse vir a ser um sujeito, aqui no caso, pós-graduando, sejam analisados de uma perspectiva social, e não patologizante. Porém, como os diversos estudos apresentados ao longo deste trabalho no que se referem ao estado de saúde mental dos estudantes de Pós-Graduação no Brasil, percebe-se que esses mesmos *mal-estares* podem levar os sujeitos a estarem pré-dispostos a desenvolverem transtornos mentais, ou apresentarem sintomatologias somáticas ou psíquicas relacionadas a um adoecimento mental. Por isso, tornou-se importante trazer, mesmo que não se detenha em profundidade a esses dados, como esses sujeitos, que fazem parte do *corpus* desta pesquisa, percebem a sua saúde mental. Para isso, apresentaremos os sintomas nomeados no gráfico¹³ a seguir.

13 Neste gráfico e em todos os seguintes que conterem porcentagem, considerar n=19.

Gráfico 10: Sintomas nomeados



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Depois desta percepção sobre o que sentem os sujeitos pós-graduandos, este estudo propõe, a partir dos dados coletados e analisados, a construção do que seria para este grupo um circuito afetivo compartilhado. Para essa construção, levou-se em consideração a relação de estar bem e estar mal, quais afetos estavam imersos por detrás dos discursos dos sujeitos pós-graduandos para tentar demonstrar visualmente o quanto esses sujeitos são afetados ao longo de sua jornada na Pós-Graduação, o que aumenta as probabilidades de desenvolverem transtornos e doenças mentais.

Outro elemento é a forma como esse circuito se apresenta ao sujeito. Ele não é momentâneo ou transitório, ele é permanente, o que se alteram são as cargas afetivas empenhadas e o momento em que elas aumentam ou diminuem. Essa permanência é sentida pelos pós-graduandos, tendo alguns deles relatado como se sentem:

É uma sensação de que você nunca para de pensar no seu objeto de estudo, a todo tempo, a todo momento, independente do espaço onde você está, você fica relacionando tudo a tua pesquisa e fazendo associações de como poderia trazer para o seu texto. É algo que nunca sai da nossa cabeça. (MESTRANDO 8-Pedro)

Achei curioso o fato de que, quando estou realizando as atividades do mestrado, consigo me desligar de meu trabalho, mas o contrário não acontece. Em qualquer outro espaço que eu esteja, nunca consigo me desligar das preocupações e da pesquisa em si. (MESTRANDO 21-Luan)

No início do mestrado, tive dificuldades com a minha sexualidade, até eu entender como as coisas funcionavam. Por estar sempre pensando na pesquisa e nos afazeres, me concentrava tanto mentalmente nisso, que não conseguia sentir prazer em outras áreas, era como se eu tivesse parado o resto. (MESTRANDO 22-Maria).

Os três fragmentos extraídos das entrevistas exemplificam bem de que forma essa constante se apresenta, trazendo para a realidade e acrescentando como o corpo (soma) é diretamente atingido por esse circuito. Por isso, talvez, podemos dizer que todo o período em que um sujeito fica imerso na Pós-Graduação é como se ele estivesse imerso no *tempo das delicadezas* (WINNICOTT, 2007, p.83). Winnicott (2007) nomeia esse tempo como aquele em que o bebê recebe de seus cuidadores uma intensa e extensa atividades, sobretudo no corpo, que lhe permite a gradativa internalização e, então, representação futura desses gestos como ferramentas constitutivas do psiquismo. É possível que tracemos muitas aproximações com esse tempo na Pós-Graduação, porém, na constituição e representação de aprender a tornar-se um pesquisador, a inferência sobre o corpo (ainda de forma extensa e intensa) não é mais feita pela figura de um cuidador, mas sim pelo circuito dos afetos que o acometem. Essa compreensão permite entender o quanto o tempo todo o corpo está recebendo uma quantidade de energia psíquica, que, a qualquer momento, caso não haja possibilidades de representação, de vazão, essa (soma) pode se apresentar como uma somatização, ou seja, um adoecimento do corpo em detrimento da mente. Mentalmente, como apresentou Barrecheguren (2018), esses sujeitos possuem seis vezes mais chances de desenvolver alguma patologia psíquica e, quando a desenvolvem, são associadas a depressões moderadas ou severas numa proporção de 39% em comparação com 6% da população em geral. Isso significa que esses circuitos passam a ser representados como um sintoma patológico, e não mais como um sintoma de ter que ser um sujeito (PEREIRA, 2016, p. 15), não sendo mais um traço do desenvolvimento do pesquisador, mas uma enfermidade que lhe acomete.

Se retomarmos as ideias de Safatle (2015, p. 08) sobre o quanto os sofrimentos podem ser produções dos meios como ferramentas de manipulação de seus sujeitos e se partirmos dessa concepção, considera-se, então, que aos pós-graduandos esses sofrimentos se apresentam a partir de sintomas que buscam servir como recurso adaptativo (KUPERMANN, 2017). Esses sofrimentos são, ao mesmo tempo, consequências de uma adaptação falha, onde não foi possível ao sujeito ir absorvendo em pequenas doses os impactos dessa transformação intelectual e, por representar essa falha, se apresenta como uma ferramenta de manipulação, uma vez que discursos de sintomas patológicos são reconhecidos neste meio como campos

possíveis, já esse reconhecimento não acontece se esses sofrimentos se apresentam como um sentir-se desamparado para ser um sujeito pesquisador.

Essa diferenciação entre sintoma reconhecido e sofrimento silenciado pode ser percebida na fala de alguns pós-graduandos.

Ouvimos de muitos professores ninguém morre de fazer mestrado (MESTRANDO 16-Nicolau)

Escutei como naturalizado dentro do Mestrado o fato das pessoas adoecerem, dizem que é normal você desenvolver algum transtorno psíquico, como se fizesse parte do processo (MESTRANDO 7-Giovana).

Talvez esse compartilhamento legitimado do adoecimento psíquico possa ocorrer num circuito afetivo de que, se foram esses professores e orientadores também sujeitos de uma Pós-Graduação que reproduzia essa lógica de sintomas, também é dessa forma que vão acolher os sofrimentos de seus estudantes, como parte do processo.

Assim, retomaremos a pergunta: *Quais sofrimentos os afetam?* Para isso, foi perguntado aos 19 entrevistados como percebiam a sua saúde mental. Apenas dois não relataram impactos na saúde mental. Os outros 17 responderam que sentiram mudanças em relação à qualidade de saúde mental, atreladas a questões da Pós-Graduação, e essa mudança deu-se no sentido de criar ou potencializar sintomas de sofrimentos.

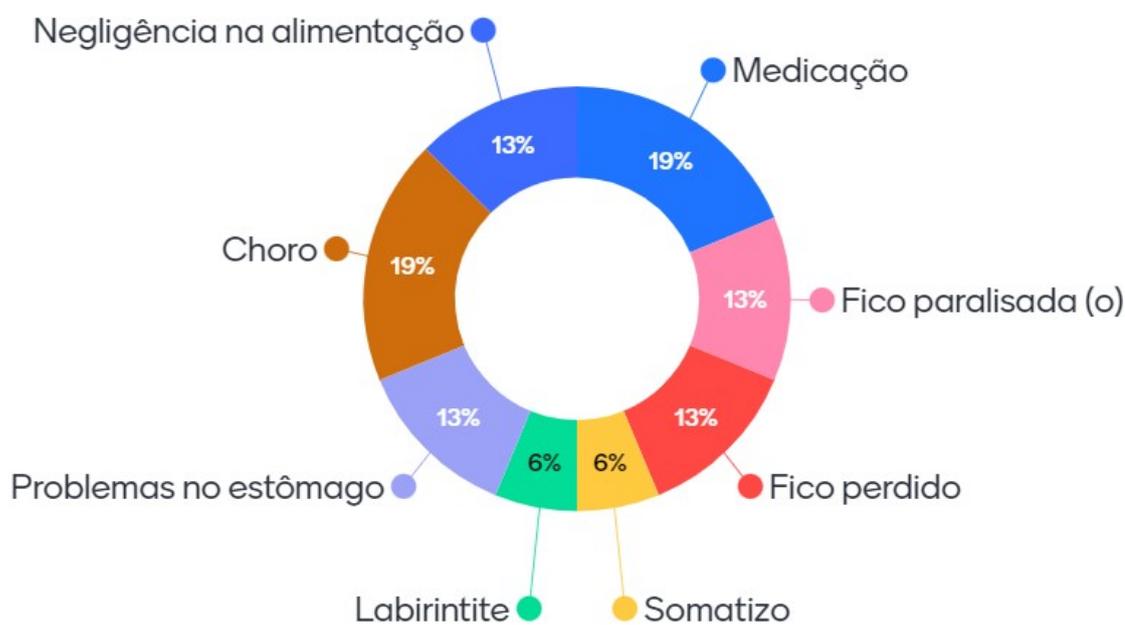
Gráfico 11: Durante a Pós-Graduação, você percebeu alguma mudança com sua saúde mental?



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como apresentado no gráfico 9, as mudanças em relação à saúde mental dizem respeito a uma incidência de ansiedade, medo, angústia e outros. Essas são as formas como os pós-graduandos conseguem nomear seus afetos. No entanto, além de uma capacidade de reconhecimento de que é dessas formas que seus desamparos, que seus *mal-estares* se apresentam, ainda, é interessante observar suas expressões somáticas.

Gráfico 12: "Tradução" dos afetos



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

O choro intenso, dores de barriga, paralisção, dificuldades ou negligência com a alimentação e até sintomas mais intensos, como crises de pânico, labirintite e o uso de medicação, podem ser consideradas produções que, em alguma medida, definem os modos de se constituir um sujeito pertencente a este espaço. Isso faz parte dos mecanismos envolvidos num circuito de afetos (SAFATLE, 2015), que tendem a se repetir invariavelmente até que algo quebre essa forma ordenada e contínua de manifestação dos afetos.

A partir dos dados que foram apresentados até aqui na busca de identificar se havia a presença de *mal-estares* nestes sujeitos pesquisados, como eles se apresentavam e qual as suas relações com a saúde mental, essas interfaces permitem compreender todos esses aspectos atuando em rede e constituindo o circuito afetivo deste grupo social, qual seja, dos pós-graduandos que participaram da pesquisa e que fazem parte de um grupo de pós-graduandos de uma universidade pública e interiorana.

Ao perceber como esse circuito opera, torna-se possível pensar estratégias de aprender como acolher esses sofrimentos de uma outra forma. Não se trata de uma questão de erradicá-los por completo, pois, como foi apresentado nesta pesquisa, isso não se torna possível, por ser o próprio sofrimento também um elemento necessário para a constituição de novas conquistas. Não sendo essa erradicação possível – nem almejada, o intuito de introduzir o cuidado através das Políticas de Assistência Estudantil seria como estabelecer uma relação de *transcuidados* (TORO, 2020), ou seja, permitir que esses sofrimentos ganhassem novas conexões nesse circuito.

5.1.5 O cuidado

Olhar para esses sofrimentos, desamparos ou *mal-estares* fazendo uma aproximação com o cuidado se justifica por reconhecê-lo como ferramenta fundamental para romper com uma lógica de percepção da Pós-Graduação como um espaço de adoecimento. Isso pode ser feito através das permissões do ambiente, ou seja, adequações ambientais, relacionais e, sobretudo, quando essas são norteadas ou asseguradas por uma política, de modo a permitir que os discentes possam estabelecer uma proximidade afetiva com as suas frustrações, seus fracassos, suas limitações. Tais sensações podem evidenciar, por vezes, que ocupar esse lugar implica estar de certa forma desamparado. Todavia, para a psicanálise, é justamente neste período de *situação de desamparo* que precisa existir alguém disposto (um outro) a amparar, acolhendo e prestando ligações afetivas pautadas, sobretudo, pelo cuidado (FERENCZI, 1992b).

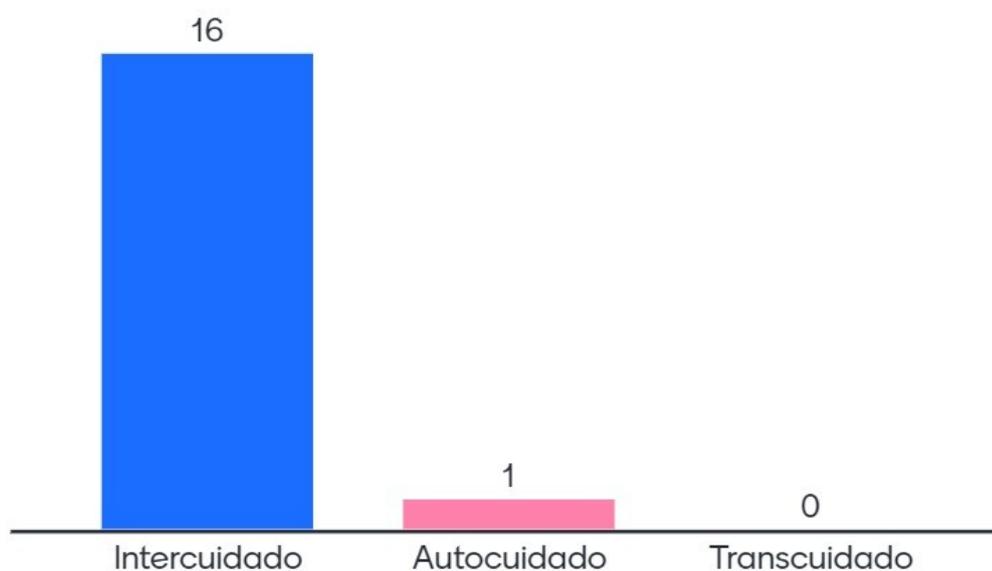
Muitas são as *pequenezas* que poderiam ser visualizadas como responsáveis por este desamparo na Pós-Graduação, algumas delas, inclusive, vêm sendo apresentadas ao longo deste capítulo. Segundo Dunker (2020, p. 304), produzir uma dissertação ou uma tese é um desafio ao sujeito, pois colocar as produções no papel é, em alguma medida, expor-se: “Suas limitações, preconceitos e os mais loucos devaneios serão chamados a trabalhar durante o tempo gestacional de seu texto”. Aqui elas (as *pequenezas*) serão agora relacionadas a noções de cuidado e, sobretudo, da organização política de cuidado, serão vistas como uma organização também política de representação dos sujeitos.

Se o cuidado é uma construção social, o estabelecimento de *intercuidados* e *transcuidados* depende primeiro do reconhecimento de quem são essas singularidades que são afetadas pelo seu contexto social – o que já foi realizado no transcórre das análises, quando

se considerou cada sujeito e suas idiossincrasias. A partir de agora, o olhar volta-se para o modo como cada sujeito (micro) contribui para a constituição deste contexto social, compondo uma politização de afetos, produzindo circuitos de representação de seus lugares sociais compartilhados, a Pós-Graduação (macro).

A partir da pergunta *O que significa ser cuidado?*, observou-se que para este grupo de pós-graduandos, quando pensam sobre esse signifiante, a maioria (16 entrevistados) o vê como uma ação de intercuidado, ou seja, segundo Toro (2020), é aprender a olhar para algo de forma cooperativa, estabelecendo possibilidades de co-criações através do estabelecimento de vínculos. Apenas um entrevistado considerou-o como um autocuidado, uma capacidade dos indivíduos de aprender a ser, a fazer e a transcender conseguindo se tornar algo (TORO, 2020). Chamo a atenção que essa foi a primeira pergunta para a qual duas pessoas não souberam responder, mesmo sendo o cuidado um conceito dinâmico e representativo de gestos humanos vivenciados e praticados por todos em alguma medida (GILLIGAN, 1982).

Gráfico 13: O que significa ser cuidado para você:



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Para esses sujeitos, o *intercuidado* apareceu como uma função a ser realizada por alguém, um outro externo, que possa ocupar um lugar de “escuta” (MESTRANDO M4-Gabriela; MESTRANDO M14-Raíssa; MESTRANDO M16-Nicolau; MESTRANDO M17-Joana; MESTRANDO M18-Luan e MESTRANDO M19-Fernanda); “de acolhimento” (MESTRANDO M6-Bianca; MESTRANDO M 9-Carol e MESTRANDO M18-Luan) e “atenção” (MESTRANDO M10-Ju; MESTRANDO M18-Luan e MESTRANDO M22-Maria). Estas palavras representam, na ordem que foram postas, a maior incidência entre os

respondentes. Aqui é importante ressaltar que alguns mestrandos se referiram ao cuidado com mais de uma palavra.

Gráfico 14: O que significa 'cuidado' para você?



Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Após responderem sobre o que consideram como cuidado, os pós-graduandos também foram questionados a respeito: *O que, ou quem, na Pós-Graduação, exerce esse cuidado contigo?* A escolha de pessoas e de espaços na pergunta buscava compreender como neste espaço de formação o *intercuidado* e o *transcuidado* aparecem respectivamente. Todavia, ninguém mencionou espaços de cuidado, as respostas ficaram em torno de pessoas ou afazeres que exercem gestos de cuidado.

Um objeto, um animal, uma atividade podem cuidar? Segundo os respondentes, sim. No gráfico abaixo está representado que o cuidado transcende as relações interpessoais, sendo, por vezes, realizado por um “gato” (MESTRANDO M17-Joana), um “puff” (MESTRANDO M6-Bianca) ou uma “atividade física” (MESTRANDO M13-Milena).

Gráfico 15: O que, ou quem, na Pós-Graduação, exerce esse cuidado contigo?



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Outro dado importante é saber quem são essas pessoas que cuidam? Aqui houve uma polarização de pessoas nomeadas como cuidadoras, aparecendo 10 grupos sociais diferentes como responsáveis por prover esse cuidado, sendo seis de dentro do espaço da Pós-Graduação (“professor”; “colegas”; “orientador”; “secretaria”; “coordenador”; “psicóloga¹⁴”) e quatro de fora do espaço da Pós-Graduação (“família”; “cônjuge”; “amigos”; “colegas de trabalho”). Porém, se considerarmos o número de vezes que esses sujeitos foram nomeados como cuidadores, apesar de proporcionalmente serem de seis grupos sociais comparados a quatro, na proporção os primeiros exercem 56% desse cuidado e os segundos 43%. Esses dados demonstram que é possível inferir que ocorre o que Sorj (2014) chamou de Organização Social do Cuidado (SORJ, 2014) na Pós-Graduação para esse grupo de estudantes.

Isso nos ajuda a perceber que há uma repetição da forma como socialmente o cuidado se organiza, pois, apesar de serem em menor quantidade, os espaços de casa, da família exercem um contingente maior de cuidado do que os sujeitos sociais de dentro do espaço educacional. Outro elemento interessante é que não há um sujeito que se sobressaia nesta função, ou que seja compartilhado como referência de cuidado para todos os pós-graduandos. É como se cada um se vinculasse e recebesse cuidado conforme suas

14 Este profissional está disponível para atender aos estudantes na Instituição, no site da UFFS consta o nome de cada profissional que atua em cada um dos campus e o contato para agendamento.

possibilidades individuais, como se não existissem vias de que pessoas pudessem com maior facilidade exercer esta função, facilitados pelo contexto. Torna-se possível inferir que este contexto deu-se conforme a 1ª convergência apresentada por Helena Hirata e Nadya Guimarães (2012, p. 99), qual seja, alguém exercendo gestos de cuidado para outrem.

Ao olhar para como esses sujeitos nomeiam cuidado, pode-se encontrar diversas aproximações com as formas como teoricamente o cuidado é apresentado. Se olharmos para as seis características do cuidado, segundo Anderson (2007): *igualdade, diferença, escolha, tempo, experiência e cuidado*, percebemos que apareceu a ocorrência de cada uma delas de alguma forma. Aqui vamos destacar o tempo para reforçar que os tempos de cuidado, por mais difíceis de serem nomeados, eles não se eximem de estarem imbricados no cotidiano, o que apareceu durante a narrativa dos pós-graduandos:

É respeitar nosso próprio tempo, saber o quanto podemos fazer e em que tempo
(MESTRANDO M20-Rebeca)

é quando alguém tira um tempo para te escutar (MESTRANDO M4-Gabriela)

é ter alguém que me permita chamá-lo o tempo todo, quando eu precisar
(MESTRANDO M11 – Astrid)

é alguém que te ofereça outros tempos, que te diga obviedades: ‘vamos fazer algo para você se distrair, vamos comer algo’ (MESTRANDO M8-Pedro)

Considerando a sutileza de como o cuidado pode ser capturado pelos sujeitos, nos interessa ainda compreender de que maneiras os pós-graduandos “capturam” o cuidado com a sua saúde mental, pois, atrelados à pergunta de como se sentiam quanto a seu estado de saúde mental, muitos deles sinalizaram que não manifestavam seus *mal-estares* ou suas necessidades de “cuidados” por terem uma compreensão de que eles mesmos seriam responsáveis por dar conta dessas “angústias”.

Eu tinha a impressão que tinha que dar conta sozinho, não me via expondo naquele ambiente, eu precisava lidar com isso, mediante a minha autonomia (MESTRANDO M5-Luiz)

Parece que você está mais sozinho ainda nessa fase, é como se as pessoas que fazem um mesmo mestrado, elas possuem alguma conectividade pelo interesse em uma área que é compartilhada (a escolha do programa, por exemplo), porém não se conectam para além disso, então me perguntava... pra que isso? Qual o sentido? (MESTRANDO M16-Nicolau)

Tenho a sensação que os estudantes acabam não expondo seus sofrimentos até para não serem julgados, é como se escutassem a frase aceita, que ‘é assim mesmo, você que escolheu estar aqui, então aceita e toca o barco’ (MESTRANDO M6-Bianca).

A seguir, olharemos para como esses sujeitos representam o cuidado com sua saúde mental, para compreender quais os caminhos eles reconhecem para pedir “cuidados” e também por ser deste lugar, a saúde mental, que o cuidado é visto quando se estabelece neste trabalho como uma interface com a Pós-Graduação.

5.1.6 O cuidado com saúde mental

Curiosamente, quando perguntado aos estudantes o que significa para eles cuidado com a saúde mental, a maioria respondeu que de alguma maneira representava uma extensão do que é ser cuidado. Daqueles que fizeram sugestões de como isso poderia ser exemplificado, três sugeriram através de um “apoio psicológico ofertado por um profissional de saúde mental” (MESTRANDO M12-Clara; MESTRANDO M11-Astrid; MESTRANDO M16-Nicolau). Uma participante apresentou como sugestão a “escuta em grupo transversalizada” (MESTRANDO M22-Maria) dentro do Programa.

Quando os estudantes mencionaram quais são as atividades que lhes geram experiências de *mal-estar*, todos associaram a atividades ligadas a ser um pós-graduando e que, de alguma forma, são impostas pelos Programas de Pós-Graduação. Quando mencionado sobre seu estado de saúde mental, de igual maneira relacionaram à incidência ou aumento das manifestações de adoecimento mental às mesmas atividades.

Isso representa que, mesmo que não nomeada a Pós-Graduação, de um contexto (macro) atua como produtora de *mal-estares*. Neste momento da entrevista, quando se abordou sobre o cuidado e a saúde mental, os entrevistados também foram questionados sobre as suas percepções sob seus Programas como agentes que lhes ofertavam cuidado através da Política de Assistência Estudantil. Porém, neste momento, os 19 pós-graduandos responderam que não visualizam essa relação instituída e que, quando acontece, tem mais relações com o perfil das pessoas que tomam decisões pautadas no cuidado, mas que, politicamente, não percebem o *cuidado* sendo utilizado como ferramenta de permanência enquanto saúde mental. Ou seja, parece que o cuidado com a saúde mental não pode ser exercido pelo contexto que é produtor de *mal-estar*, como se fosse um processo excludente.

Na presença de demandas advindas de processos ou relações de sofrimento produzidas pela Pós-Graduação, a busca por reparação, ou cuidado, precisa se dar fora deste espaço. Alguns por não visualizarem como esse mesmo espaço que adoce pode cuidar, como pode ser percebido no trecho a seguir:

Tenho a sensação que a organização do trabalho realizado dentro da Pós-Graduação pelos atores educacionais é dada de uma forma bastante fragmentada, o que parece impedir que esta mesma estrutura possa se organizar para cuidar dos seus sujeitos (MESTRANDO 5-Luiz)

Não visualizo algum movimento que possa ser relacionado a gestos de cuidado, é como se os Programas ainda estivessem muito voltados para questões burocráticas: o que podemos ou não fazer mas nunca no sentido de como estamos nos sentindo fazendo essas coisas (MESTRANDO 18-Luan).

Outros pós-graduandos mencionam que ser cuidado em relação a sua saúde mental em nível de Instituição seria quando os Programas fizessem movimentos ativos para estabelecer estratégias de cuidado, como flexibilização e redução de demandas, porém percebem que esse tipo de movimento só ocorre quando os estudantes fazem algum tipo de solicitação, manifestação.

Se a gente procurar os professores e pedir alguma flexibilização, isso até acontece, mas nunca é uma proposição que vem do Programa, sempre do estudante, por isso não acho que possa dizer que o Programa atua com escolhas pautadas no cuidado (MESTRANDO 4-Gabriela).

A prioridade, a ordem do dia, é sempre que toda a estrutura do Programa espera que você esteja produzindo todos os dias. Quando há flexibilização, geralmente um aluno ou um coletivo desses sinaliza que aquilo vai ficar difícil, então o cuidado se dá se ele for demandado, mas isso não se estabelece do Programa aos discentes, na dúvida você será cobrado (MESTRANDO 16-Nicolau).

Essa seção permitiu entender como não é naturalizada a percepção de que um espaço pode ser, ao mesmo tempo, promotor de *mal-estares*, como esses que se apresentam na Pós-Graduação, e também, esse mesmo espaço teria condições de ser o agente principal para cuidar. Como referência de quem seria dentro dessa realidade esse agente, nos remetemos nesta pesquisa à Política de Assistência Estudantil.

5.1.7 Política de Assistência Estudantil

Quando perguntado aos pós-graduandos que fizeram parte desta pesquisa se eles conheciam a Política de Assistência Estudantil da UFFS, apenas três disseram conhecê-la. Desses três, apenas um conhecia o documento em si, os outros dois apenas sabiam da existência do documento e tinham mais contato com os programas relacionados a ela, ofertados pela Instituição.

Esse desconhecimento do documento demonstra o quanto há uma fragilidade de estabelecer o conhecimento desse tipo de instrumento, que tem como objetivo principal atender aos próprios estudantes. Fez-se um movimento de olhar para o site Institucional da Universidade para ver o que é veiculado lá quanto à Política de Assistência Estudantil. As informações encontradas serão apresentadas a seguir.

Quadro 11: Repositório Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Cartilha da assistência estudantil
 Estrutura e competências da PROAE
 Política de assistência estudantil
 Análise socioeconômica
 Programa bolsa permanência (PBP)
 Auxílios financeiros
 Cantinas
 CAAPAE
 Restaurantes universitários
 Atos normativos
 Relatórios e informes
 Departamento de nutrição e alimentação
 Agenda do pró-reitor
 Setores de assuntos estudantis (SAEs)
 Calendário assistência estudantil
 Classificados UFFS
 Repositório pró-reitoria de assuntos estudantis
 Minuta da política de assistência estudantil UFFS com destaques
 Fonte: Disponível na Internet¹⁵

O quadro apresenta os 18 itens a respeito da Política de Assistência Estudantil que estão dispostos no site da UFFS. Para chegar até essas informações, digitou-se no campo de busca na página inicial do site: Política de Assistência Estudantil e encontrou-se o caminho: página inicial; Institucional, Pró-reitoria; Assuntos estudantis; Repositório Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

Entre os itens, destaca-se a presença do próprio documento da Política de Assistência Estudantil UFFS e a Minuta da Política Estudantil da UFFS, que apresenta de que forma os Programas são organizados para instituir o que prevê o documento da Política. Nos interessa olhar para o Programa de Promoção à Saúde do Estudante (PPSE). Esse Programa é responsável por promover o acesso aos serviços de saúde. Um dos eixos de atuação diz respeito ao acolhimento e acompanhamento social e psicológico aos estudantes pelas equipes do Setor de Atendimento ao estudante – SAEs. Na própria página, há indicação de quem é o/a profissional psicólogo/a para cada campus e como acessá-lo para receber atendimento psicológico. Além disso, outra atividade que se refere à saúde mental é Saúde Mental o Ano inteiro: campanha no Instagram, onde todas as terças-feiras são incluídas publicações que visam dialogar sobre a saúde mental. Percebe-se que o campo onde estão dispostas as informações sobre a Política de Assistência Estudantil é bastante abrangente e dá uma

15 Disponível em: <<https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/assuntos-estudantis/repositorio-pro-reitoria-de-assuntos-estudantis/minuta-da-politica-de-assistencia-estudantil-uffs-com-destaques>> Acesso em: 20 set. 22.

dimensão ampliada do que ela significa, como se organiza, quais são os espaços institucionais responsáveis por sua implementação e quais os profissionais que compõem o corpo técnico e que são referência para cada atividade realizada.

Figura 2: Publicações do projeto saúde mental o ano inteiro



Fonte: <<https://www.instagram.com/escolhiseruffs/>> Acesso em: 20 set. 2022

No entanto, pode-se perceber que, apesar da extensa apresentação sobre essa política, de algum modo, essa informação não chega a muitos estudantes, ao menos, foi o que esta pesquisa apresentou em relação aos discentes da Pós-Graduação participantes deste estudo. Além do mais, outro dado é que dos três estudantes que disseram conhecer o documento, todos eles referiram que essa ciência provém de seus tempos de estudante da graduação da mesma Instituição. Nenhum deles teve acesso a essas informações enquanto sujeito pós-graduando.

Há uma lacuna entre o conteúdo e quem toma conhecimento sobre ele. Sendo um dos objetivos deste trabalho observar como o conceito de cuidado está presente na Política de

Assistência Estudantil, observaremos, em seguida, os resultados obtidos na análise que buscou responder a este objetivo.

5.2 O CUIDADO EM FORMA DE TEXTO

Neste espaço será apresentada a Análise de Conteúdo conforme Bardin (2016), que foi realizada no documento Plano Nacional da Pós-Graduação – PNPG, volumes 1 e 2, e na Política de Assistência Estudantil, sendo o primeiro um documento de caráter nacional e o segundo, institucional. Os documentos foram analisados com o objetivo de verificar se apresentavam a presença do cuidado ao longo do texto, por isso buscou-se a palavra cuidado e as palavras atenção e escuta. A justificativa dessas duas últimas é por serem os significantes mais nomeados no contexto da prática pelos sujeitos pós-graduandos, quando foram questionados sobre o significado de cuidado. O critério deu-se a partir da presença dos termos no documento.

5.2.1 Presença do cuidado na PNPG

O Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2022 tem o objetivo de apresentar quais são as diretrizes, as estratégias e as metas necessárias a serem continuadas, avançando nas propostas para políticas de Pós-Graduação e pesquisa no Brasil¹⁶.

Se a função deste documento é apresentar caminhos para a construção de políticas para o campo da Pós-Graduação, há um desejo nesta pesquisa de avaliar como ela prevê aspectos relacionados ao cuidado. Cabe frisar que os documentos da PNPG – 2020-2030 estão em elaboração, por isso optou-se por analisar o último vigente, já referido.

No documento da PNPG vol. 1, quando procurada a presença da palavra cuidado, essa apareceu uma vez ao longo do texto, que continha 309 páginas. A palavra apareceu na página 138 e estava relacionada ao cuidado com a criação de mestrados profissionais. Já a palavra escuta não apareceu nenhuma vez no documento. A palavra atenção apareceu 14 vezes ao longo do texto.

16 Trecho extraído do site: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg/plano-nacional-de-pos-graduacao-pnpg-2011-2020#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Pós,graduação%20e%20pesquisa%20no%20Brasil>. Acesso em: 20 set. 22.

Quadro: Presença da palavra atenção no Vol. 1, do documento da PNPG.

Página	Contexto
P. 15	Atenção com a retenção às assimetrias.
P. 23	Atenção à reposição de bolsas.
P. 27	Atenção dada à pesquisa na Amazônia sobre Recursos Humanos.
P. 35	Atenção à formação de pós-graduação para os Direitos Humanos.
P. 127	Atenção necessária à complexidade dos contextos para os critérios de avaliação.
P. 138	Atenção necessária à complexidade dos contextos para os critérios de avaliação.
P. 158	Atenção básica como atenção de todos os sistemas de educação.
P. 165	Garantia de atenção a estudantes com deficiência.
P. 168	Atenção para formação de professores.
P. 170	Atenção para formação de professores.
P. 189	Atenção ao Regime de Patentes.
P. 214	Atenção a questões de saúde nas migrações de sistemas federativos e estadual.
P. 293	Atenção à diversidade curricular.
P. 294	Atenção às gerações de crianças e jovens.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

No vol. 2 da PNPG não foi encontrada presença das palavras cuidado, atenção e escuta ao longo do texto, que possui 608 páginas. Não só a ausência do contexto de cuidado nestes

dois volumes de um documento que norteia a construção de Políticas para a Pós-Graduação, mas a ausência de duas das três palavras, independente do contexto, expressa o quanto, muitas vezes, as produções textuais seguem uma forma de escrita, que, talvez, não por acaso, excluem a presença de palavras de característica mais “afetuosa”.

Das 14 vezes que a palavra atenção aparece, a maioria é num sentido de chamar a atenção para um contexto, ou uma realidade específica. Porém, muitas delas poderiam, em alguma medida, ser interpretadas como vieses de cuidado: quando aborda uma atenção, às crianças, aos Direitos Humanos, às deficiências e à reposição de bolsas para os estudantes de Pós-Graduação. Esse último, inclusive, foi apresentado por dois entrevistados no Contexto da Prática como uma forma indireta de oferecer cuidados aos estudantes.

Se pudessem existir mais bolsas de pesquisa no espaço da Pós-Graduação e com valores maiores, mais pessoas teriam a oportunidade de dedicar-se exclusivamente à pesquisa. Isso, de alguma forma, não deixa de ser um cuidado com os estudantes, porque, se você não tem dinheiro no final do mês, como se dedica com qualidade para a sua pesquisa? (MESTRANDO M16-Nicolau)

Apesar da presença, em alguma medida, de referências de cuidado, pela importância do documento e sua extensão, é muito pequena a forma como esse cuidado aparece, o que permite concluir que a PNPG não pode, ao menos do ponto de vista de sua construção textual, ser considerada como uma política de cuidado. Logo, sendo esse um documento (macro) que influencia a construção de políticas nos contextos (micros), isso enfraquece as possibilidades de maiores edificações do cuidado dentro dos espaços educacionais, mais especificamente na Pós-Graduação.

5.2.2 Presença do cuidado na Política de Assistência Estudantil

A Análise de Conteúdo da Política de Assistência Estudantil da UFFS seguiu a mesma organização adotada para a análise da PNPG. O uso das palavras cuidado, escuta e atenção também buscam referenciar os significados dos sujeitos pós-graduandos em relação ao conceito cuidado. Todavia não foi encontrada nenhuma das palavras no documento.

Essa ausência causa uma certa estranheza, pois aparenta que o cuidado acaba ocupando um lugar de ocultamento dentro dos documentos de políticas que têm como origem ofertar atenção às demandas de fragilidade de um determinado contexto. A política de Assistência Estudantil surge com essa natureza, a de garantir direitos aos estudantes inseridos

em contextos desiguais de acesso à Educação Superior. Mesmo tendo essa conotação, e sendo posta em prática por vieses de cuidado, de prestação de apoio, palavras que têm essa natureza não são contempladas.

Se no próprio documento há essa ocultação, nos ocorre pensar que para uma realidade de Pós-Graduação é como se a presença do cuidado ocupasse o lugar dos *jogos ocultos* (LOUZADA; SILVA FILHO, 2005) quando abordado de uma perspectiva Institucional.

Muitos sintomas ligados a séries dos sentimentos amorosos, de proteção e cuidados, são na verdade, apelos de independência formulados para tentar desenvolver dificuldades na esfera da autonomia. Daí que não seja muito produtivo achar que, apenas enfatizando o acolhimento e carinho, conseguiremos por si só tratar os impasses da autonomia. Isso não exclui a importância do cuidado, mas justamente pode tirar o “peso” daquilo que o cuidado e o amor não podem resolver (DUNKER, 2020, p. 167).

Nesta afirmação de Dunker (2020), pode-se compreender que em muitos espaços a busca por vieses, pautas, presença e reconhecimento do cuidado se dá não por acreditar que isso daria conta de extinguir os problemas, mas por encontrar inclusive nas noções de afeto, carinho e cuidado dificuldades para a independência. Ao analisar documentos tão importantes para nortear ações de cuidado, e não encontrar os termos que os “representam” no corpo de seu texto, nos permite traçar aproximações com Dunker (2020) e perceber o quanto talvez invisibilizar o termo no documento pode servir para tirar “o peso” do lugar social que este instrumento de permanência estudantil contém.

Ao longo deste capítulo foi possível visualizar o “peso” que inevitavelmente as partes que compõem as interfaces (o cuidado, a política de assistência estudantil e a pós-graduação) desta pesquisa possuem incidindo umas às outras. Assim como o bebê, o pós-graduando só pode tornar-se um sujeito que pesquisa se alguém em alguma medida exercer um gesto, um lugar de cuidado. A política de assistência estudantil é, neste ambiente, a que se demonstrou mais ciente do que significa cuidar. Não é possível sobreviver ao estágio de ser um pós-graduando com uma saúde mental suficientemente-bom sem que tenha recebido em algum grau cuidados de seu ambiente, a Pós-Graduação.

6 CONCLUSÃO

Ao longo do que foi apresentado nesta pesquisa, percebeu-se que há interfaces entre o cuidado como uma construção social e a Política de Assistência Estudantil da UFFS no contexto da Pós-Graduação: ações de atenção à saúde mental dos discentes, programas que buscam acompanhar a inserção e a permanência dos estudantes na Instituição. Todavia percebeu-se o quanto essas interfaces podem ser fortalecidas. Quando se nota a presença de diversas ferramentas, comunicação, documentos, estrutura, setores organizados em prol de oferecer assistência aos estudantes, mas que todo esse conhecimento não tem chegado aos mestrandos, é preciso repensar como o acesso a essa informação está sendo veiculado para os estudantes da Instituição, sobretudo para o contexto da Pós-Graduação. Entre as noções de cuidado que mais apareceram entre os estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Erechim/RS, têm-se a escuta e a atenção. Destas concepções podemos estabelecer uma relação com as necessidades de serem escutados pelo seu contexto, o da Pós-Graduação, bem como uma maior atenção ao aparecimento de sintomas que possam indicar doenças mentais. A garantia de espaços de escuta dos sofrimentos, dos *mal-estares* dos estudantes pós-graduandos pode auxiliá-los a ter uma maior compreensão de como lidar perante as suas subjetividades a todas essas sensações que se apresentam nesta etapa da formação. A ausência do conceito de cuidado e de seus significados no Plano Nacional da Pós-Graduação e na Política de Assistência Estudantil da UFFS apontam a importância de seguir construindo espaços dentro da ciência e da pesquisa para que, em paralelo às concepções de cuidado e aos estudos implementados deste como uma prática ampliada nas sociedades, seus termos estejam garantidos nos documentos que buscam sua garantia.

Como caminhos possíveis de serem abordados para a constituição de Políticas de Cuidado Educacional para a Pós-Graduação está a possibilidade de os Programas terem para além de seus espaços de estudo, seminários e grupos de pesquisas, sistemas coletivos que se assemelhem à lógica de coletivos, mas que abram espaço para a pauta dos afetos e das subjetivações implicadas neste contexto. Além disso, esses espaços se fazem importantes de serem transversalizados para serem ocupados por diversos atores institucionais, e não somente pelos pós-graduandos. Essa necessidade de envolver diversos sujeitos se dá por duas razões, a primeira, para que a própria convivência com as narrativas afetivas possibilite aos professores, coordenadores e outros atores deste contexto a substituir suas concepções do que

é ser um pós-graduando, ou, ao menos, não observar como natural a presença de sintomas patologizantes no que tange à saúde mental de seus futuros colegas pesquisadores. Além disso, esses outros atores também podem, em iguais proporções, serem os portadores desses mesmos *mal-estar*, uma vez que há muitas semelhanças entre as rotinas que ocupam enquanto pesquisadores na Pós-Graduação.

Além disso, diversos são os sujeitos que, segundo os pós-graduandos desta pesquisa, atuam como promotores de cuidado. Talvez fosse interessante que os próprios Programas pudessem se organizar em conjunto com esses outros atores externos, como os familiares de pessoas que fazem a Pós-Graduação, para traçarem coletivamente estratégias para com o cuidado com seus pesquisadores.

Compreender que a maioria desses sujeitos não dispõe de “heranças culturais” do que signifique ser um pós-graduando seria importante para que houvesse nos primeiros tempos da Pós-Graduação estratégias para comunicar e apresentar muitas das necessidades subjetivas e culturais de compreensão desse contexto, para que elas não venham a ser mais uma das dificuldades que se apresentam. Muitas atividades são uma necessidade para obter o título de mestre ou doutor, mas todas as outras que possam ser reorganizadas no circuito afetivo para que se diminua a carga de *mal-estar*, atuariam também como uma espécie de gesto de cuidado.

E, por fim, dar ancoragens para que as Políticas de Assistência Estudantil se solidifiquem e ocupem cada vez mais espaços para a promoção de gestos de cuidado para o campo da Pós-Graduação. Cuidar dos futuros pesquisadores é um compromisso coletivo e deve ser encarado como uma pauta central dentro da academia. Talvez incluir o cuidado nos debates provocados pelos Programas de Mestrado da Instituição seja o primeiro ato revolucionário de colocar o cuidado como político. A inclusão do cuidado nos debates e nas pesquisas promovidos pelos Programas de Mestrado da Instituição são gestos de cuidado, assim como a construção desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinícius Nikastro Honesko. Chapecó: Argos. 2009.
- AGUIAR, Larissa dos Santos. **A quem posso contar?** As narrativas recepcionadas na Ouvidoria da UnB acerca da temática saúde mental na Instituição. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38359/1/2019_LarissadosSantosAguilar.pdf. Acesso em: 10 set. de 2022.
- ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/nepes/contents/documentos/producoes-bibliograficas/dissertacao-larissa-cavalcanti-assistencia-estudantil-como-politica-de-permanencia-na-ufpb.pdf>. Acesso em: 10 set. de 2022.
- AMARAL, Tamires Aparecida. **Políticas públicas de permanência estudantil: A democratização do acesso ao ensino superior.** 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) – Universidade Estadual Paulista. 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/157310/Amaral_TA_me_fran.pdf?sequence=6&isAllowed=y. Acesso em: 10 set. de 2022.
- ANDERSON, Jeanine. **La organización Social de los Cuidados y Vulneración de Derechos em Perú.** Santo Domingo: UN-INSTRAW, CISEPA Pontificia Universidad Católica del Perú. 2010.
- ANDERSON, Jeanine. Género de cuidados. In: **Fronteras interiores: Identidad, diferencia y protagonismo de las mujeres.** Maruja Barrig (Ed.): 71-93. Lima: IEP. 2007.
- ARAÚJO, Lucas Pinheiro. **Assistência estudantil na universidade pública: De qual permanência falamos?** 2018. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Pernambuco. 2018.
- ARAUJO, Sandy Andreza de Lavor. **Análise da efetividade da política de assistência estudantil do Instituto Federal do Ceará Campus Iguatu: na garantia das condições de permanência no ensino superior.** 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Universidade Federal do Ceará, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/40439/5/2018_dis_sadelaraujo.pdf. Acesso em: 10 set. de 2022.
- BARRECHEGUREN, Pablo. O doutorado é prejudicial a saúde mental. **El País**, Brasil, 26 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html . Acesso em: 30 set. 2021.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BATTHYÁNY, Karina. **Políticas del cuidado**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO. México DF: Casa Abierta al Tiempo, 2021

BETZEK, Simone Beatris Farinon. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil**: PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124477/000834383.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 set. 2022.

BORSATO, Franciele Piva. **A configuração da assistência estudantil da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul após a implantação do PNAES**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Londrina. 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000201466&print=y>. Acesso em: 30 set. 2022.

BIRULÉS, Fina. Del sujeto a La subjetividad. In: CRUZ, Manuel. (Org.) **Tiempo de subjetividad**. Editora Paidós Ibérica S/A, Barcelona, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466**, de 2012. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília-DF, 2012.

BRASIL. Resolução Nº 10. Conselho Universitário (CONSUNI); Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis (CGAE); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). **Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Chapecó-SC, 2019.

BRITO, Lilian da Silva. **Programa de Assistência Estudantil na UFRPE**: Percepção dos discentes beneficiários. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) - Universidade Federal do Pernambuco. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33918/1/DISSERTAÇÃO%20Lilian%20da%20Silva%20Brito.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

CASASSUS, Juan. **Fundamentos da Educação emocional**. Brasília: UNESCO, Liber Livro Editora, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética do Psicólogo**. Brasília-DF. 2012.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília-DF: CAPES, v. 1., 2010a.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília-DF: CAPES, v. 2., 2010b.

COSTA, Everton Garcia; NEBEL, Letícia. **O quanto vale a dor?** Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. Polis, Santiago, v. 17, n. 50, p. 207-227, agosto 2018. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-656820180002_00207&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2020.

CLASSIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E DE COMPORTAMENTO DA **CID-10**: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artmed. 1993.

CUIDADO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/cuidado/>. Acesso em: 30 set. 2021.

CUIDADO. IN: AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 2021. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/cuidado>. Acesso em: 30 set. 2021.

CUNHA, Inês Virgínia Aleixes da. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na Universidade Federal de Pernambuco**: Um estudo sobre a trajetória acadêmica dos estudantes bolsistas. 2017 Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/25137/1/DISSERTAÇÃO%20Ines%20Virgínia%20Aleixes%20da%20Cunha.pdf>, Acesso em: 30 set. 2022.

DALESSI, Danielle Castor. **Política de assistência estudantil da UFJF e a comunidade acadêmica**: Limites e possibilidades dessa relação. 2018. Dissertação. (Mestrado em Gestão e Avaliação em Educação Pública) Universidade Federal de Juiz de Fora. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/7814/1/daniellecastordalessi.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

DUNKER, Christian. **Mal-estar, sofrimento e sintoma**. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, Christian. **Paixão da ignorância**: a escuta entre Psicanálise e Educação. Coleção Educação e psicanálise. Vol 1. São Paulo: Editora Contracorrente. 2020.

DUNKER, Christian. **Reinvenção da Intimidade**: políticas do sofrimento cotidiano. São Paulo: Ubu editora, 2017.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis. **Assistência estudantil no espaço universitário**: Um estudo comparativo na perspectiva da abordagem societal das representações sociais. 2015. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17369/1/Dissertação_Natália_Final_07mar.pdf. Acesso em: 30 set. 2022.

ELOI, Sueli de Souza Santos. **Sistema de monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**: um modelo a partir da teoria do programa. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba. 2018. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/22202/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth. Hacia la conceptualización del cuidado: familia, mercado y estado. In: ESQUIVEL, Valeria; FAUR, Eleonor; JELIN, Elizabeth.(Ed.). **Las lógicas del cuidado infantil:** entre las familias, el estado y el mercado. Buenos Aires: IDES, 2012.

FARIAS, Leonardo Monte Silva Monteiro de. **Assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba/ Campus João Pessoa:** Contradições, limites e desafios para a atenção aos estudantes do ensino superior. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Universidade Federal da Paraíba. 2018. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/mppgav/contents/documentos/dissertacoes/turma-2/m-sc-leonardo-monte-silva-monteiro-de-farias-pdf-completo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

FAUR, Eleonor. **La organización social do cuidado infantil.** Diálogos del SIPI. 2015.

FAUR, Eleonor Carol; JELIN, Elizabeth. **Cuidado, género y bienestar:** una perspectiva de la desigualdad social; Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Económicas. Plan Fénix; Voces en el Fénix; 2013.

FERENCZI, S. O desenvolvimento do sentido da realidade e seus estágios. In:FERENCZI, S.. **Obras Completas.** Vol 2. São Paulo: Martins Fontes, 1992a.

FERENCZI, S. Adaptação da família à criança. In:FERENCZI, S. **Obras Completas.** Vol. 4. São Paulo: Martins Fontes, 1992b.

FLESS, Josuda. **A vida não cabe no Lattes:** saúde mental na Pós-graduação. Popularizando a ciência. São Paulo. 17 julho 2019. Disponível em: <https://popularizandociencia.wordpress.com/2019/07/17/saude-mental-na-pos-graduacao/>. Acesso em: 30 set. 2021.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na cultura.** Porto Alegre: L&PM, 2014.

FROMM, Erich. **A revolução da esperança:** Por uma tecnologia humanizada. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

GALINDO, Aline Kátia Ferreira. **O impacto da assistência estudantil na permanência dos estudantes no Centro Acadêmico do Agreste.** 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal de Pernambuco. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/33085/1/DISSERTAÇÃO%20Aline%20Kátia%20Ferreira%20Galindo.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

GILLIGAN, Carol. **Uma voz diferente:** Psicologia das diferenças entre homens e mulheres da infância à idade adulta. Rio de Janeiro. RJ: Editora Rosa dos Tempos, 1982.

GOMES, Magela Reny Fonticiella. **Políticas de permanência estudantil na educação superior contemporânea: A experiência da UTFPR – Câmpus Medianeira.**2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de São Paulo. 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191138/gomez_mrf_dr_mar.pdf?sequence=3. Acesso em: 30 set. 2022.

HAN, Byung-Chul. **Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2021a.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade Paliativa: A dor hoje.**Petropolis, RJ: Editora Vozes, 2021.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya. **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care.** São Paulo: Atlas, 2012.

INTERFACE. In: AULETE, Caldas. Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Delta, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/interface>. Acesso em: 20 set. 2022.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/521/1/438212.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

KUPERMANN, Daniel. **Estilos do cuidado: a psicanálise e o traumático.** São Paulo: Zagodoni, 2017.

LAGO, Tânia Maria. **Gestão das políticas de assistência estudantil: Possibilidades para permanência no ensino superior.**2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins. 2018. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1090/1/Tania%20Maria%20Lago%20-%20Dissertação.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

LAPLANCHE, Jean. **Vocabulário da Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAROSSA, Jorge. **Estudar: nEstudar.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LEITE, Josimeire de Omena. As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. 2015.

LOUZADA, Rita de Cássia Ramos; SILVA FILHO, João Ferreira da. Formação do pesquisador e sofrimento mental: um estudo de caso. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 451-461, Dez. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-7372200500300013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2020.

LOUZADA, Rita de Cássia Ramos; SILVA FILHO, João Ferreira da. Tornar-se pesquisador: a escolha profissional como um processo. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 4, p. 753-760, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/ZxwhwDDrpb73jRbQBjjZgwm/?format=html>. ISSN 1807-0329. Acesso em: 18 jun. 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Juliana Cavalcanti. **Política pública de assistência estudantil: uma análise a partir da percepção dos estudantes beneficiados da Universidade Federal Rural de Pernambuco**. 2018. Dissertação (mestrado em Cultura e Identidades) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2018. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede/bitstream/tede2/7576/2/Juliana%20Cavalcanti%20Macedo.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2021.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. **Informações sobre a abordagem do ciclo de políticas**. 2015. Disponível em: www.uepg.br/gppepe. Acesso em: 27 nov. 2020.

MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS: **DSM-5**. Porto Alegre: Artmed. 2014.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**, 8. ed. São Paulo: Atlas. 2001. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-8597010770/>. Acesso em: 26 set. 2021.

MARINHO, Priscila Gonçalves. **O PNAES na UFC – Campus Fortaleza: uma avaliação do Programa de Assistência Estudantil ofertado na PRAE, no período de 2013-2017**. 2017. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28694/1/2017_dis_pgmarinho.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

MOROSINI, Marília Costa. Estado de conhecimento e questões do campo científico. **Revista Educação (UFES)**, Santa Maria, v. 40, n. 1, p. 101-116, jan./abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644415822>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revistaeducacao/article/view/15822/pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MOROSINI, Marília Costa e NASCIMENTO, Lorena Machado do. **Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações**. Educação em Revista. Belo Horizonte – MG. v. 33, 3 abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698155071> Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698155071>. Acesso em: 21 mar. 2021.

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Priscila; BITTENCOURT, Zoraia. **Estado do Conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021.

MUYLAERT, Camila Junqueira *et al.* Narrative interviews: an important resource in qualitative research. **Revista da Escola de Enfermagem da USP** [online]. 2014, v. 48, n. spe2. Acesso em: 20 Set. 2022, pp. 184-189. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>. Epub Dez2014. ISSN 0080-6234. <https://doi.org/10.1590/S0080-623420140000800027>.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas**. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles. Metodologia das ciências humanas [S.l: s.n.], 2001.

OLIVEIRA, Raquel Campos Nepomuceno de. **Avaliação do serviço de psicologia da assistência estudantil no Instituto Federal do Ceará**. 2017. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2017. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28432/1/2017_disc_rcnoliveira.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS IBERO-AMERICANOS (OEI). Metodologia de análise de políticas públicas. Unicamp: Campinas, 2002. Disponível em: <http://www.oei.es/historico/salactsi/rdagnino1.htm>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PACHECO, Edith. (coord.) Los cuidados no remunerados y el trabajo remunerado en México: Un análisis de la Encuesta Laboral y Corresponsabilidad Social (EUCOS) 2012. México, Instituto Nacional de La Mujeres. **Cuadernos de Trabajo**, n. 40, 2013.

PAUTASSI, Laura. Do “boom” do cuidado ao exercício de direitos. SUR. **Revista Internacional de Direitos Humanos** / Associação Direitos Humanos em Rede, v.1, n.1, p. jan.2004, São Paulo, 2004.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/15612/1/DISSERTAÇÃO%20Joicy%20Barbalho%20Pires%20Penha.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PEREIRA, T. I. **Relatório circunstanciado final**. Programa de Pós-Doutoramento, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 28f. Lisboa, 2018.

PEREIRA, Marcelo Ricardo. **O nome atual do mal-estar docente**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2016.

PINTO, Caroline Casagrande. **Proposta para o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora – MG. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/2215/1/carolinecasagrandepinto.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RIOS, Rafaela. **Análise do plano de permanência de estudantes da Universidade Federal do Pampa**. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria. 2016. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/4176/1/Rafaela%20Rios%202016%20Dissertação.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RODRIGUES, Lílian. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Goiás** – UFG. 2019. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista. Franca - SP. 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/182457/Rodrigues_L_me_fran.pdf?seque. Acesso em: 20 jun. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **Circuito dos Afetos: Corpos políticos, Desamparo, Fim do Indivíduo**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SCORSOLINI-COMIN, Fábio. **Técnicas de entrevista: método, planejamento e aplicações**. São Paulo: Vetor, 2016.

SILVA, Pedro Vieira. **Avaliação e importância dos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) — Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21474/1/2016_PedroVieiradaSilva.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

SOARES, Natália Caixeta. **As políticas de assistência estudantil na Universidade Federal de Alfenas: Uma avaliação das ações no campus de Varginha entre 2009 e 2015**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) - Universidade Federal de Alfenas – Varginha – MG. 2016. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/bitstream/tede/966/5/Dissertação%20de%20Natália%20Caixeta%20Soares.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SORJ, Bila. **Socialização do cuidado e desigualdades sociais**. Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-128, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2020.

SORJ, Bila, O care como regime extratificado: implicações de gênero e classe social. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. **Cuidado e Cuidadoras – As Várias Faces do Trabalho do Care**. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2012.

TELES, Maria Alcione Pereira. **A implementação da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas no período de 2007 a 2012**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5051/5/Dissertação%20-%20Maria%20Alcione%20Pereira%20Teles.pdf>. Acesso: 20 jun. 2020.

TREVISOL, J. V. A pós-graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul: interiorização e redução de assimetrias em uma região de fronteira. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 12, n. 28, 5 out. 2015.

TOLDY, Teresa Martinho. Da ética do cuidar ao Universalismo Interativo. [s.n]. **Lição – Agregação**, 2010. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3234/3/LIÇÃO_TToldy.pdf Acesso em: 18 jun. 2020.

TORO, Bernardo. Educar a partir da ética do cuidado: **Conversaciones sobre Ciudadanía global** [Webniar] (53m23s). Publicado pelo canal Fundación SM. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=rS4SFV_WRWM. Acesso em: 03. out. 2021.

URRIBARRI, Fernando. O pensamento clínico contemporâneo: uma visão histórica das mudanças no trabalho do analista. **Revista Brasileira de Psicanálise**. São Paulo, v. 46, n. 3, p. 47-64, set. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2012000300005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2021.

VARELA, Julia. O estatuto do saber pedagógico. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org) **O sujeito da Educação**: Estudos Foucaultianos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VARGAS, Melissa Welter. Políticas públicas e desenvolvimento: Limites e possibilidades na materialização da assistência estudantil no contexto da UNIPAMPA. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí – RS. 2017. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/5785>. Acesso em: 02 out. 2021.

VIANA, Cleide Maria Quevedo Quixadá; VEIGA, Ilma Passos Alencastro. O Diálogo Acadêmico Entre Orientadores e Orientandos. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 222-226, set./dez. 2010.

VITÓRIA, Maria Inês Côrte et al. Engajamento acadêmico: desafios para a permanência do estudante na Educação Superior. **Educação**, v. 41, n. 2, p. 262-269, 17 set. 2018.

VOLTOLINI, Rinaldo. **Retratos do Mal-estar contemporâneo na educação**. São Paulo: Escuta.2014

WALTER, Jennifer. O terrível custo sobre o qual ninguém fala de ter um doutorado. Tradução: Marina Legroski. **QUARTZ**. 16 nov.2015. Disponível em: <https://medium.com/@marinalegroski/o-terrivel-custo-de-ter-um-doutorado-sobre-o-qual-ninguem-fala-751b823c93ca>. Acesso em: 30 set. 2021.

WINNICOTT, Donald. Da dependência à Independência no desenvolvimento do indivíduo. In: WINNICOTT, Donald. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed Editora S.A, 2007.

APÊNDICE A – Declaração das instituições envolvidas

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Com o objetivo de atender às exigências para obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos, LUIS FERNANDO SANTOS CORRÊA DA SILVA, o representante legal do Campus Erechim da Instituição Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, envolvida no projeto de pesquisa intitulado “O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO” o qual tem por objetivo analisar a saúde mental dos sujeitos pós-graduandos dos Programa de Pós-Graduação do Campus Erechim, através de entrevistas com estudantes dos quatro programas de Mestrado do Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul: Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental, Mestrado Profissional em Educação, Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e o Mestrado em Geografia, totalizando 12 estudantes, sendo 3 estudantes de cada Programa, declara estar ciente e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, salientando que os pesquisadores deverão cumprir os termos da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e as demais legislações vigentes.

Patrycia Sbeghen Zanatta

Patrycia Sbeghen Zanatta

Assinatura e Carimbo do responsável da Instituição

LUIS FERNANDO SANTOS CORRÊA DA SILVA
 Sisppe Nº 1771914
 Diretor do Campus
 Erechim - RS
 Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS

Erechim, 14 de janeiro de 2022.

APÊNDICE B – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFFS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO

Prezado participante,

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO, desenvolvida por Patrycia Sbeghen Zanatta, discente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* de Erechim-RS junto a sua orientadora Zoraia Aguiar Bittencourt.

O objetivo central do estudo é compreender como os estudantes de Pós-Graduação percebem suas rotinas através de uma perspectiva subjetiva, ou seja, que consideram suas emoções referentes a sua trajetória de pós-graduando. Essa proposta justifica-se, pois tem o intuito de fortalecer instrumentos institucionais já existentes, como a Política de Assistência Estudantil, contribuindo para a permanência dos sujeitos no que diz respeito à saúde mental.

O convite a sua participação se deve pela sua inserção como discente em um dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, estando você matriculado em um desses semestres (primeiro, terceiro ou quarto). A importância de sua participação se dá para que através dela se possa compreender melhor como a Política de Assistência Estudantil está ou pode estar influenciando a sua permanência no que diz respeito a sua saúde mental.

Sua participação não é obrigatória e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como desistir da colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação e sem nenhuma forma de penalização. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação, ou desista da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa, pois irá contribuir com o estudo sobre a saúde mental na Pós-Graduação. Você não receberá remuneração e nenhum tipo de recompensa nesta pesquisa, sendo sua participação voluntária.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material será armazenado em local seguro. Implicitamente a informação sobre o local e o programa ao qual você faz parte serão divulgados por esta pesquisa, por tratar-se de um estudo relacionado aos Programas de Pós-Graduação da UFFS – *Campus* Erechim.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

A sua participação consistirá em responder perguntas elaboradas pela pesquisadora sobre sua experiência como estudante da Pós-Graduação. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente trinta minutos. A entrevista será feita através da Plataforma Google Meet, e será gravada (áudio) para posterior transcrição das informações e somente com a sua autorização. Assinale a seguir conforme sua autorização:

Autorizo gravação Não autorizo gravação

As entrevistas serão transcritas e armazenadas e somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. As informações serão armazenadas em um dispositivo de armazenamento sem conexão com a internet (pen drive), o qual será guardado em um local físico seguro, garantindo total privacidade das informações. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, físico ou digital, por um período de cinco anos. O benefício relacionado com a sua colaboração nesta pesquisa é que ao participar você estará contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento sobre a saúde mental dos estudantes de Pós-Graduação e, dessa forma, possibilitando criar estratégias de fortalecimento da Política de Assistência Estudantil para o contexto da Pós-Graduação.

A participação na pesquisa poderá causar alguns desconfortos, como ansiedade e preocupação sobre as informações concedidas, uma vez que este estudo abordará aspectos relacionados a sua trajetória individual enquanto pós-graduando e pode fomentar ou reativar algumas sensações de *mal-estar*. Contudo, considera-se importante falar sobre essa realidade. Desse modo, a pesquisadora compromete-se a interromper a entrevista caso seja identificado qualquer um dos riscos acima descritos, assim como irá orientar e dar encaminhamento para centros ou profissionais específicos em saúde mental caso seja identificado pela pesquisadora algum risco que necessite de intervenção profissional. Além disso, como estratégia para prevenir o surgimento desses desconfortos, a pesquisadora partirá de um roteiro com perguntas mais gerais e só entrará em aspectos mais pessoais e específicos caso identifique que eles não trarão prejuízos em termos de sofrimentos psíquicos ao entrevistado.

Os resultados serão divulgados em eventos e/ou publicações científicas mantendo sigilo dos dados pessoais garantindo o seu anonimato e os participantes da pesquisa bem como os Programas de Pós-Graduação receberão o estudo e a pesquisadora se disponibilizará para sanar as dúvidas ou prestar esclarecimentos a respeito dos dados apresentados a qualquer momento.

Caso concorde em participar, uma via deste termo ficará em seu poder e a outra será entregue ao pesquisador. Não receberá cópia deste termo, mas apenas uma via. Desde já agradecemos sua participação!

CAAE:

Número do Parecer de aprovação no CEP/UFS:

Data de Aprovação:

Erechim, ____ de _____ de 2021.

Patrycia Sbeghen Zanatta

Contato profissional com o(a) pesquisador(a) responsável:

Tel: 54 – 991493171 ou 54 – 981093271 / e-mail: zanattapatrycia@gmail.com

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 – Chapecó – Santa Catarina – Brasil)

Zoraia Aguiar Bittencourt

Contato com a Equipe de Pesquisa

Email: zoraibittencourt@gmail.com /zoraia.bittencourt@uffs.edu.br

Em caso de dúvida quanto à condução ética do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, através dos seguintes contatos:

Tel e Fax – 49-2049-3745 / E-Mail: cep.uffs@uffs.edu.br

<http://www.uffs.edu.br/index.php?>

[option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101 &site=proppg](http://www.uffs.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2710&Itemid=1101&site=proppg)

Endereço para correspondência: Universidade Federal da Fronteira Sul/UFS – Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul, CEP 89815-899 Chapecó – Santa Catarina – Brasil)

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura: _____

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Título: **O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO**

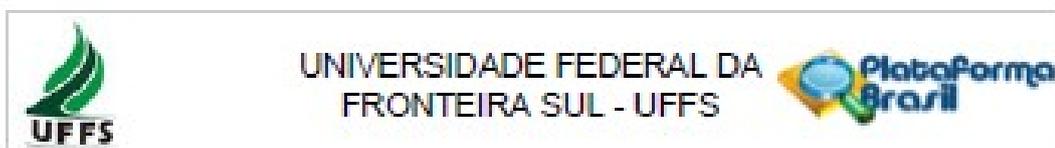
Objetivo Geral: Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as interfaces entre o cuidado e as políticas educacionais no campo da Pós-Graduação. Nas entrevistas deseja-se compreender como os estudantes de Pós-Graduação percebem suas rotinas através de uma perspectiva subjetiva, ou seja, que consideram suas emoções referentes a sua trajetória de pós-graduando.

Designação dos blocos	Objetivos específicos	Formulário de perguntas
Bloco Introdutório	Legitimar a entrevista e motivar o/a entrevistado/a. Esclarecer suas dúvidas, e deixá-lo seguro para expressar-se da maneira mais natural.	<p>Informar o/a entrevistado/a sobre o trabalho de investigação a ser desenvolvido;</p> <p>Declarar a importância do depoimento do/a entrevistado/a para o sucesso da pesquisa;</p> <p>Certificar o/a entrevistado/a da confidencialidade das suas informações;</p> <p>Solicitar ao/à entrevistado/a autorização para citar, no todo ou em partes, trechos do seu</p>

		<p>depoimento.</p> <p>Solicitar que o entrevistado sugira um nome fictício para uso de seus trechos.</p>
<p>Bloco Identificação</p> <p>Escolha da profissão/atividade</p>	<p>Identificar a formação do/a entrevistado/a;</p> <p>Identificar aspectos introdutórios em relação às compreensões dos entrevistados aos temas da pesquisa;</p>	<p>Questionar as escolhas dos pós-graduandos pela Pós-Graduação e pelo programa ao qual estão inseridos.</p> <p>Questionar o significado para os pós-graduandos sobre suas condições sociais atuais, de pesquisadores.</p> <p>Questionar como eles se percebem neste processo e o que consideram ser uma experiência na Pós-Graduação bem-sucedida.</p>
<p>Bloco dia-a-dia da pesquisa, vivências de <i>bem-estar</i> ou <i>mal-estar</i></p>	<p>Conhecer como os pós-graduandos descrevem seu dia-dia;</p> <p>Quais atividades consideram mais importantes.</p>	<p>Pedir para os pós-graduandos relatarem quais são as atividades que realizam enquanto pós-graduandos.</p> <p>Pedir quais destas atividades estão relacionadas ao projeto de pesquisa e como eles se sentem em relação a sua temática.</p> <p>Pedir qual é a relação que os pós-graduandos possuem com seus orientadores.</p> <p>Pedir quais atividades desenvolvidas no período da Pós-Graduação são vistas como promotoras de <i>bem-estar</i> e <i>mal-estar</i>.</p>

Bloco cuidado e Política de Assistência Estudantil	Conhecer o que o/a entrevistado/a vê o cuidado inserido no seu contexto, bem como ele percebe a Política de Assistência Estudantil	Indagar quais são os canais e as pessoas de cuidado percebidos pelos pós-graduando dentro de seu Programa de Pós-Graduação. Indagar qual o nível de conhecimento desses estudantes a respeito da Política de Assistência Estudantil. Indagar quais cuidados com a saúde mental por parte dos Programas de Pós-Graduação são percebidos pelos pós-graduandos.
---	--	--

APÊNDICE D– PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O CUIDADO COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL E SUAS INTERFACES COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA PÓS-GRADUAÇÃO

Pesquisador: PATRYCIA BEGHEM ZANATTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55484122.1.0000.5564

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.355.008

Apresentação do Projeto:

Trata de encaminhamento de projeto de pesquisa em que permaneceram pendências éticas de acordo com o parecer consubstanciado número 5.284.270

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as interfaces entre o cuidado e as Políticas de Assistência Estudantil no campo da Pós-Graduação.

Objetivo Secundário:

Investigar as concepções de cuidado de estudantes de quatro Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),

Campus Erechim/RS, identificar se há a presença de mal-estares nos estudantes dos quatro Programas de Pós-Graduação da UFFS, Campus

Erechim/RS, e quais seriam eles, analisar de que modo o conceito de cuidado está presente nas estratégias de desenvolvimento sugeridas no Plano

Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para práticas de cuidado a estudantes de Pós-Graduação, verificar as abordagens do cuidado presentes na

política de Assistência Estudantil da UFFS, apontar caminhos para a constituição de Políticas de

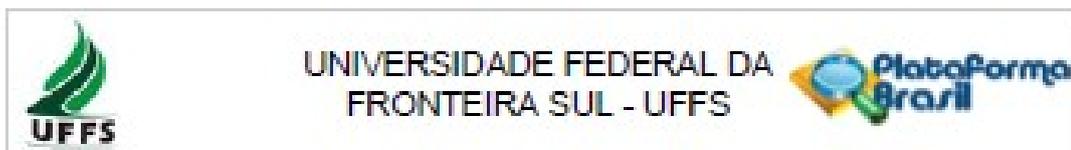
Endereço: Rodovia SC 484 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar

Bairro: Área Rural **CEP:** 89.015-000

UF: SC **Município:** CHAPECO

Telefone: (49)2040-3745

E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 0.358.008

Cuidado Educacional para a Pós-Graduação.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A participação na pesquisa poderá causar alguns desconfortos, como ansiedade e preocupação sobre as informações concedidas, uma vez que este estudo abordará aspectos relacionados a trajetória individual enquanto pós-graduando e pode fomentar ou reativar algumas sensações de mal-estar.

COM O INTUITO DE MINIMIZAR A POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DOS RISCOS IDENTIFICADOS EM RELAÇÃO A PRESENÇA DE DESCONFORTOS E MAL-ESTARES, O ROTEIRO DE ENTREVISTA TERÁ QUESTIONAMENTOS MAIS GERAIS INICIALMENTE PARA QUE SEJA POSSÍVEL CONHECER A RELAÇÃO DO CANDIDATO COM SEU PROCESSO FORMATIVO E CASO PERCEBA-SE ALGUM SINAL DE DESCONFORTO QUE POSSA CAUSAR SOFRIMENTO NO ENTREVISTADO A ENTREVISTA SERÁ INTERROMPIDA.

CASO OS RISCOS IDENTIFICADOS DE ALGUMA FORMA VENHAM A SE CONCRETIZAR, O ENTREVISTADO SERÁ ENCAMINHADO PARA ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ADEQUADO. EM RELAÇÃO AO SURTIMENTO DE CASOS DE DESCONFORTO ENTRE OS ENTREVISTADOS QUE DEMONSTRE ALGUMA RELAÇÃO DIRETA COM O PROCESSO INSTITUCIONAL HAVERÁ ORIENTAÇÃO ESPECÍFICA PARA O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO QUANTO A CAUSA DE GERAÇÃO DE MAL-ESTAR NOS ESTUDANTES, SEM QUE ESTA ORIENTAÇÃO, VENHA A EXPOR O ENTREVISTADO.

UMA VEZ QUE A ENTREVISTA ACONTECERÁ A PARTIR DE UMA FERRAMENTA VIRTUAL, A PESQUISADORA ADOTARÁ COMO CONDUTA CRIAR O LINK DE ACESSO A ENTREVISTA NO DIA EM QUE ELA ACONTECERÁ E O LINK SERÁ ENCAMINHADO APENAS PARA O ENTREVISTADO POR E-MAIL, ESSA MEDIDA BUSCA ASSEGURAR TOTAL CONFIDENCIALIDADE AO ACESSO AO AMBIENTE DA ENTREVISTA SEM COMO EVITAR A VIOLAÇÃO DO MESMO.

Benefícios:

Desenvolvimento do conhecimento sobre a saúde mental dos estudantes de Pós-Graduação

Endereço: Rodovia SC 494 Km 02, Fronteira Sul - Bloco de Biblioteca - sala 310, 3º andar
 Bairro: Área Rural CEP: 89.015-000
 UF: SC Município: CHAPECO
 Telefone: (48)3049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 5.358/000

Criação de estratégias de fortalecimento da Política de Assistência Estudantil para o contexto da Pós-Graduação.

Criação de estratégias de fortalecimento da Política de Assistência Estudantil para assuntos relacionados a saúde mental.

Estratégias para contribuir com a permanência e conclusão dos estudantes de Pós-Graduação em seus respectivos programas ao quais estão vinculados no que diz respeito a saúde mental.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora realizou todas as adequações éticas conforme solicitado

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos adequados

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências e/ou inadequações éticas, baseando-se nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, e demais normativas complementares. Logo, uma vez que foram procedidas pelo/a pesquisador/a responsável todas as correções apontadas pelo parecer consubstanciado, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS) julga o protocolo de pesquisa adequado para, a partir da data deste novo parecer consubstanciado, agora de **APROVAÇÃO**, iniciar as etapas de coleta de dados e/ou qualquer outra que pressuponha contato com os/as participantes.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador(a)

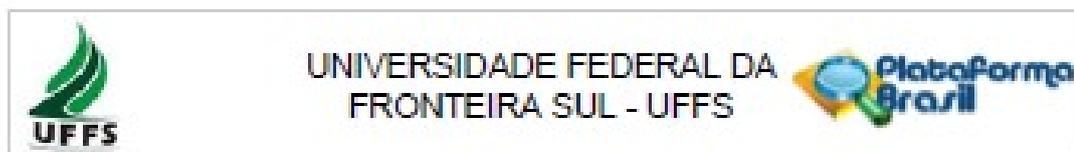
A partir desse momento o CEP passa a ser coresponsável, em termos éticos, do seu projeto de pesquisa – vide artigo X.3.9. da Resolução 466 de 12/12/2012.

Fique atento(a) para as suas obrigações junto a este CEP ao longo da realização da sua pesquisa. Tenha em mente a Resolução CNS 466 de 12/12/2012, a Norma Operacional CNS 001/2013 e o Capítulo III da Resolução CNS 251/1997. A página do CEP/UFFS apresenta alguns pontos no documento "Deveres do Pesquisador".

Lembre-se que:

1. No prazo máximo de 6 meses, a contar da emissão deste parecer consubstanciado, deverá ser enviado um relatório parcial a este CEP (via NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil) referindo em que fase do projeto a pesquisa se encontra. Veja modelo na página do CEP/UFFS. Um novo relatório

Endereço: Rodovia SC 404 Km 02, Fronteira Sul - Bloco da Biblioteca - sala 310, 3º andar
 Bairro: Área Rural CEP: 89.815-800
 UF: SC Município: CHAPECO
 Telefone: (47)2049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



Continuação do Parecer: 5.358.008

parcial deverá ser enviado a cada 6 meses, até que seja enviado o relatório final.

2. Qualquer alteração que ocorra no decorrer da execução do seu projeto e que não tenha sido prevista deve ser imediatamente comunicada ao CEP por meio de EMENDA, na Plataforma Brasil. O não cumprimento desta determinação acarretará na suspensão ética do seu projeto.

3. Ao final da pesquisa deverá ser encaminhado o relatório final por meio de NOTIFICAÇÃO, na Plataforma Brasil. Deverá ser anexado comprovação de publicização dos resultados. Veja modelo na página do CEP/UFFS.

Em caso de dúvida:

Contate o CEP/UFFS: (49) 2049-3745 (8:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00) ou cep.uffs@uffs.edu.br;

Contate a Plataforma Brasil pelo telefone 136, opção 8 e opção 9, solicitando ao atendente suporte Plataforma Brasil das 08h às 20h, de segunda a sexta;

Contate a "central de suporte" da Plataforma Brasil, clicando no ícone no canto superior direito da página eletrônica da Plataforma Brasil. O atendimento é online.

Boa pesquisa!

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1891293.pdf	10/04/2022 16:51:58		Aceito
Outros	CARTARESPPOSTA.pdf	10/04/2022 16:51:08	PATRYCIA SBEGHEN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investeador	projeto_atualizado.pdf	10/04/2022 16:49:26	PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_modeloforms.pdf	10/04/2022 16:48:37	PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.pdf	10/04/2022 16:48:19	PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investeador	projeto.pdf	31/01/2022 12:42:37	PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA	Aceito

Endereço: Rodovia SC 494 Km 02, Fronteira Sul - Bloco de Biblioteca - sala 310, 3º andar
 Bairro: Área Rural CEP: 89.015-000
 UF: SC Município: CHAPECO
 Telefone: (49)2049-3745 E-mail: cep.uffs@uffs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL - UFFS



Continuação do Parecer: 0.000.000

Outros	instrumento.pdf	31/01/2022 12:42:18	PATRYCIA SBEGHEN	Aceito
TGLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TGLE.pdf	31/01/2022 12:41:32	PATRYCIA SBEGHEN ZANATTA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracao.pdf	31/01/2022 12:41:07	PATRYCIA SBEGHEN	Aceito
Folha de Rosto	folharosto.pdf	31/01/2022 12:39:46	PATRYCIA SBEGHEN	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 18 de Abril de 2022

Assinado por:
Fabiane de Andrade Leite
(Coordenador(a))

Endereço: Rodovia SC 494 Km 02, Fronteira Sul - Bloco de Biblioteca - sala 310, 3º andar
Bairro: Área Rural CEP: 89215-800
UF: SC Município: CHAPECO
Telefone: (49)2049-3745 E-mail: cep.uffa@uffa.edu.br